

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

SÉRGIO LUÍS EIDT

**CENÁRIO ECONÔMICO PROSPECTIVO E AÇÕES PARA FORTALECER O
DINAMISMO REGIONAL NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA**

TOLEDO

2008

SÉRGIO LUÍS EIDT

**CENÁRIO ECONÔMICO PROSPECTIVO E AÇÕES PARA FORTALECER O
DINAMISMO REGIONAL NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima.

TOLEDO

2008

SÉRGIO LUÍS EIDT

**CENÁRIO ECONÔMICO PROSPECTIVO E AÇÕES PARA FORTALECER O
DINAMISMO REGIONAL NO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, sob a orientação do Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima
Universidade do Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof. Dr. Adriano Rogério Goedert.
Centro Universitário de Maringá - CESUMAR

Prof. Dr. Weimar Freire da Rocha Junior
Universidade do Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Dedico este trabalho a minha família, fonte de inspiração e busca de conhecimento. Graças a eles tornei-me uma pessoa capaz de lutar, para que meus sonhos e objetivos fossem sempre alcançados, sem jamais desanimar. Considero-me forte porque eles me ajudaram a ser forte.

AGRADECIMENTOS

Reservo este espaço para agradecer às pessoas que me auxiliaram na conclusão desta dissertação, parte do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE.

Inicialmente, agradeço às 14 *stakeholders* da microrregião, que aceitaram e acorreram ao convite de apontar ações relevantes para fortalecer o dinamismo econômico dessa microrregião, apontando, num cenário prospectivo, o que deverá ser feito.

Um agradecimento especial à comunidade microrregional, que também acorreu e entendeu o convite para validar e priorizar as melhores ações para acelerar o dinamismo econômico da microrregião.

A meu abnegado orientador e incansável colaborador, professor Jandir Ferrera de Lima, pelo apoio e paciência durante a realização do projeto e da pesquisa, sem o qual não teria chegado ao êxito da conclusão deste programa de mestrado.

A meus colegas de mestrado, sendo que hoje posso chamá-los de irmãos, que compartilharam as boas e as difíceis horas durante o transcurso do programa, oferecendo um ombro amigo, considerável apoio e auxílio.

Um agradecimento muito especial a minha esposa – Marisa, a minha filha – Crisleine, e a meu filho – Christian, por terem entendido minha ausência e abdicado da companhia do esposo e do pai durante um bom tempo de suas vidas, e pelo incentivo dado para a conclusão desta pesquisa.

Aqueles que não tentam criar o futuro que desejam, precisam agüentar o futuro que conseguem.

Kanffmon Jr

RESUMO

Esta pesquisa analisa o dinamismo econômico da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina e apontar alternativas através de cenário prospectivo até 2025 e da opinião da população regional. Foram pesquisados os dados econômicos disponíveis da microrregião (PIB, VA e IDH); analisaram-se as atuais tendências de desenvolvimento e de crescimento econômico da microrregião; foram entrevistadas as lideranças regionais e foi selecionada uma amostra de 400 habitantes, cuja opinião foi utilizada para apontar alternativas viáveis de desenvolvimento e discutir a projeção das variáveis econômicas. O estudo apontou os fatores históricos no processo de desenvolvimento regional, passando pela colonização, pelos ciclos econômicos e culminando no atual processo de agroindustrialização. Analisaram-se também as tendências do crescimento econômico regional dos municípios até 2025, discutindo a cenarização atual do desenvolvimento econômico, abordando as tendências de crescimento do PIB e do VA, observando-se as diferenças econômicas intermunicipais. Construiu-se um cenário prospectivo e, através da opinião das autoridades e da população regional, foram apontadas as áreas e as ações importantes para melhorar o perfil do desenvolvimento econômico e reduzir as disparidades no âmbito da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, definindo prazos e responsabilidade de execução ou de busca de solução para essas ações de intervenção regional.

Palavras-chave: Cenários prospectivos. Economia regional. Economia urbana. Crescimento econômico. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This research has as objective to analyze the economic dynamism of the Extreme West Region of Santa Catarina State, in Brazil, and to point alternatives through prospective scenes up to 2025 and of the opinion of the regional population. To reach this objective one searched the available economic data of the region; one analyzed the current trends of development and economic growth of the region; the regional leaderships had been interviewed and a sample of 400 used inhabitants to point viable alternatives of development and to argue the projection of the economic variable. The study pointed the historical factors in the process of regional development, passing for the settling, the economic cycles and culminating in the current process of industrialization. One also analyzed the trends of the regional economic growth of the cities up to 2025, arguing the current scenery of the economic development, approaching the trends of growth of the GIP and the Added Value, observing the cities economic differences. A prospective scene was constructed and through the opinion of the authorities and the regional population the areas and important actions had been pointed to improve the profile of the regional economic development and to reduce the disparities in the scope of the West Extreme Region of Santa Catarina State, being defined stated periods and responsibility of execution or brainstorming with respect to the same ones.

Key-words: *Prospective scenes. Regional economy. Urban economy. Economic growth. Regional development.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1:	Mapa das associações de municípios do Estado de Santa Catarina	16
Mapa 2:	Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina	17
Mapa 3:	Metrópoles mundiais. Cidades capitais e acima de 100.000 habitantes	21
Mapa 4:	Localização e abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul	22
Mapa 5:	Tipologia sub-regional. Níveis de renda <i>versus</i> variação do PIB	23
Mapa 6:	Rodovias federais do Estado de Santa Catarina	53
Mapa 7:	Mesorregiões do Estado de Santa Catarina	55
Mapa 8:	Índice de Desenvolvimento Humano por Estado	70
Mapa 9:	Perfil do crescimento econômico dos municípios do EOSC	77
Mapa 10:	Perfil do crescimento Valor Adicionado do EOSC	88
Mapa 11:	Perfil do Valor Adicionado <i>per capita</i> no EOSC	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Tendência de expansão do PIB dos municípios do EOSC.....	74
Gráfico 2	Tendência do cenário de expansão do PIB dos municípios do EOSC	76
Gráfico 3	Cenário prospectivo do Valor Adicionado nos municípios do EOSC	84
Gráfico 4	Cenários prospectivos do Valor Adicionado nos municípios do EOSC	85
Gráfico 5	Tendência de crescimento do PIB se superior a 4% aa	102
Gráfico 6	Tendência de crescimento do PIB se superior a 3% aa	102
Gráfico 7	Tendência de crescimento do PIB se superior a 2% aa	103
Gráfico 8	Validação das ações na área da educação	116
Gráfico 9	Validação das ações na área da agricultura	117
Gráfico 10	Validação das ações na área da saúde	119
Gráfico 11	Validação das ações na área ambiental	121
Gráfico 12	Validação das ações na área do turismo	124
Gráfico 13	Validação das ações na área de infra-estrutura	130
Gráfico 14	Validação das ações na área social	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução da densidade demográfica dos municípios do Extremo Oeste/SC.....	19
Tabela 2	Situação atual da BR-282 no Oeste Catarinense	54
Tabela 3	Características gerais das mesorregiões do Estado de Santa Catarina	56
Tabela 4	Depósitos bancários à vista/governo/R\$ de mil	58
Tabela 5	Depósitos bancários à vista/privado/R\$ de mil	59
Tabela 6	Depósitos bancários a prazo/R\$ de mil	60
Tabela 7	Aplicações bancárias/R\$ de mil	61
Tabela 8	Valor Adicionado municípios do EOSC – 1991/1995/2000/2005	62
Tabela 9	Valor Adicionado Mesorregiões do Estado de SC, 1991/1995/2000/2005	63
Tabela 10	Características gerais dos municípios da Microrregião EOSC - 2007	68
Tabela 11	<i>Ranking</i> do Índice de Desenvolvimento Humano/Municipal (1991 e 2000)....	69
Tabela 12	Cenários prospectivos expansão PIB pm municípios do EOSC	73
Tabela 13	Cenários prospectivos expansão Valor Adicionado fiscal do EOSC	83
Tabela 14	Valor Adicionado da agropecuária, indústria e comércio do EOSC	90
Tabela 15	.Número de estabelecimentos industriais do EOSC	92
Tabela 16	Expansão do Valor Adicionado Fiscal (1995/2005) em relação à população (2007) dos municípios do EOSC	98
Tabela 17	Validação das ações na área micro e pequenas empresas	122
Tabela 18	Validação das ações na área do poder público	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR	Agência de Desenvolvimento Regional
ACISMO	Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste
AMEOSC	Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná
APL	Arranjo Produtivo Local
BRs	Rodovias Federais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIS	Consórcio Intermunicipal de Saúde
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DIEF	Declaração de Informação Econômico Fiscal
DIME	Declaração de Informações do Movimento Econômico
DNIT	Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes
EOSC	Extremo Oeste de Santa Catarina
ESEL	Esquadrias Eidt Ltda
FAI	Faculdade de Itapiranga
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH/M	Índice de Desenvolvimento Humano/Municipal
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISS	Imposto sobre Serviços
MERCOSUL	Mercado do Cone Sul
MIN	Ministério da Integração Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Pequena Central Hidroelétrica
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento
PPP	Parcerias Público-Privadas
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional

SEFA	Secretaria Estadual da Fazenda
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESI	Serviço Social da Indústria
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TGC	Taxa Geométrica de Crescimento
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina
VA	Valor Adicionado

SUMÁRIO

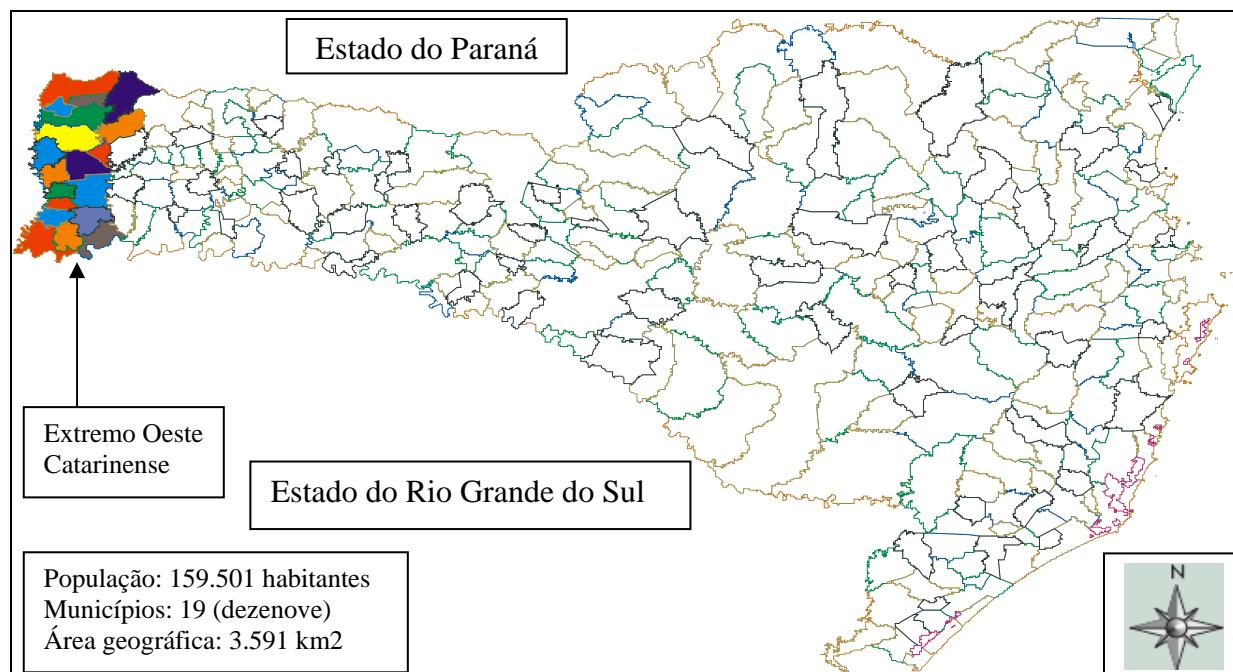
1. INTRODUÇÃO	16
2. PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	20
3. OBJETIVOS	25
3.1 OBJETIVO GERAL	25
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
4. REFERENCIAL TEÓRICO	26
4.1 OS FATORES HISTÓRICOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	27
4.2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	29
4.3 REGIÕES DE APRENDIZAGEM (<i>LEARNING-REGIONS</i>)	31
4.4 A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL E DAS INSTITUIÇÕES	33
4.5 PLANEJAMENTO REGIONAL	35
4.6 CENÁRIOS ESTRATÉGICOS NA VISÃO PROSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO	36
4.7 PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO BASEADO EM CENÁRIOS	38
5. METODOLOGIA	40
6. FATORES HISTÓRICOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE	45
6.1 INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA	45
6.2 OS CICLOS ECONÔMICOS NO OESTE CATARINENSE	47
6.3 INÍCIO DA FASE ATUAL: O PROCESSO DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO	48
7. O CENÁRIO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO EXTREMO OESTE CATARINENSE	52
7.1 INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA E PERfil ECONÔMICO	52
7.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS FINANCEIROS DOS TRÊS ESTADOS DO SUL BRASILEIRO, MESORREGIONAIS E MICRORREGIONAIS	57
7.3 ANÁLISE INTER-REGIONAL COMPARADO COM O TOTAL DO ESTADO	61
7.4 ANÁLISE DO MOVIMENTO ECONÔMICO INTRA-REGIONAL DO EOSC	65
7.5 DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	67
8. CENÁRIOS PROSPECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO EXTREMO OESTE CATARINENSE	72

8.1	A TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: A EXPANSÃO DO PIB	72
8.2	A TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: A EXPANSÃO DO VA	82
8.3	O PERFIL DO VALOR ADICIONADO SETORIAL DA REGIÃO EOSC	88
8.4	ANÁLISE DE CENÁRIO PROSPECTIVO PARA UM CRESCIMENTO EQUITATIVO	97
9.	AVANÇAR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AÇÕES E CENÁRIOS PROSPECTADOS NA COMUNIDADE REGIONAL DO EOSC	104
9.1	ÁREAS E RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES DE INTERVENÇÃO REGIONAL	105
9.2	VALIDAÇÃO PELA COMUNIDADE MICRORREGIONAL	115
10.	CONCLUSÕES	136
	REFERÊNCIAS	142

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar o perfil do crescimento econômico da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, traçando um cenário prospectivo de seu dinamismo até 2025 e apontar alternativas através de ações selecionadas pela comunidade regional através de suas lideranças regionais visando ampliar o dinamismo econômico e social. Por isso, no âmbito dessa análise, são relevantes os aspectos econômicos desde a colonização (idos 1940) da microrregião até os dias atuais, analisando os atributos econômicos positivos e negativos, buscando encontrar parâmetros plausíveis que justifiquem a pecha de “região estagnada” nos estudos do Ministério da Integração Regional.

Assim, o objeto desta pesquisa é a região do Extremo Oeste de Santa Catarina¹, que divisa com a República Federativa da Argentina a oeste, com o Estado do Paraná ao norte e com o Estado do Rio Grande do Sul ao sul (Mapa 1).

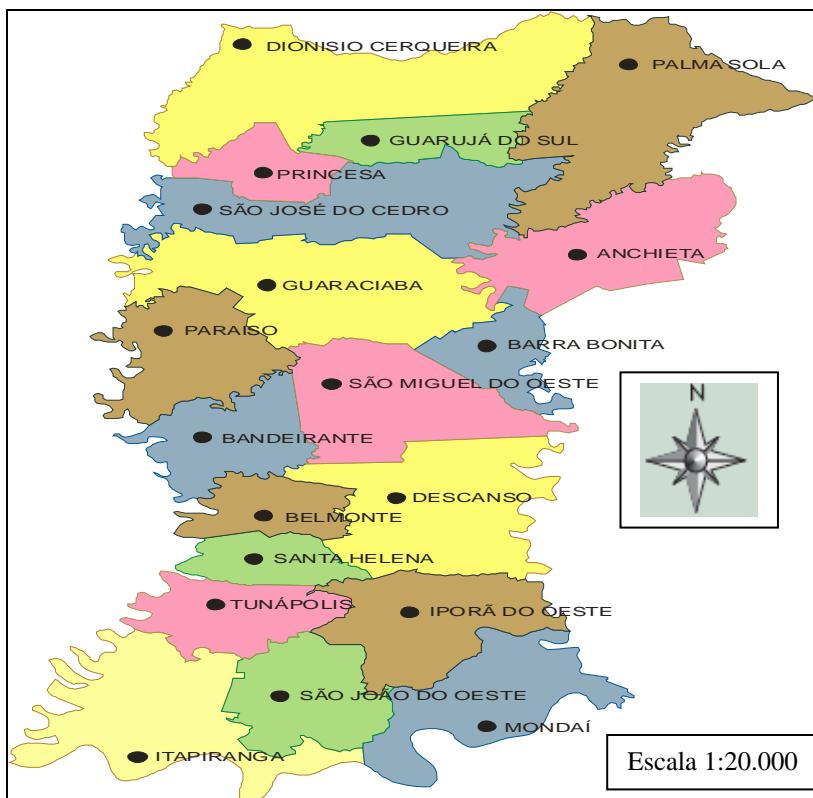


Mapa 1: Mapa das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina

Fonte: Federação Catarinense de Municípios – FECAM (2007).

No Mapa 2, a microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina (EOSC) é apresentada com mais detalhes, enfatizando a divisão municipal, de forma que seja possível observar o território de cada município.

¹ O Extremo Oeste de Santa Catarina é composto pelos municípios de Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Paraíso, Palma Sola, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.



MAPA 2 – Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

Fonte: Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC (2007)

O território compreendido pela EOSC fica entre os Rios Uruguai (divisa com o Rio Grande do Sul), do Peixe (divide a região oeste do Planalto Catarinense) e Peperi-Guaçu (divisa com a República Federativa da Argentina). Até o início do século XX, a microrregião era coberta por densas florestas completamente inexploradas, mas, aos poucos, vieram colonizadores provindos do Estado do Rio Grande do Sul para explorar estas terras, marcando a região a diversificação cultural, predominando principalmente as etnias alemã e italiana (BREDA, 2001). Inicialmente, a microrregião possuía um sistema produtivo baseado exclusivamente no setor primário, onde quatro de cada cinco pessoas viviam no meio rural. Somente atividades agropecuárias eram desenvolvidas, com tecnologias tradicionais, que sofriam poucas modificações através do tempo. A microrregião passou, porém, por um verdadeiro processo de transformação produtiva e tecnológica nos últimos trinta anos, marcando a devastação das florestas nativas.

Atualmente, a microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina dispõe de poucas áreas de preservação ambiental em função de longos anos de extrativismo de madeira. Seus municípios se desenvolveram através desta atividade, exaurindo as reservas nativas, levando muitas empresas a buscarem novas florestas, transferindo para outras regiões suas plantas industriais, investimentos, reservas financeiras e fontes geradoras de emprego e renda (BREDA, 2001). O desmatamento desordenado, em um solo de baixa fertilidade, raso e topograficamente

acidentado, resultou em dificuldades de exploração de culturas economicamente mais rentáveis, principalmente de produção em larga escala. O relevo é, no entanto, favorável e propício para a pecuária, principalmente no setor leiteiro, observando-se que a região é uma das maiores produtoras do Estado de Santa Catarina.

Conforme Breda (2001), a maioria da população economicamente ativa (mais de 70%) da região encontra-se na agricultura, cuja produção é baseada na estrutura familiar e diversificada para o auto-abastecimento e produção de excedentes para as empresas cooperativas ou agroindústrias regionais.

O decréscimo populacional da maioria dos municípios está relacionado, principalmente, ao decréscimo da população rural que, em proporção, é bem maior do que o aumento da população urbana, verificando-se assim a existência de uma migração para outros centros. Pela contagem do IBGE (2007), está ocorrendo um lento esvaziamento populacional, podendo acarretar em perda do dinamismo econômico a longo-prazo, o que justifica a análise dos indicadores de crescimento econômico num horizonte de 15 anos.

Deve-se salientar que a evolução da população do Extremo Oeste mostra oscilações, pois muitas emancipações político-administrativas ocorreram nos anos 1990, tornando ainda mais complexa a avaliação da evolução populacional microrregional ou por unidade administrativa. Estas emancipações, num primeiro momento, distribuíram a população de 11 para 19 municípios, causando uma perda populacional expressiva, ou seja, de 4,45%, equivalente a 7.726 habitantes na microrregião, no período compreendido entre 1990 e 1995. No período compreendido entre 1995 a 2000 houve um acréscimo populacional na microrregião, ou seja, um aumento populacional de 2.152 habitantes, equivalente a um aumento de 1,30%. Já no último período, compreendido entre o censo demográfico de 2000 e a contagem populacional de 2007, observa-se que houve uma perda populacional de 4,91%. Então, na contagem populacional de 2007, é bem mais significativa a perda, equivalendo a 8.245 habitantes, superior à população total individual de 12 dos 19 municípios da microrregião, conforme Tabela 1.

TABELA 1 - Evolução da densidade demográfica dos municípios do Extremo Oeste/SC

Município	1991	1995	2000	2007	Variação Percentual
São Miguel do Oeste	36.034	31.227	32.324	33.806	4,86%
Itapiranga	13.417	14.996	13.998	15.238	8,86%
Dionísio Cerqueira	13.720	13.853	14.250	14.792	3,80%
São José do Cedro	15.178	13.732	13.678	13.699	0,15%
Guaraciaba	12.305	11.502	11.038	10.604	-3,93%
Mondai	8.632	10.048	8.728	9.126	4,56%
Descanso	10.177	10.116	9.129	8.719	-4,49%
Iporã do Oeste	8.760	7.914	7.877	8.091	2,72%
Palma Sola	9.125	8.535	8.206	7.942	-3,22%
São João do Oeste	8.549	6.561	5.789	6.020	-3,99%
Anchieta	7.952	7.763	7.133	5.322	-25,39%
Guarujá do Sul	4.776	4.950	4.696	4.722	0,55%
Tunápolis	5.420	5.235	4.777	4.650	-2,66%
Paraíso	5.346	5.164	4.796	4.195	-12,53%
Bandeirante	3.542	3.704	3.177	3.028	-4,69%
Belmonte	2.885	2.850	2.588	2.681	3,59%
Princesa	2.495	2.686	2.613	2.604	-0,34%
Santa Helena	2.885	2.772	2.588	2.437	-5,84%
Barra Bonita	2.361	2.225	2.118	2.064	-2,55%
TOTAL	173.559	165.833	167.985	159.740	-8.245
% da variação	-	-4,45%	1,30%	-4,91%	-4,91%
TOTAL ESTADO	4.541.994	4.875.244	5.356.360	5.868.014	487.587
% da variação	-	7,34%	9,87%	9,55%	9,55%

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2007).

Atualmente, alternativas inovadoras na área rural estão sendo implementadas e poderão ser fonte de um novo impulso na economia, que é o caso do girassol (fornecimento de biodiesel para as prefeituras municipais), e a piscicultura em tanques nas propriedades agrícolas ou piscicultura em tanques instalados no lago inundado da Pequena Central Hidroelétrica – PCH no Rio Antas, representando algumas novas alternativas de dinamismo e de oportunidades de negócio para a região. O desenvolvimento das indústrias na região é focado nos produtos de origem animal, como leite e carnes (suínos e aves). Também merecem destaque as indústrias moveleiras, altamente tecnificadas e exportadoras, e as indústrias artesanais, que produzem apenas para o mercado local/regional.

Diante da realidade do Extremo Oeste Catarinense, essa pesquisa fornecerá subsídios para a discussão do futuro da região, o planejamento regional. As redes de cooperação e de intercâmbio tornam-se um espaço saudável para a fertilização de idéias, bem como para o compartilhamento de experiências ou para a gestão do conhecimento, quando houver excessiva especialização no contexto do espaço econômico regional.

2 PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

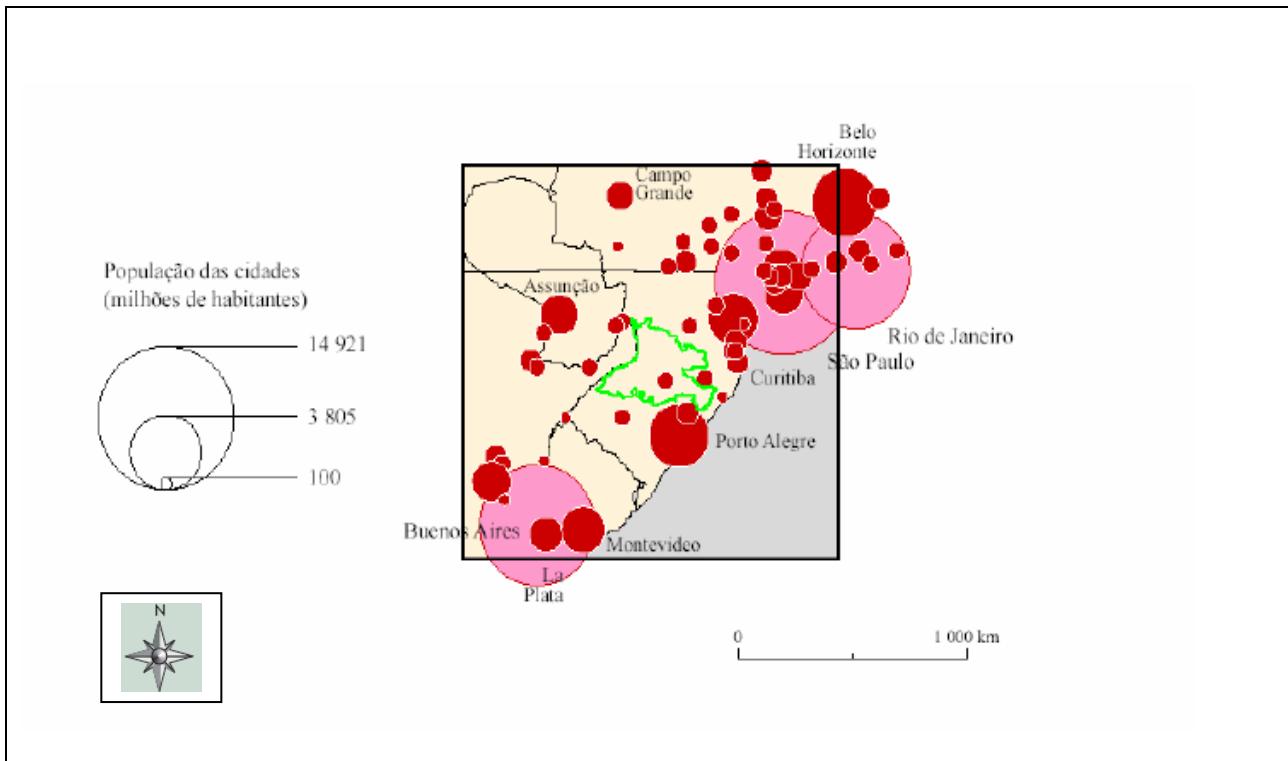
Para Friedmann (1961), um espaço econômico fica evidente quando se visualiza uma área geográfica cujos limites são definidos por uma maior freqüência relativa de transações econômicas internas a ela do que entre ela e outra área. Essas transações são o motor da dinâmica econômica regional. Diferente de Friedmann (1961), para NORTH (1977) as exportações regionais são o fator determinante do crescimento de uma região e de sua interação com o resto do mundo. Sendo assim, para compreender uma região é preciso entender suas relações com os demais espaços que compõem o território nacional.

Neste sentido, para Ferrera de Lima (2005), o foco de interesse está voltado para os fluxos inter-regionais e intra-regionais de produtos e de serviços, de capital, de mão-de-obra e de população. O ponto de partida para a existência de fluxos comerciais está, no entanto, na especialização regional e na forma como os agentes econômicos se integram em sua lógica de produção. Para ampliar esses fluxos, a diminuição das barreiras comerciais espaciais inscreve as cidades no sistema urbano global, primeiramente reduzindo a importância da hierarquia em favor das relações de complementaridade e sinergia entre as aglomerações. Isso provoca, muitas vezes, a intensificação das relações entre centros de mesmo nível em função de fluxos de alguns setores econômicos.

No Brasil, são os fluxos de bens, de informações e de pessoas entre centros metropolitanos e médias aglomerações, que assumem maior importância para a compreensão do sistema urbano em função da acumulação de capital (MIN, 2001). O capital pode usufruir de uma fluidez global, circulando em tempo real ao redor do mundo, de modo que a facilidade de mobilidade insurge no sentido de que o capital não tem fronteira, não tem nação e não tem raízes, circulando livremente entre economias de diferentes regiões ou blocos econômicos (SANTOS, 1996). Os blocos econômicos são formados com e por interesses econômicos, principalmente, circundados por países vizinhos com afinidades e interesses comuns, a exemplo do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Neste contexto, no início da década de 1990, três pólos metropolitanos (São Paulo, Buenos Aires e Rio de Janeiro) podiam ser vistos como os motores dos processos de desenvolvimento no bloco econômico, atraindo os setores produtivos mais dinâmicos e movimentando em sua direção fluxos de bens, de informações e de pessoas. Conforme demonstrado no Mapa 3, cidades de menor porte conseguiram se consolidar e constituir um sistema hierarquizado (de uma certa maneira), mantendo as relações verticais, articulando-se em seus *hinterlands*² imediatos. Foi este o resultado do processo de urbanização brasileira: estas

² Terras do interior, interligadas entre si e próximas dos centros, circunvizinhas.

metrópoles, hoje mundiais (São Paulo e Rio de Janeiro), são acompanhadas de metrópoles nacionais (Porto Alegre, Curitiba, Campo Grande, Belo Horizonte) e de uma infinidade de cidades de menor porte, muitas delas capitais estaduais (MIN, 2001).



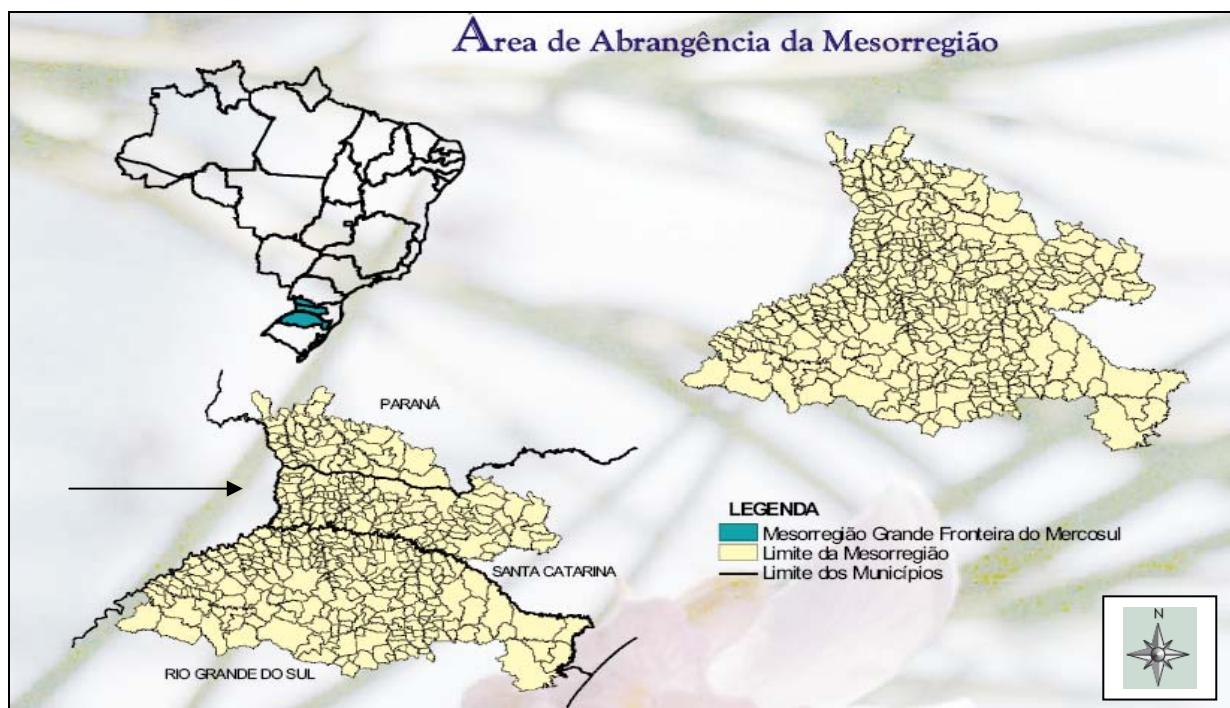
Mapa 3: Metrópoles Mundiais. Cidades Capitais e acima de 100.000 habitantes

Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2001.

Apreciando a situação da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul³ (destaque verde, Mapa 3 e 4), no *hinterland* destas três metrópoles mundiais (Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro), e onde se localiza o Extremo Oeste Catarinense, nota-se a possibilidade de novas interações resultantes da crescente circulação entre estes centros de dinamismo econômico, usufruindo suas importantes redes logísticas, assumindo funções complementares.

Do ponto de vista das conexões, das comunicações viárias entre a mesorregião e o seu entorno imediato, ela se encontra também no espaço central de uma densa rede rodoviária, interligando o Brasil com seus parceiros do Mercosul e com metrópoles nacionais e centros regionais. Ainda que a maior densidade rodoviária seja mais litorânea, os interflúvios entre o Rio Paraná e Rio Uruguai são bem servidos. Os atuais fluxos de produtos podem ser beneficiados com infra-estruturas localizadas nesta mesorregião, sobretudo porque o projeto de corredor bioceânico é prioridade dos governos brasileiro e chileno (MIN, 2001).

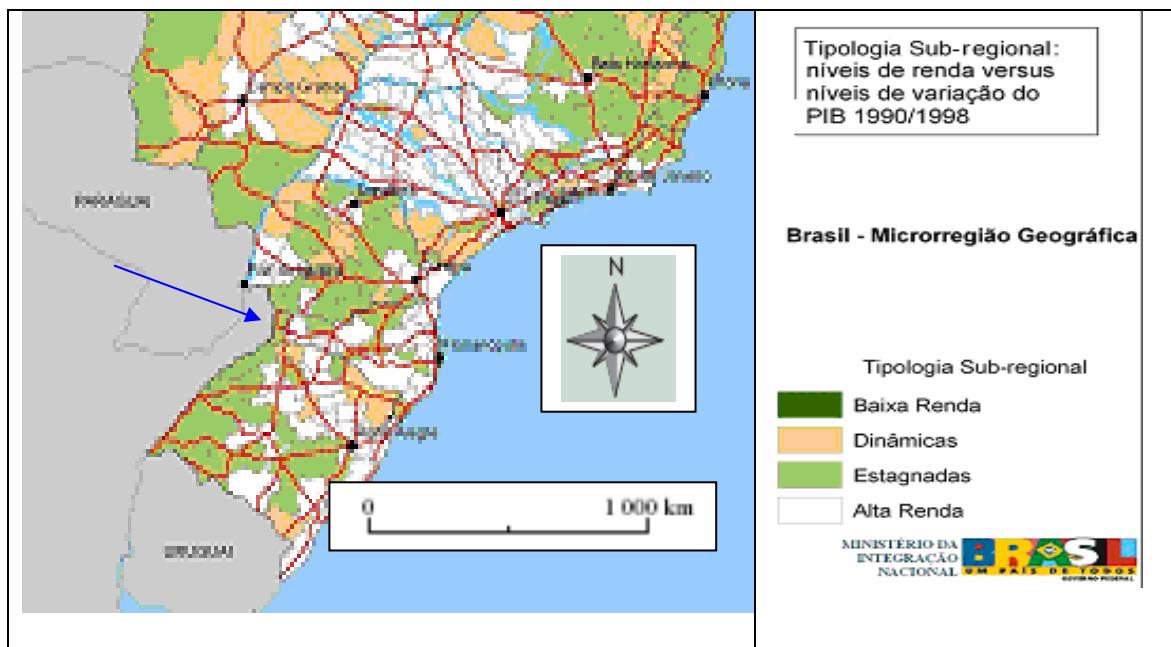
³ O Fórum da Mesorregião foi criado em 28 de novembro de 2002, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada.



Mapa 4: Localização e Abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul
Fonte: Ministério da Integração Nacional (2001)

O Ministério da Integração Nacional (MIN), em 1998, passou a reconhecer que o aprofundamento da diferenciação territorial e o agravamento da exclusão social é resultante da competitividade entre empresas e regiões, do contraste entre o avanço técnico e dos baixos níveis de instrução, fatores que têm favorecido o desemprego, a informalidade e a concentração de renda. Da mesma forma, os fluxos globais de capital, de informação, de tecnologia e de consumo têm criado ilhas de dinamismo no território nacional, redefinindo as relações de dependência entre as regiões. Atualmente, o MIN articula as ações de instituições federais, estaduais e locais, na implementação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial visando a redução das desigualdades regionais e a ativação dos potenciais da rica diversidade social, econômica e ambiental do território. O planejamento e a implementação dessas ações são orientados conforme as escalas territoriais nacional, macrorregional, mesorregional, microrregional e intra-urbana.

No Mapa 5, percebe-se que a região do Extremo Oeste de Santa é considerada, pelo o Ministério da Integração Nacional, como estagnada, ou seja, uma região sem dinamismo econômico, sem fluxo expressivo de bens, de serviços e de informações.



Por isso, a pesquisa terá como objeto a região do Extremo Oeste de Santa Catarina, colocando como problema central da pesquisa os questionamentos seguintes: Por quê a região do Extremo Oeste de Santa Catarina, que teve sua colonização iniciada nos anos 1950 e apogeu de sua economia extrativista nos anos 1970, não conseguiu se ajustar a um dinamismo mais equitativo intra-regionalmente e em relação ao Estado de Santa Catarina? Qual a tendência do crescimento econômico da microrregião para os próximos anos? Quais as alternativas para minorar as desigualdades do dinamismo econômico intra-regional do Extremo Oeste Catarinense? Essa microrregião está realmente estagnada economicamente, conforme aponta o relatório de caracterização do Ministério da Integração Nacional? As respostas a estas questões fornecerão elementos para a formulação de alternativas que alavanquem o dinamismo econômico, de continuidade a seu processo de desenvolvimento econômico e reduza as disparidades intra-regionais.

A pesquisa aponta se a microrregião pode de fato ser considerada estagnada economicamente. Além disso, busca-se apontar alternativas para reverter o quadro de estagnação, se é que ele existe no contexto da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, através da opinião e de ações apontadas pelas lideranças e pelos representantes da comunidade regional.

Ressalta-se, mais uma vez, que o problema de pesquisa apontado deu-se em virtude de a microrregião ser considerada estagnada economicamente pelo Ministério da Integração Nacional (MIN). Assim, acredita-se ser possível, via políticas públicas adequadas, buscar a retomada ou a aceleração do dinamismo econômico e do desenvolvimento regional.

Além disso, reverter a estagnação ou o fraco dinamismo econômico sem prejudicar a preservação da qualidade de vida existente, isto é fundamental para a retomada do desenvolvimento de uma região. Atrair investimentos geradores de emprego geralmente esbarra na discussão sobre quais setores geram maior empregabilidade, sendo, muitas vezes, questionado se os incentivos e os subsídios fiscais concedidos são capazes de gerar os postos de trabalho almejados (OLIVEIRA, 2003).

A necessidade de superação da estagnação econômica e de uma melhor eqüidade no crescimento econômico regional implica a tentativa de encontrar respostas para essas questões apontadas através da comunidade regional, demonstrando o papel ativo que a população possui quanto às alternativas e às ações necessárias para seu futuro.

3 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa são:

3.1 Objetivo Geral

Analisar o perfil do crescimento econômico da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, traçando um cenário prospectivo de seu dinamismo até 2025, e apontar alternativas através de ações apontadas pela comunidade regional através de suas lideranças regionais visando ampliar o dinamismo econômico e social.

3.2 Objetivos Específicos

- Comparar os dados econômicos disponíveis da microrregião mensurando as disparidades do dinamismo econômico da microrregião, intra- e inter-regionalmente com Santa Catarina.
- Analisar as atuais tendências de desenvolvimento e de crescimento econômico da microrregião e apontar as tendências e os impactos para o desenvolvimento regional.
- Propor alternativas através de um cenário econômico prospectivo para acelerar o dinamismo econômico e para diminuir as disparidades intra-regionais do Extremo Oeste Catarinense.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

É importante ter clara a diferença entre o que é desenvolvimento e o que significa crescimento econômico. O desenvolvimento está relacionado ao aumento da qualidade do padrão de vida das pessoas, enquanto o crescimento corresponde a níveis quantitativos. Pereira (2003) define desenvolvimento econômico como um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. O desenvolvimento exige um reforço do investimento, pois ele é fundamental para que os países em desenvolvimento tenham condições de atingir o crescimento econômico necessário a uma melhora do bem-estar de suas populações e ao atendimento de suas necessidades básicas, sem deteriorar ou prejudicar a base de recursos que escora o desenvolvimento.

Para Hirschman (1964), o processo de desenvolvimento econômico é caracterizado por uma transformação essencial nas estruturas das regiões. Em contrapartida, esta transformação não é a mesma nas regiões, geralmente produzindo polarizações e dividindo as regiões em menos ou mais avançadas. Hirschman (1964) enfatiza, ainda, que o desenvolvimento se processa numa seqüência de acontecimentos ou de ações. Esta seqüência de acontecimentos e as mudanças que ela gera não são equilibradas, pois cada progresso, na seqüência, é induzido por um desequilíbrio anterior e provocando seu novo desequilíbrio. Assim, o processo de desenvolvimento econômico, por seu caráter desequilibrado, torna-se heterogêneo regionalmente. Este desequilíbrio é caracterizado pelos diferentes níveis de crescimento dos setores econômicos e pelos diferentes graus de progressos das regiões. Frente à tendência à concentração e ao estímulo à difusão do desenvolvimento econômico, Hirschman (1964) e Ferrera de Lima (2005) sugerem, como alternativa de desenvolvimento, o fortalecimento da capacidade de atração das regiões estagnadas. Essa capacidade de atração caracteriza o componente diferencial das regiões, ou seja, aquele componente atrelado a seu dinamismo interno e ao mercado local.

Para Ferrera de Lima (2005), os ramos da atividade econômica, que produzem bens para o mercado local, são passivos: seu crescimento continua a ser dependente do crescimento dos produtos de exportações. O sucesso de uma atividade de exportação depende do componente diferencial das regiões, ou seja, vantagens comparativas locais, bem como custos de transporte. Em contrapartida, o arranque de certos ramos da atividade econômica chega, às vezes, como o resultado do componente estrutural, ou seja, graças à ação dos investimentos governamentais na infra-estrutura e graças à melhoria das tecnologias de produção.

Ainda para Ferrera de Lima (2005), os elementos históricos que alteram as estruturas produtivas regionais vão tornar possível a difusão espacial do desenvolvimento para as

regiões periféricas. Nestes elementos, por exemplo, as condições de conquista dos territórios, a forma de ocupação da terra, os conflitos, a ação governamental, a utilização do excedente (exportação ou consumo local), estimularão o arranque (ou o atraso) do processo de desenvolvimento econômico. As regiões devem especializar-se nas atividades que dominam, ou seja, especializarem-se onde forem mais competitivas. As vantagens não surgem, no entanto, ao acaso, pois as aptidões regionais se formam a partir de sequência de mudanças na estrutura produtiva.

Ressalte-se, mais uma vez, que a idéia de que uma seqüência de mudanças fosse o responsável pelo processo de transformação das regiões, sobre as estratégias de desenvolvimento econômico, foi proposta nos estudos clássicos de Hirschman (1964). De acordo com ele, mudanças ocorrem por fatores históricos ou pela planificação. O resultado final destas mudanças é a transformação das economias e do perfil produtivo. As regiões que tinham uma economia baseada na produção primária deixam essa dependência e tornam-se cada vez mais urbanizadas, o que reforça a localização das atividades de transformação e de serviços.

4.1 OS FATORES HISTÓRICOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

A ativação do desenvolvimento econômico depende da capacidade da população de separar, do consumo, uma fração adequada de seus ingressos ou rendimentos, para destiná-los à criação de capital. Em relação a este problema, tem-se popularizado a metáfora do círculo vicioso da pobreza, ou seja, rendimento baixo, poupança baixa, produtividade baixa, rendimentos baixos, etc. Em resumo, são pobres porque são pobres (CRUZ, 2006).

Uma das características mais marcantes na sociedade brasileira e, por conseguinte, da microrregião do Extremo Oeste Catarinense, é a desigualdade de renda e de riqueza observada entre seus membros. Por isto, para Furtado (2004), quando se coloca diante de uma agenda de urgência acerca dos problemas da região, emerge sempre, como principal ponto, a melhoria de seu perfil distributivo. O imbróglio está em como fazê-lo. O tópico central, quando se analisa a questão distributiva, é sua inter-relação com o contexto macroeconômico regional. O agravamento do quadro distributivo sugere que desigualdades sociais importantes só podem ser amenizadas ao longo tempo, com políticas públicas persistentes, que ofereçam condições macroeconômicas consistentes com o crescimento regional.

Se analisado o contexto macroeconômico nacional, percebe-se uma discreta melhora nos indicadores de renda em virtude da estabilidade econômica, no caso brasileiro, proporcionada a partir e pelo Plano Real. Conforme comenta Furtado (2004), economistas e analistas econômicos em geral concordam que dificilmente uma situação de elevada taxa de

inflação coexiste com um período de melhora da distribuição de renda. A estabilidade de preços é, porém, condição necessária para a obtenção de algum ganho distributivo. O crescimento da renda da região é condição necessária para a obtenção de êxito na melhoria das desigualdades sociais.

A partir dos anos 1930 até os anos 1980, conforme Furtado (2004), pressupunha-se que as principais funções das finanças públicas fossem: estabilidade de preços, equilíbrio das contas externas, provisão de bens sociais e programas de distribuição de renda (inclui-se, também, a busca do pleno emprego, através do crescimento econômico). O conjunto destas políticas passou a ser a arma mais poderosa de que as economias modernas dispõem para combater o desemprego e para gerar melhores condições de renda.

Nos últimos anos, as teorias de desenvolvimento regional sofreram grandes transformações. Trata-se de transformações de um lado provocadas pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e, de outro, pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais. Este fenômeno está associado às mudanças radicais nas formas e nos modos de produção e de organização industriais, bem como à globalização e à abertura das economias nacionais, confirma Amaral Filho (2001). Quanto ao primeiro fenômeno, devem ser considerados os aspectos da flexibilização e da descentralização, dentro e fora das organizações, os quais ocasionam impactos importantes em termos de reestruturação funcional do espaço. Quanto ao segundo fenômeno, esse tem provocado impactos consideráveis sobre os custos e sobre os preços relativos das empresas, custos e preços os quais têm levado cada vez mais em conta fatores locacionais em suas estratégias de competitividade. O que tem sido observado é um movimento de extroversão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial). Além disso, as regiões no interior dos países vêm mostrando um movimento de endogeneização, tanto das decisões relacionadas a seu destino, quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico.

A liberalização comercial e a abertura ao mercado financeiro internacional demonstraram, segundo Furtado (2004), que o uso anti-cíclico das finanças públicas é vedado às economias mais vulneráveis, aquelas mais endividadas e dependentes de influxos de capitais externos para financiar seus balanços de pagamentos. A regulação de nossa demanda agregada deixa de estar submetida a decisões autônomas sobre o nível adequado de liquidez e passa a depender dos humores e da volatilidade do sistema financeiro internacional. O resultado tem sido um estado de semi-estagnação, entremeado de curtos períodos de crescimento como um “vôo de galinha”, surtos incapazes de elevar o nível de investimentos a patamares que promovam o crescimento e a melhoria da renda.

Para Furtado (2004), o baixo crescimento, além de inibir as oportunidades de emprego e de corroer as relações regulares (formais) de trabalho, aumenta a heterogeneidade estrutural entre e intra-setores. A heterogeneidade estrutural, a constante recriação de atividades de baixa produtividade, sempre foi percebida como a causa principal tanto da pobreza como da desigualdade. A principal força por trás do aumento da produtividade é o crescimento associado ao acicate da escassez de mão-de-obra.

Conforme Medeiros (2002), crescimento com redistribuição de renda consiste em canalizar os recursos propiciados pelo crescimento para investimentos que venham a elevar a produtividade tanto dos segmentos atrasados, como das atividades que atendam às necessidades básicas e, desta forma, promover a inclusão social. O processo de industrialização como base na substituição de importações não atendeu a todas as expectativas de geração de dinamismo econômico e deu origem a novas dualidades. O processo não foi capaz de modernizar a agricultura atrasada no mesmo ritmo, exacerbando as diferenças de produtividade e de renda. Furtado (2004) conclui que foram mais de 20 anos de crescimento econômico medíocre, de queda de nível de investimentos, de crescente fragmentação da estrutura produtiva, de baixa competitividade nas exportações, de defasagem tecnológica e de deficiências crescentes na infra-estrutura que ocasionaram a estagnação econômica brasileira. Por isso, as estratégias de desenvolvimento devem ser adequadas à realidade regional.

4.2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Aspectos trazidos pelas novas abordagens na Economia Regional estão na recuperação vigorosa das noções de intertemporalidade e de irreversibilidade na trajetória do desenvolvimento econômico. Reafirma Amaral Filho (2001) que isso significa dizer que o passado influencia o presente e que este influencia o futuro (intertemporalidade), que as propriedades do tempo zero não coincidem com as propriedades do tempo um e, assim, sucessivamente (irreversibilidade), de tal forma que a situação de equilíbrio no tempo zero dificilmente será recuperada no tempo um, tal como preconizado por Schumpeter (1982).

Conforme Amaral Filho (2001), para que produza efeitos multiplicadores crescentes e virtuosos sobre o produto e a renda, a política de investimentos em capital físico ou infra-estrutura deve estar no contexto de uma estratégia global de desenvolvimento da região, cujos mecanismos estejam administrativa, econômica e politicamente fundamentados, com o objetivo de evitar a formação de enclaves ou a aglomeração de indústrias desprovidas de coerência interna nas suas interconexões. Ao contrário dos modelos tradicionais de desenvolvimento regional, os novos modelos estão identificados com as ações descentralizadas das empresas e das instituições

públicas, o que implica um forte processo de reciprocidade entre eles, numa relação de concorrência e de cooperação.

Baldwin (1956) sugere que uma distribuição de renda igualitária agiria no sentido de um rápido crescimento pela razão de que os mercados domésticos atingiriam, desse modo, mais facilmente o tamanho necessário para a instalação e a operação rentável de indústrias de bens de consumo.

Segundo Hirschman (1985), as primeiras tentativas de tornar certas distâncias relativas às excessivas simplificações do paradigma do modelo de crescimento buscaram uma forma de tornar evidente que a quantidade de investimento dependia não só do total da renda acumulada no período precedente, mas também da forma de distribuição dessa renda – fluxo de renda agregada, ou seja, da acumulação de capital. Quanto mais capital-intensivo fosse o novo tipo de produção, maior seria a participação nos lucros, no fluxo de renda decorrente e, por isso, taxa mais elevada de re-investimento dos lucros no período subsequente.

Percebe-se, na avaliação de Galenson e Leibenstein (1955), que já existe um processo de industrialização em vigoroso andamento, ao passo que Baldwin (1956) avalia que a habilidade comparativa serve para atrair indústrias básicas de bens de consumo por parte de regiões ou países que se encontram em estágio bastante anterior. Encaradas sob esta ótica, as duas teorias deixam de ser contraditórias, sendo possível e mesmo provável que os padrões de distribuição de renda que funcionam de modo favorável ao crescimento rápido sejam diferentes nos diferentes estágios de desenvolvimento e que o desenvolvimento é acelerado através de investimentos em projetos e em indústrias com acentuados efeitos de repercussões em cadeia retrospectivas e prospectivas. Assim, o encadeamento produtivo torna-se um acelerador do processo de desenvolvimento.

Segundo Hirschman (1985), o conceito de efeito em cadeia foi vulgarizado, tendo como referência a indústria e a industrialização, pois era possível conceber efeitos em cadeia de variedade e profundidade consideráveis, tanto no sentido retroativo quanto prospectivo. O conceito também teve aplicações proveitosas na produção primária, tendo íntima conexão com a tese do produto primário de exportação. Esta tese tem tentado demonstrar como o crescimento econômico de um país novo é moldado de forma concreta pelos produtos primários específicos, os quais exportam para mercados internacionais.

Hoje é amplamente reconhecido, conforme Hirschman (1985), que, durante a primeira fase da expansão das exportações nos países periféricos, não foi a criação de novas indústrias para satisfazer a crescente demanda de consumo o único efeito importante. Também ocorreu a destruição das atividades manuais e artesanais estabelecidas, quando a mão-de-obra foi deslocada dessa área para o setor de produção do produto primário de exportação e também

porque as novas importações de bens de consumo competiam vantajosamente com elas. As indústrias de processamento têm se instalado na proximidade das áreas em crescimento, quando se requer delas o preparo do produto já colhido a ser destinado aos mercados mundiais.

Usando uma nova terminologia, é possível uma formulação compacta de várias proposições sobre padrões de desenvolvimento e gerar novas hipóteses no processo. A título de ilustração, sugere Hirschman (1985) que, se a nova atividade é tecnologicamente estranha àquela em andamento, os efeitos em cadeia interior enfrentarão dificuldades especiais. Se os países que começaram seu processo de desenvolvimento no século XX tendem a mostrar uma preferência marcada pelos efeitos em cadeia de tipo interior de preferência ao exterior; a partir daí pode-se conjecturar que o processo de industrialização desses retardatários está sujeito a problemas especiais e, talvez, a descontinuidades sempre que os passos subseqüentes requerem, ou se acredita que requeiram, uma injeção maciça de tecnologia estrangeira.

Complementa ainda Hirschman (1985) que os efeitos em cadeia têm a vantagem de mobilizarem novos agentes e impedirem a concentração excessiva do poder econômico, enquanto a vantagem dos efeitos em cadeia interior é de desenvolver as iniciativas empresariais dos empresários mais tradicionais e permitir-lhes romper com suas ocupações existentes. Uma cadeia existe sempre que uma atividade em andamento dá origem a pressões econômicas ou de outra natureza, que levam ao surgimento de uma nova atividade, resultante de um novo produto. O produto de exportação ajusta-se ao padrão de produção, ocupação e qualificações requeridas já existentes, com um mínimo de ruptura e também um mínimo de desenvolvimento cumulativo. O desenvolvimento cumulativo tem de originar-se alhures, isto é, em cadeia externa.

Ao avaliar os prospectos de desenvolvimento de um país é, obviamente, mais revelador saber que seu produto primário de exportação é o centro de uma constelação de efeitos de repercussão em cadeia, do que a informação de que o produto primário é um produto agrícola tropical. É possível traduzir informação de ordem técnica em linguagem que se refere diretamente às possibilidades de desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1985).

4.3 REGIÕES DE APRENDIZAGEM (*LEARNING-REGIONS*)

Ao longo de décadas, vários estudos sobre regionalização têm redescoberto que a mesma é uma importante fonte de vantagem comparativa e competitiva para a economia política. São vários os autores que ressaltam essa redescoberta, indicando-a como importante para o dinamismo do processo contemporâneo do capitalismo e do aparecimento de novas estruturas organizacionais de produção e dispositivos de regulamentações políticas e econômicas. Essas novas estruturas organizacionais apresentam características distintas e especializações em regiões,

caracterizando-as como regiões flexíveis, regiões de aprendizagem (*learning-regions*) e regiões inteligentes. Trata-se de desenvolvimento emergente do desenvolvimento regional, baseado este em transações sociais relacionadas à proximidade de tipo geográfico e geo-cultural e em redes de empresas em termos de desenvolvimento de economias externas (externalidades) de aglomeração e de redução de custos de transação (MORGAN, 1997).

No caso das regiões de aprendizado, o desenvolvimento está diretamente relacionado com os mecanismos de inovação tecnológica existentes no contexto do desenvolvimento. Essa idéia surgiu recentemente em resposta ao desafio das inovações econômica e social. As razões que levam determinadas regiões a se desenvolverem e a evoluírem, enquanto outras permanecem estagnadas, tornando-se objeto de estudos como regiões em aprendizagem. Isto implica que determinadas regiões conseguem inovar porque têm uma capacidade ecletiva para aprender a desenvolver novos conhecimentos e possuem um *know-how* prático. Implica, ainda, que esta aprendizagem coletiva na área de inovação seja mais proveitosa em unidades sociais menores e confinadas, como é o caso de microrregiões ou cidades, pois existe entre as pessoas uma proximidade, interação e cooperação mais imediatas, mais próximas (WENGER, 1999).

Por terem uma dimensão menor, as microrregiões conseguem coordenar melhor seus esforços e serem mais flexíveis do que as instâncias nacionais de maior dimensão, na criação de novas soluções para enfrentar os problemas que vão surgindo no dia-a-dia. A maior proximidade entre as pessoas, assim como o sentimento de pertencer a uma comunidade e a partilha de um patrimônio histórico comum, podem levar as pessoas a empenharem-se arduamente a nível local, construindo aquilo que se designa capital social, empenho esse que nem sempre se verifica a nível nacional. As microrregiões também podem, no entanto, adotar um comportamento fechado e conservador. Existe, ainda, o risco de os cargos de poder das microrregiões serem ocupados por um grupo restrito de pessoas que atuam em prol de seus próprios interesses e se opõem às reformas necessárias em âmbito nacional. Algumas microrregiões economicamente mais desenvolvidas poderão ainda adotar um comportamento mais individualista, zelando apenas por seus interesses, não assumindo suas responsabilidades na resolução dos problemas econômicos e sociais nacionais e não cooperando com as entidades ou instâncias que estejam fora de seu território (WENGER, 1999).

Seja como for, mesmo nas microrregiões mais receptivas à inovação, o progresso só poderá ser alcançado se existirem pessoas ou instituições inovadoras que tomem a iniciativa de apresentar novas idéias e que facilitem a cooperação entre todos os agentes da microrregião. Uma região em aprendizagem tem esta característica que a distingue de outras regiões: a cooperação entre vários agentes (instituições de educação, organismos de investigação e desenvolvimento, entidades reguladoras, empresas e organizações não-governamentais, sociedade civil), num

processo de aprendizado coletivo, tendo em vista a procura de soluções e o desenvolvimento de novos conhecimentos para atender às necessidades locais/regionais. Uma região em aprendizagem assenta-se na convergência voluntária de diversas fontes de saber e de conhecimentos técnicos para alcançar um objetivo comum. Numa situação ideal, um projeto desenvolvido no âmbito de uma região em aprendizagem procura alcançar objetivos econômicos e sociais de uma forma integrada, proporcionando um quadro de cooperação prática. (WENGER, 1999).

Uma estratégia de desenvolvimento com base em novos paradigmas tem por objetivo munir um determinado local ou região de fatores locacionais sistêmicos capazes de criar um pólo dinâmico de crescimento com variados efeitos multiplicadores, efeitos os quais se auto-reforçam e se propagam de maneira cumulativa, transformando a região num atrator de fatores e de novas atividades econômicas. Por isso, recomenda-se a implantação ou o desenvolvimento de projetos econômicos de caráter estruturante, projetos que envolva uma cadeia de atividades interligadas (AMARAL FILHO, 2001).

A teoria econômica regional experimentou, nestes últimos anos, profunda transformação, em virtude da reestruturação produtiva e espacial, assim como da emergência de novos paradigmas teóricos que encontram nas fontes internas da região (história, antecipações e ações dos agentes locais) as principais causas do desenvolvimento. O desenvolvimento regional não endógeno deve, no entanto, ser visto como um modelo apriorístico, não como um sistema fechado em sua própria carapaça. Por outro lado, qualquer definição a ser dada ao desenvolvimento da região deve vir, antes de tudo, de um certo consenso endógeno relativo à região. Apesar de a literatura do desenvolvimento regional endógeno negligenciar a relação do local ou da região com o todo nacional, é importante não esquecer que essa relação está engajada em um jogo para o qual existem regras comuns, como a política macroeconômica e o sistema político-administrativo. Nesse sentido, é saudável que se combine o desenvolvimento regional endógeno com o comportamento do tipo cooperativo da região/indivíduo em relação ao todo nacional, exatamente para evitar que o bem-estar, para algumas regiões, signifique o mal-estar para outras regiões (AMARAL FILHO, 2001).

4.4 A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL E DAS INSTITUIÇÕES

A aproximação das diferentes localidades do mundo (através dos sistemas de comunicação e transporte e da globalização) ampliou a complexidade das relações entre elas. Ao mesmo tempo, em âmbito regional e internacional, a maior velocidade e densidade das informações facilitou as ligações estabelecidas em rede. Assim, na medida em que as regiões vão

se ligando ao mundo, elas passam, também, a sofrer sua influência, possibilitando que fenômenos globais se manifestem nos espaços locais e vice-versa (MORAES, 2003).

Essa tendência foi reforçada pelo processo de reconfiguração dos padrões de produção e pela internacionalização dos fluxos de capitais, expressando mudanças tecnológicas e trazendo consigo um importante aumento do desemprego estrutural, que pressiona governos locais a buscarem alternativas para resolver o problema. A busca de alternativas deu-se a partir da constatação de que o crescimento das grandes empresas e o dinamismo econômico não se irradiam homogeneamente para todas as regiões e nem permitem uma distribuição mais equitativa de renda entre os diversos grupos sociais. A evidência empírica mostra que os efeitos de difusão desse tipo de crescimento econômico concentrador são claramente desiguais e insuficientes para eliminar as situações de fome e de pobreza em que ainda vive uma significativa parcela da população. Além disso, os grandes grupos empresariais e financeiros se orientam para os mercados globais e não assumem compromissos com a regulação social e política dos diferentes territórios (MOURA, 1997).

Para Moraes (2003), na vertente denominada social, o objetivo do desenvolvimento não seria tanto promover a localidade enquanto um negócio rentável, mas atender às necessidades sociais, pelo alargamento da democracia local em direção à dimensão econômica. A construção de redes alternativas de comercialização de produtos e o incremento de atividades com potencial de dinamização econômica e de distribuição de renda são indicativos de estratégias usadas para o desenvolvimento local-regional como, por exemplo, as cooperativas de produção e comercialização, os consórcios para uso de equipamentos agrícolas e os projetos de turismo não predatório.

O desenvolvimento local-regional está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas em uma região. Segundo Putnam (2000), no capital social se incluem as redes de relações, as normas de comportamento, os valores, a confiança, as obrigações e os canais de informações. O capital social, quando existente em uma microrregião, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultam no benefício para toda a comunidade. Os fatores socioculturais, como tradições cívicas, capital social e práticas colaborativas, têm papel decisivo na explicação das diferenças regionais.

A transição e a construção do futuro dependem, no entanto, da qualidade e da vontade política para criar condições e energias coletivas, culturais e espirituais para a mudança. As experiências culturais e a inteligência coletiva local podem ser utilizadas em ações criativas e renovadoras, no sentido de propor soluções para os problemas, necessidades e aspirações locais. As capacidades, competências e habilidades locais, ao serem reativadas internamente, podem favorecer a emergência de um novo estágio tecnológico e de conhecimentos que garantam a

manutenção e a melhoria da qualidade de vida na região (MORAES, 2003). Fatores regionais que têm influência direta sobre a dinâmica do desenvolvimento regional podem ser potencializados pela capacidade organizativa, técnica e gerencial das administrações locais, pela capacidade de articulação e mobilização dos recursos e pela formação social e da base econômica local-regional.

A complexidade de valores, de normas, de crenças, de significados, de símbolos, de costumes e de padrões socialmente aprendidos e compartilhados é que delinea o elenco comportamental institucional. Neste contexto, as instituições presentes na sociedade influenciam o sistema econômico negativamente quando existem diferentes níveis de informação entre os agentes econômicos, incerteza no mercado e grande número de concorrentes. Aliados a estes elementos, há os custos de transação, que criam pontos críticos no desempenho econômico. Nesse ambiente turbulento e incerto, faz-se necessário que haja regras que balizem e orientem a direção tomada, para que os problemas relacionados às interações entre os agentes sejam resolvidos e os acordos de troca sejam estabelecidos e cumpridos. O ambiente institucional constitui, então, as regras do jogo, ou seja, promove (ou não) o desenvolvimento das atividades econômicas, bem como agiliza (ou não) as ações políticas, legais e sociais que governam a base da produção, troca e distribuição. As instituições são responsáveis pelo desempenho econômico das sociedades e por sua evolução (NORTH, 1994).

4.5 PLANEJAMENTO REGIONAL

Quanto maior for a velocidade das mudanças e o nível de globalização da economia, maior será a necessidade de planejar. Planejar é a forma mais racional e eficaz de se antecipar às mudanças e se preparar para enfrentar eventuais dificuldades, problemas e ameaças, além de otimizar a aplicação de esforços e recursos em prol do futuro desejado (PDR/AMOP/2000). O planejamento é a ferramenta e a técnica de gerenciamento para atingir os objetivos desejados por qualquer organização. Sempre que houver planejamento, tem-se em mente a existência de objetivos identificados e definidos. No contexto da Nova Economia Institucional, o planejamento adquire papel importante e fará a diferença para as regiões que implementam com agilidade, inovação e competência (ROCHA JUNIOR, 2005).

Buarque (2002) define o planejamento como um processo de decisão, tecnicamente fundamentado e politicamente sustentado. Este processo cobre as ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável em pequenas unidades político-administrativas, com relativa homogeneidade socioeconômica e ambiental. O planejamento contribui para a construção de um projeto de sociedade, pois mobiliza os atores sociais e organiza as ações convergentes dos

diversos agentes, de modo a implementar as transformações na realidade que preparam o futuro desejado.

Para Souza (1994), o planejamento é a utilização de técnicas administrativas para ordenar as idéias, de forma que se possa criar uma visão da estratégia que se pretende seguir. Assim, a implementação do plano estratégico para a região é o ordenamento das idéias e das ações. A ênfase política parece ainda mais premente no caso das regiões em desenvolvimento, principalmente pela distribuição altamente desigual de poder, levando os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento para uma postura pró-ativa, desempenhando papéis previamente estabelecidos através das redes de relacionamento. Adotando esta ênfase política, a participação democrática torna-se peça fundamental e indispensável para o planejamento. O planejamento deve ser compreendido, não apenas orientado pelas necessidades da população, mas também conduzido por ela.

Souza (1995) e Ferrera de Lima (2005) critica o planejamento tratado de forma dissociada ou dividido por temas (planejamento econômico, planejamento urbano, planejamento ambiental...) e escalas (planejamento municipal, planejamento regional, planejamento nacional...), sendo cada “tipo de planejamento”, via de regra, tratado como se constituísse campo legitimamente autônomo, ou seja, os “parcialismos” analíticos dominam a paisagem intelectual, e as articulações inter-temáticas e inter-escalares são frouxas e de baixa densidade.

Face ao exposto, o planejamento regional ou territorial, com a pretensão de formular recomendações para o desenvolvimento de uma região, deverá levar em conta aspectos econômicos, criando efeito de encadeamento (*linkagens*) aos principais fatores condicionantes nos planos nacional e internacional. Buarque (2002) sugere a existência de caminhos planejados que impulsionam o desenvolvimento da região, como fator de extrema relevância para garantir agilidade no alcance do nível de desenvolvimento desejado. Assim sendo, o desenvolvimento microrregional pode ser alcançado através de um conjunto de ações, de idéias, de esforços e de posturas que promovam a evolução socioeconômica e tecnológica de uma determinada região.

4.6 CENÁRIOS ESTRATÉGICOS NA VISÃO PROSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

Embora seja difícil prever novas descobertas ou invenções, é possível antecipar o sentido geral do desenvolvimento econômico em determinado período de tempo. Para Marcial & Grumbach (2006), o crescente processo de desregulamentação bem como a competição e o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação, estes são os fatores que levaram ao desaparecimento de organizações consideradas sólidas e ao questionamento da necessidade da existência de muitas outras.

Esse ambiente turbulento e repleto de rupturas, que impede a utilização de modelos clássicos de previsão e de projeções, revela-se um campo propício para diversas críticas que desqualificam os estudos ligados ao futuro. Complementam Marcial & Grumback (2006) que os estudos prospectivos não têm como objetivo prever o futuro, mas analisar as diversas possibilidades de futuro plausíveis e preparar as regiões para enfrentar qualquer uma delas.

Para entender melhor a visão prospectiva, é interessante observar que o desejo de conhecer o futuro existe desde o início da humanidade. Para Schwartz (1996), os sacerdotes foram os primeiros futurólogos da humanidade, pois entenderam o significado de elementos pré-determinados e de incertezas críticas. Para Marcial & Grumback (2006), somente a partir do último pós-guerra os especialistas em planejamento tentaram impor suas técnicas, baseados em modelos para a elaboração dos planejamentos governamentais a médio e longo prazo. Apesar das preocupações em evitar uma catástrofe mundial, foram dois fatores conjunturais os principais motivadores do surgimento de novas metodologias que viabilizassem um melhor planejamento estratégico: a chamada guerra fria e a reconstrução da Europa. Estes acontecimentos fundamentaram os primeiros trabalhos e estudos prospectivos, pois incutiram na humanidade um sentimento de incerteza.

Para Rocha Júnior (2005), a incerteza relaciona-se com a imprevisibilidade das atitudes posteriores dos agentes econômicos que ocorrem após a transação, de forma a não permitir que se calcule/precise o que acontecerá no futuro. Para operar num mundo incerto, segundo Schwarz (2004), é necessário re-perceber e questionar suposições. O propósito dos cenários é ajudar a mudar a visão da realidade para combiná-la mais intimamente com a realidade como ela é e como ela será. O resultado final será melhores decisões sobre o futuro, baseados em cenários.

Para a microrregião sair da posição atual e atingir seus objetivos, precisará derrubar a grande barreira de incertezas que se levanta entre o hoje e o futuro. Esta barreira é composta da análise retrospectiva (passado), análise atual (presente) e, principalmente, análise prospectiva (futuro). Com a construção de cenários múltiplos, a região pode explorar, sistematicamente, as possíveis consequências dessas incertezas para suas opções estratégicas (PORTER, 1992). Então, o cenário prospectivo se propõe a iluminar as escolhas do presente à luz dos possíveis futuros. Uma boa prospectiva não é, necessariamente, aquela que se realiza, mas a que conduz a uma ação, evita os perigos futuros e atinge o objetivo desejado.

Schoemaker (1992) sugere o desenvolvimento da visão estratégica e a identificação das opções estratégicas com base na análise de suas competências essenciais – aquela capacidade de fazer algo que é exclusivamente sua e difícil de ser imitada por outros – e das competências de

seus concorrentes em cada cenário criado. A partir dessa análise, serão identificadas as competências essenciais que devem se tornar motrizes para o futuro.

4.7 PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BASEADO EM CENÁRIOS

Os cenários servem de auxílio e de fundamentação para o planejamento estratégico. Portanto, cooperação na concretização do direcionamento estratégico, ou seja, visão, missão, valores, posicionamento e foco na microrregião. Segundo Araújo (2002), os cenários permitem ver nos acontecimentos do presente um conjunto de tendências que, movendo-se na direção atual, mudarão o ambiente como o que conhecemos hoje. Desta forma é possível estruturar opções estratégicas antes de elas acontecerem, ganhando entendimento mais robusto do ambiente de atuação e mais agilidade que os competidores na implementação de ações. Assim, uma região, através desse processo, pode antever quais os próximos passos das outras regiões com uma razoável margem de segurança e reduzindo a margem de erro da administração na busca do sucesso desejado.

Os cenários prospectivos manipulam dois elementos: o dos fatos e o das percepções. Exploram fatos, mas indicam as percepções daqueles que têm a responsabilidade de tomar decisões. Seu objetivo é reunir e transformar informações que têm importância estratégica em novas percepções. Nesse processo de transformação, pressupõe-se que a informação idônea é apresentada em tabelas, números ou gráficos (MARCIAL & GRUMBACK, 2006).

A utilização do planejamento baseado em cenários prospectivos dá à região condições de se movimentar rapidamente diante de mudanças ambientais e econômicas, garantindo melhorias em seu padrão de desenvolvimento por mais tempo. Complementa Simpson (1992) que planejamento baseado em cenários gera uma visão mais ampla do ambiente externo, e relata alguns benefícios desse planejamento para as regiões, como o entendimento das percepções dos dirigentes e maior velocidade de decisão.

Para Heijden (1996), os cenários contribuem de várias formas para o processo de aprendizado regional. Criam uma linguagem única na região, facilitando o diálogo sobre temas estratégicos, mesmo com indivíduos de visões conflitantes. São veículos para promover a discussão de aspectos pertinentes ao negócio em um contexto muito maior, além de servirem para alinhar os modelos mentais dos dirigentes, permitindo ações estratégicas mais coerentes com os objetivos do desenvolvimento regional.

A metodologia de cenários, enfim, serve não apenas para se chegar a um resultado, mas possibilita desenvolver novos conhecimentos e aprimorar as percepções mediante o processo. O propósito dos cenários é mudar a visão da realidade, para combiná-la mais intimamente com a

realidade como ela é e como ela será. O resultado final, entretanto, não será uma fotografia precisa do amanhã e, sim, melhores informações para a tomada de decisões sobre o futuro (Schwartz, 2004).

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para elaborar essa pesquisa, partiu-se do princípio de que um cenário possui diversas características, sendo importante a visão da situação atual, para prospectar o futuro. Neste estudo, para analisar o futuro, o mais importante é o perfil do dinamismo econômico da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina.

Essa pesquisa se divide em três partes:

Na primeira, foi feito um diagnóstico do cenário atual do desenvolvimento socioeconômico do Extremo Oeste Catarinense (EOSC). Nessa parte, foi elaborada uma revisão de literatura sobre a ocupação da região e sua integração com o Estado de Santa Catarina, a partir de uma revisão bibliográfica. Além disso, foram levantados dados do Produto Interno Bruto, Valor Adicionado Fiscal, depósitos à vista e a prazo nos bancos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa parte também teve o intuito de verificar se realmente a microrregião EOSC é ou está estagnada como apontam alguns órgãos oficiais governamentais, a exemplo do Ministério da Integração Nacional (MIN). Definido o cenário prospectivo do crescimento econômico regional, dos principais indicadores econômicos (PIB e VA), passou-se à segunda parte da pesquisa.

Na segunda parte, traçou-se um cenário prospectivo do dinamismo econômico da microrregião a partir da estimativa da tendência de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado (VA) até o ano de 2025. Através dos dados reais coletados, projetou-se a taxa geométrica de crescimento do PIB e VA até o ano de 2025. Para Godet (1987), o cenário é o conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura. Existem os cenários possíveis (todos os que a mente humana puder imaginar), os cenários realizáveis (todos os possíveis de ocorrer e que levam em conta os condicionantes futuros) e os cenários desejáveis (encontra-se em qualquer parte do possível, mas nem todos são, necessariamente, realizáveis). Os cenários terão, como foco, assuntos e informações de grande importância para os tomadores de decisões, assim como os elementos previsíveis e imprevisíveis do ambiente que afetam o sistema em que a microrregião está inserida. Permitirão a identificação de oportunidades e de ameaças na microrregião, promovem o desenvolvimento e a análise de novas opções de futuro frente às mudanças no ambiente externo.

Para a estimativa do cenário prospectivo da dinâmica econômica regional até 2025 projetou-se a taxa geométrica de crescimento (TGC), que é o percentual médio anual de crescimento da economia dos municípios, da microrregião e do Estado. O método utilizado para calcular a tendência das variáveis em estudo foi o método dos mínimos quadrados ordinários. Este método consiste em uma otimização matemática, que encontra o melhor ajustamento para um

conjunto de dados minimizando a soma dos quadrados das diferenças (resíduos) entre a curva ajustada e os dados.

A forma geral da equação de regressão linear para os dados de amostra é:

$$\bar{Y}_x = \alpha + \beta X \quad (1)$$

Em que:

\bar{Y} : valor estimado da variável dependente (PIB, VA), dado um valor específico da variável independente, X (tempo).

α : é o ponto de intersecção da linha de regressão linear com o eixo Y (ponto no qual $X = 0$), tendo como equação:

$$\alpha = \bar{Y} - \beta X \quad (2)$$

Em que:

β : é a inclinação da linha de regressão.

Já a equação de β é assim definida:

$$\beta = \sum XY - n \bar{X} \bar{Y} / \sum X^2 - n \bar{X}^2 \quad (3)$$

X : é o valor específico da variável independente (tempo).

n : número de observações.

Para verificar o comportamento da tendência, calculou-se as taxas geométricas de crescimento para o PIB e o VA. A taxa geométrica de crescimento é dada pela expressão:

$$TGC = (\text{anti log } \beta - 1) * 100 \quad (4)$$

Em que:

TGC = taxa geométrica de crescimento;

β = coeficiente da regressão $\log Y = \alpha + \beta T$;

Y = variável;

α = constante da regressão;

T = tendência.

A TGC expressa o crescimento da série, em termos percentuais, por período de tempo analisado. O método em si não exige testes estatísticos mais apurados pois utiliza apenas como variáveis o tempo e o Produto Interno Bruto ou Valor Adicionado Fiscal.

Na terceira parte, derivada dos resultados da primeira e segunda parte, foram inquiridas as lideranças locais e a comunidade sobre as tendências do dinamismo econômico e quais seriam as ações necessárias para reverter o quadro apresentado. Nesse caso, o cenário estimado foi apresentado à rede de *experts*. As redes de relacionamento são importantes para o desenvolvimento de cenários. Estar ligado a uma rede de “*experts*” significa estar inserido num

fluxo de informações altamente concentrado e filtrado, podendo-se obter, assim, as percepções desses especialistas sobre futuros alternativos. Segundo Schwartz (1996), participar de várias redes não apenas abre espaços, como permite o cruzamento de *insights*⁴ de pessoas dos mais diferentes lugares.

Por isso, essa parte da pesquisa foi feita utilizando-se o “método Delphi”, utilizado para o planejamento em situações nas quais se estimulou a sugestão de ações e de idéias que fortalecessem a economia regional. Segundo Wright e Giovinazzo (2000), na formulação original, o Delphi é uma técnica para a busca de um consenso de opiniões de um grupo de especialistas a respeito de eventos futuros. A evolução em direção a um consenso obtido no processo representa uma consolidação do julgamento intuitivo de um grupo de peritos sobre eventos futuros e tendências. A técnica baseia-se no uso estruturado do conhecimento da experiência e da criatividade de um painel de especialistas, pressupondo-se que o julgamento coletivo, quando organizado adequadamente, é melhor que a opinião individual.

Conceitualmente, o método Delphi trata da aplicação de um questionário, que circula repetidas vezes por um grupo de peritos, preservando-se o anonimato das respostas individuais. Na primeira rodada, os especialistas recebem um questionário que apresenta, em cada questão, uma síntese das principais informações conhecidas sobre o assunto e, eventualmente, extrações para o futuro, de forma a homogeneizar linguagens e facilitar o raciocínio orientado para o futuro. As respostas das questões quantitativas são tabuladas, recebendo tratamento estatístico simples, e os resultados são devolvidos aos participantes na rodada seguinte (WRIGHT e GIOVINAZZO, 2000). O *feedback* estabelecido através de diversas rodadas permite a troca de informações entre os diversos participantes e, em geral, conduz a uma convergência rumo a uma posição de consenso (ESTES e KUESPERT, 1976; FERRERA DE LIMA et alii, 2005).

O método Delphi não se caracteriza por um instrumento de previsão, mas, sim, por uma técnica de apoio à decisão, à definição de políticas e cenários prospectivos. O processo considera proposições e opiniões sobre políticas alternativas referentes a uma dada questão (FAHEY & RANDALL, 1998).

Diante do exposto, a presente pesquisa tomou como base entrevistas abertas com 14 maiores autoridades políticas e empresariais da microrregião, também denominados de *stakeholders*: a Presidente da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, o Senador da República da região, o Deputado Estadual da região, o Presidente da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste, de São José do Cedro, de Dionísio Cerqueira e de Itapiranga, o Presidente da Associação dos Vereadores do Extremo Oeste de Santa Catarina, o Vice-reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina, o Administrador da Faculdade de

⁴ Perspicácia, discernimento, penetração, introspecção.

Itapiranga, o Presidente do Fórum de Desenvolvimento Regional, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste, de Dionísio Cerqueira e de Itapiranga, conforme anexo na página 168. O horizonte temporal será de dez anos, “cenarizando” os principais fatores em âmbito Mundial, Federal e Estadual, que poderão influenciar a microrregião, tanto em oportunidades como em ameaças.

Atendido o objetivo de identificar a situação atual da dinâmica regional, os principais elementos e impactos da tendência apontada, os resultados foram tabulados, analisados e ordenados como referências básicas para as fases posteriores. Estas referências foram utilizadas em nova rodada, recebendo tratamento estatístico simples e foram novamente enviadas para os mesmos *stakeholders*, no intuito de definição de quem deverá ser o responsável pela execução de cada ação (anexo, páginas 148 a 152). Nesta etapa, retornaram 12 dos 14 quadros com as devidas informações. Passou-se para a etapa final, talvez a mais importante, devido ao impacto, presença e participação. Foi enviado um ofício explicativo, com uma lista de assinaturas e o quadro com as prioridades, para a comunidade microrregional, via correio eletrônico, apresentando as áreas e as ações, buscando a devida validação (anexos, páginas 153 a 156).

Para esta validação, receberam a mensagem, além dos 14 *stakeholders*, também todas as prefeituras municipais da microrregião, todas as associações comerciais e industriais, lideranças locais, professores universitários, estudantes, trabalhadores, empresários, profissionais liberais, etc. Uma verdadeira rede de contatos que objetivava estatisticamente o retorno de, pelo menos, 399 entrevistas.

Conforme Barbetta (2002), para encontrar a amostra estatística mínima necessária em relação à população total, é preciso dispor de algumas informações importantes: primeiro, a população da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina (159.740 habitantes); segundo, a especificação do erro amostral tolerável deve ser feito sob um enfoque probabilístico, ou seja, foi utilizada a fórmula para o cálculo do tamanho mínimo da amostra, representada pela equação abaixo:

$$n = \frac{N}{(\varepsilon^2 \cdot N) + 1} \quad (5)$$

Conhecendo então o tamanho N da população, definiu-se a amostra com margem de erro de 5%, considerando que seria a estatisticamente correta para a equação problema:

$$n = \frac{159.740}{(0,05^2 \cdot 159.740) + 1}$$

$$n = \frac{159.740}{400,35}$$

$$n = 399,00$$

Optou-se pela amostra com margem de erro de 5% como suficiente, pois apresenta o um número adequado para a pesquisa de campo no prazo definido para a pesquisa, levando-se em consideração o número de municípios da região. Este corte amostral estatístico é suficiente para validar as ações apontadas pelos *stakeholders* como importantes, ou seja, este mínimo de 399 entrevistas é o suficiente para representar a população microrregional composta de 159.740 habitantes. O convite foi enviado para validação à comunidade microrregional.

O resultado destas entrevistas foi ponderado por área e de acordo com o critério de peso em relação à ação prioritária, como segue:

- peso 3, para elementos que receberam prioridade 1;
- peso 2, para elementos que receberam prioridade 2;
- peso 1, para elementos que receberam prioridade 3;

ou seja, em cada área foram priorizadas três ações de acordo com o grau de importância na concepção do entrevistado. Foram somados os pontos ou pesos de todas as ações citadas, independente do grau de importância, num sistema de somatório simples, mas que permitiu ter a pontuação final de cada ação em cada uma das áreas.

Esses pesos facilitaram o cálculo da média ponderada para cada elemento pesquisado, multiplicando a freqüência das respostas de cada ação prioritária pelos respectivos pesos e somando-se os resultados obtidos. Desta forma, foram hierarquizadas as prioridades de acordo com o ponto de vista da comunidade civil da microrregião.

Nos municípios onde o retorno da pesquisa estava comprometido, o pesquisador foi pessoalmente fazer essas entrevistas, no intuito de que se atingisse, ou pelo menos se aproximasse o número mínimo necessário de entrevistas por município, conforme projeção no apêndice do anexo (página 157).

6 FATORES HISTÓRICOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494, entre Portugal e Espanha, foi acordado que as terras a serem descobertas na América seriam designadas da seguinte forma: as terras a oeste do meridiano *Greenwich* seriam da Espanha e a leste as terras seriam de Portugal. Este meridiano prefixado passava a 370 milhas a oeste dos arquipélagos de Açores e Cabo Verde e, no território catarinense, passava por Laguna; em consequência, a maior parte da atual Estado de Santa Catarina pertenceria à Espanha. Portugal, no entanto, ampliou seu território em aproximadamente três vezes, sob a alegação do *uti possidetis*, que é uma fórmula diplomática que dá ao país o direito de um território baseado na ocupação efetiva e prolongada, independente de qualquer título. Portugal provou, com documentos e depoimentos, a penetração e ocupação por brasileiros e portugueses do interior do continente sul-americano (BONA, 2004).

O primeiro documento histórico que menciona o Extremo Oeste de Santa Catarina data de 13 de janeiro de 1750, quando foi firmado o Tratado de Madri, entre as Cortes de Portugal e Espanha, pondo fim à discussão da demarcação da linha de fronteira entre as possessões dos dois países na América do Sul. Anulado o Tratado de Madri, a Espanha volta a reclamar parte do território catarinense, alegando divergência entre as confluências do Rio Peperi-Guaçu, alegando supostos erros da primeira demarcação, onde os espanhóis pretendiam levar a fronteira de seu país até o rio descoberto em 1788, dando-lhe o nome de Peperi-Guaçu que, na realidade, era o Rio Chapecó. Inicia-se, a partir daí, uma disputa pela Argentina, reclamando o território que o Brasil reconhecia, ou seja, o situado entre o Rio Peperi-Guaçu e o Rio Chapecó. Em 1889, o Tratado de Arbitramento entre os dois países, aceitou submeter a questão à decisão do presidente dos Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland, que, em 6 de fevereiro de 1895, como árbitro, resolveu a favor do Brasil o desacordo existente, seguindo-se a demarcação dos territórios, que terminou em 1903 (BONA, 2004).

6.1 INÍCIO DA COLONIZAÇÃO DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

O plano de colonização do Oeste Catarinense teve início nos primórdios do ano de 1912, quando o governo do Estado, com a finalidade de promover o povoamento dessas terras, autorizou, por decreto, o funcionamento da empresa *Brazil Development and Company*, sediada em *Portland*, nos Estados Unidos da América do Norte e com sucursal na cidade de Curitiba/PR, sendo subsidiária da *Brazil Railway Company*, pertencente ao Sindicato *Farquhar*, construtora da

estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do Sul, tendo sido iniciado em 1908 o trecho em terras catarinenses. A construtora da ferrovia, em pagamento, recebeu, do governo do Estado, terras equivalentes a quinze quilômetros de largura de cada lado, ao longo dos trilhos. Além disso, a concessão de terras à *Brazil Development and Company* abrangia quase todo o território do Oeste de Santa Catarina, ou seja, 273.703 hectares. O objetivo do governo era integrar definitivamente a região ao território catarinense (BONA, 2004).

Em 1940, por decreto, o presidente Getúlio Vargas encampou as terras do Extremo Oeste, que se encontravam dentro da faixa de 150 quilômetros, na fronteira com a Província de Missiones, na Argentina, a partir do Rio Peperi-Guaçu. Essas terras passaram ao domínio das empresas incorporadas ao Patrimônio da União e foram vendidas a diversas firmas colonizadoras. Todas essas glebas de terras foram divididas em lotes coloniais ou rurais na média de 25 hectares cada um. Além de lotes urbanos para os povoados ou vilas, iniciou-se o povoamento por imigrantes de origem alemã e italiana, em sua maioria vindos do Rio Grande do Sul. Os fatores determinantes da colonização e do povoamento do Extremo Oeste foram: a exploração de madeiras existentes nas glebas para serragem, transporte e exportação, principalmente as araucárias (pinheiros nativos); o desenvolvimento das atividades relacionadas com a colonização das terras, fator social motivado, principalmente, pelo esgotamento das terras gaúchas, que se tornaram impróprias para plantio de cereais (BONA, 2004).

Percebe-se que o processo de colonização data do final da década de 1920, depois de o tropeirismo ter aberto os primeiros caminhos e pontos de fixação populacional e após ser resolvida a questão dos limites com o Paraná e finda a Guerra do “Contestado”. A colonização processou-se em consequência da expansão da área agrícola vinda do Rio Grande do Sul (Roche, 1969). As migrações primeiramente ocuparam as terras ao longo do Rio Uruguai e, em seguida, expandiram-se até os limites do Paraná. Atualmente, o Extremo Oeste tem sua economia voltada para o setor agrícola e para a pecuária. Seus municípios, com características agrícolas, destacam-se no setor agroindustrial, demonstrando sofrer com os impactos gerados pela modernização ocorrida na agricultura nos últimos anos (BAVARESCO, 2005).

Os métodos utilizados para um crescimento econômico acelerado na microrregião têm duas explicações: a dificuldade de comunicação fluvial nos primeiros anos de colonização, que representou um obstáculo para o desenvolvimento, pois o Rio Uruguai oferecia condições de navegabilidade somente durante suas cheias; como também a distância até o porto, localizado na confluência do Rio Uruguai e Paraná (Bacia da Prata), que dificultava o comércio dos produtos coloniais. Além disso, a divisão das terras em pequenas propriedades e a forma tradicional da economia local foram fatores que não permitiram o acúmulo de capital; ou, ainda, que a transferência de capital para outros pólos não permitiu a futura modernização das propriedades

agrícolas. Por outro lado, as terras locais, mais acidentadas, não teriam permitido a exploração econômica através da grande propriedade, que sempre apresentaram reduzida produtividade agrícola (BAVARESCO, 2005).

6.2 OS CICLOS ECONÔMICOS NO OESTE CATARINENSE

Para Bavaresco (2005), o processo de ocupação das terras do Extremo Oeste de Santa Catarina e o desenvolvimento econômico ocorrido na região passa por três ciclos econômicos: primeiro, a pecuária (1890), que está relacionada primeiramente com a disputa externa com a Argentina; segundo, a disputa interna com o Estado do Paraná. Nos dois casos o principal motivo era a riqueza das terras e dos campos gerais, bem como os impostos cobrados pelo trânsito de gado sulino. Não havia, no entanto, o interesse de promover uma ocupação ordenada, resultando disso, nas áreas de campo, a concentração fundiária e a expulsão dos indígenas. Posteriormente, a dificuldade de transporte, a distância entre os centros consumidores e a concepção de que as terras dos campos gerais não eram férteis para a produção agrícola, não estimulando o acúmulo de capital e o empreendedorismo, capazes de promover um desenvolvimento regular na microrregião. O pequeno capital que circulava, proveniente da venda do gado, servia apenas para a aquisição de alimentos, armas e munição, que eram adquiridos na Argentina. Assim, as atividades não geravam grandes reinvestimentos, nem fomentavam o comércio interno, envolvendo o período até os anos 1920.

Já o ciclo da erva-mate também esteve muito relacionado com a Argentina e com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. A falta de estradas que ligassem a microrregião ao restante do Estado e a dificuldade de transportes foram os principais entraves ao desenvolvimento de indústrias ervateiras na região. A extração da erva-mate era itinerante e comercializada principalmente no lado argentino ou paranaense. Ali se desenvolveram indústrias de processamento e isso fez com que a microrregião se caracterizasse como exportadora primária de erva-mate para aquelas indústrias. Este ciclo entrou em decadência, pois o governo argentino criou incentivos fiscais para sua indústria e proporcionou investimentos na criação de tecnologias no plantio e no corte da erva-mate, o que também ocorreu no Estado paranaense. A dificuldade de controle fiscal sobre a extração da erva e a falta de políticas públicas para promover a ocupação definitiva das terras não permitiram o desenvolvimento de indústrias de processamento na região Oeste Catarinense (BAVARESCO, 2005).

Na década de 1930 inicia o ciclo da madeira, de forma extrativista e exploratória, sem o devido cuidado com a preservação e o futuro ambiental. A dificuldade inicial de transportes foi, aos poucos, facilitada pelo Rio Uruguai que, no entanto, oferecia condições de navegabilidade

somente durante suas cheias. Mesmo que pequenas embarcações pudessem se deslocar pelo rio, o transporte de madeira, principal fonte de renda no início da colonização, ocorria somente quando o rio atingisse o ponto de balsa. As dificuldades de transporte no início e durante a colonização foram um entrave ao desenvolvimento regional (BAVARESCO, 2005).

Com isso se percebe, desde o início da colonização da região Oeste Catarinense, na qual a microrregião Extremo Oeste está inserida, que ela passou por sérias dificuldades, podendo ser consideradas o contexto de ocupação até a definição de estratégias econômicas de viabilidade e permanência das primeiras famílias que aqui se fixaram.

Somente a partir do processo de agroindustrialização do Oeste Catarinense e, por conseguinte, do Extremo Oeste, é que começou a se definir e a se criar uma nova identidade econômica, viabilizada através da agricultura familiar instalada.

6.3 INÍCIO DA FASE ATUAL: O PROCESSO DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DO EOSC.

Os colonizadores do Extremo Oeste de Santa Catarina possuíam certa experiência na agricultura e logo transformaram a paisagem da microrregião, adotando um modo de produção rural familiar. Sua produção agropecuária proporcionava uma produção de subsistência e gerava excedentes de produção. A divisão das terras em pequenos lotes coloniais e o sistema primitivo de rotação de terras, ocasionou, porém, o rápido desmatamento e o esgotamento do solo. Assim, o ciclo da madeira entra em decadência devido à redução da mata que dava lugar às plantações, não proporcionando um acúmulo de capital significativo, nem sua transferência para outros setores da economia. O ciclo da madeira, iniciado nos anos de 1930, mostrava sua debilidade logo no final de 1970, ocorrendo assim o fim do ciclo da madeira (BAVARESCO, 2005).

A partir de 1970, inicia-se o processo da agroindustrialização, como nova alternativa econômica. A agroindústria encontrou na agricultura familiar uma fonte de insumos, utilizando-se da sua integração com o pequeno produtor como a garantia para o fornecimento de matéria-prima para processamento industrial. Ocorre, porém, que, com o avanço tecnológico, parte dos produtores não encontrou subsídios para a modernização necessária em sua propriedade. A exigência de modernização agrícola e a dificuldade em saldar os créditos agrícolas dificultaram a adoção de novas técnicas de recuperação do solo, seja pela falta de capital ou pela falta de conhecimento, estimulando o êxodo rural. Este êxodo rural estimulou o avanço da urbanização no Extremo Oeste Catarinense nos anos 1990. Além da agroindustrialização, os anos 1970 e 1980 marcarão a integração definitiva da região com o restante do Brasil (BAVARESCO, 2005).

É nesse contexto que se fortaleceram as grandes agroindústrias integradoras (ou surgiram novas), impondo uma nova dinâmica ao processo produtivo. Essa dinâmica trouxe a

exclusão de muitos agricultores, principalmente por seu caráter seletivo. A integração, com novos padrões tecnológicos, exigiu um aumento da produção (de maior escala) e de índices de produtividade. Esse processo fez aumentar as diferenças socioeconômicas, concentrando renda e diminuindo o número de pessoas envolvidas na produção. Embora, por um lado, as agroindústrias integradoras tenham possibilitado uma estratégia de reprodução da pequena produção familiar, por outro, com seus padrões de produção crescentes, criaram uma dinâmica que vem excluindo aqueles agricultores que não atingem os padrões impostos (SILVESTRO, 1995).

A pequena agroindústria se torna uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte de sua própria história e de sua cultura, tendo como objetivo atender o consumo da família e, em menor grau, abastecer o mercado local com o excedente. Como exemplo, podemos citar a transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas em geral e a fabricação de queijos, embutidos e defumados de carne. Entende-se que agroindustrialização seja a transformação de matérias-primas de origem animal ou vegetal, gerando novos produtos, como, por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas (SILVESTRO, 1995).

Para Testa et alii (1996), a microrregião do Extremo Oeste, inserida no contexto Oeste Catarinense, teve implementadas, pelo Estado, algumas políticas de apoio que incentivaram um modelo de produção agrícola alicerçado no binômio milho/suínos, com inserção dinâmica no mercado através das grandes empresas agroindustriais. Dentro desta estrutura produtiva, o processo de integração foi parcial, não eliminando, com isto, as formas tradicionais da organização familiar diversificada, numa coexistência harmoniosa da atividade industrial com as atividades de comercialização tradicionais e as atividades de subsistência. No campo econômico, o modelo de integração e de produção agroindustrial das grandes empresas provoca um processo de especialização na suinocultura e na avicultura, o que aumenta a escala de produção para uma dimensão que ultrapassa os limites de produção diversificada. Segundo Silvestro et alii (2001), o mercado regional, por exemplo, absorve apenas 2,8% da produção agroindustrial de suínos e 17% da produção de leite e derivados, situação que reflete a dependência ao consumo externo ligado à dinâmica econômica nacional e internacional.

Nesta perspectiva é que a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina alicerçou sua economia nas bases da agricultura familiar, produtora para as agroindústrias aqui instaladas, altamente tecnificadas e exportadoras. Para entender a importância da agroindustrialização e das principais empresas formadoras do Valor Adicionado (VA), segundo informações da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA) de Santa Catarina, apresentam-se, de

forma individualizada, as empresas de alguns municípios e seus ramos de atuação, no ano de 2006:

- Em São Miguel do Oeste, a Cooperativa Central Oeste Catarinense – Aurora, do ramo agroindustrial, mercado interno e externo, com um VA de R\$ 45.541.153,00;
- Em Itapiranga, a Seara Alimentos S/A, do ramo agroindustrial, mercado interno e externo, com um VA de R\$ 55.262.593,00;
- Em Mondaí, a Indústria e Comércio de Móveis Henn Ltda., do ramo de móveis, mercado interno e externo, com um VA de R\$ 19.051.341,00;
- Em Palma Sola, a Palmasola S/A – Madeiras e Agricultura, mercado interno e externo, com um VA de R\$ 14.276.967,00;
- Em Dionísio Cerqueira, a Abastecedora de Derivados de Petróleo, mercado interno e externo, com um VA de R\$ 3.569.866,00;
- Em São João do Oeste, a Cooperativa A1, voltada ao setor agrícola, mercado interno, com um VA de R\$ 3.104.199,00;
- Em Guaraciaba, a Pré-Moldados Artelaje Ltda., indústria de concretos, mercado interno, com um VA de R\$ 2.119.065,00;
- Em Iporã do Oeste, o Cerealista Marx Ltda., indústria de processamento de arroz e farinha, mercado interno, com um VA de R\$ 1.862.175,00;
- Em São José do Cedro, a Cooper Regional Alfa, voltada ao setor agrícola, mercado interno, com um VA de R\$ 1.623.756,00;
- Em Anchieta, a Indústria e Comércio de Móveis Meotti Papinell, do ramo de móveis, mercado interno e externo, com um VA de R\$ 1.461.254,00;

Estas são algumas das empresas da microrregião do Extremo Oeste Catarinense que têm, individualmente, um VA superior a um milhão de reais e, ao mesmo tempo, são as maiores empresas em seu respectivo município. Vale lembrar que muitas outras empresas têm um VA acima de um milhão de reais, mas não são as maiores empresas de seu município. Esse perfil das agroindústrias corrobora com as idéias de Hirschman (1985), ao afirmar que as indústrias de processamento têm se instalado na proximidade das áreas em crescimento, quando se requer delas o preparo do produto já colhido a ser destinado aos mercados mundiais.

Outro aspecto importante é que nos outros municípios que não figuram nesta listagem não há empresa individual com um VA acima de um milhão de reais. Sua característica principal é a agricultura, que aparece em relatórios separados da forma tradicional e eletrônica, apresentada pelas empresas comerciais, industriais e prestadores de serviços.

Neste aspecto, apresenta-se o cenário atual e prospectar o cenário futuro do crescimento econômico regional a partir de dados existentes, bem como as ações necessárias para dinamizar e equacionar esse crescimento através dos *stakeholders* microrregionais.

7 O CENÁRIO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO EXTREMO OESTE CATARINENSE

Nesta fase da pesquisa compara-se o processo de integração e de desenvolvimento econômico do Extremo Oeste de Santa Catarina com o contexto do Sul do Brasil, Estadual, Mesorregional de Santa Catarina e Interregional. Serão apresentados dados econômicos, financeiros, logísticos e sociais da microrregião e suas interrelações, explicitando o dinamismo ou não nos municípios da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina.

7.1 INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA E O PERFIL ECONÔMICO DO EOSC.

Para a integração das várias microrregiões econômicas do Estado de Santa Catarina, cujo perfil é o de economias regionais diversificadas, planejou-se a rodovia BR-282/SC (antiga BR-36) com o objetivo de interligar as regiões Litorânea, Planalto e Oeste Catarinense. A implantação da BR - 282/SC, no trecho Joaçaba - Xaxim, foi iniciada no final do ano de 1954. A falta de recursos impediu sua conclusão. Em janeiro de 1963, no sentido Joaçaba - Xaxim, foram executados os serviços de drenagem, regularização e sub-base numa extensão de 28 km, serviços estes paralisados em 1964. Em 1969, reiniciou-se a implantação do trecho Joaçaba - São Miguel do Oeste. Em 1972, foi iniciada a pavimentação asfáltica, concluindo-se a pavimentação do trecho Joaçaba - São Miguel do Oeste em junho de 1974. O trecho Ponte Serrada – São Miguel do Oeste, da mesma forma que o anterior Campos Novos – Ponte Serrada, desenvolve-se no sentido geral leste-oeste, e se situa bem a oeste do Estado, compreendido entre os paralelos 26°55' Sul e os meridianos 52°30' e 52°45' a Oeste de *Greenwich*. Insere-se parcialmente, em seu segmento inicial, na microrregião econômica homogênea denominada Colonial do Rio do Peixe e, após, na microrregião Colonial do Oeste Catarinense (DNIT, 2007).



Mapa 6 – Rodovias Federais do Estado de Santa Catarina.

Fonte: Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes (2007).

Observa-se, no Mapa 6, que a BR-282, além de servir de corredor de interligação Estadual leste/oeste, partindo da Capital Florianópolis até o Extremo Oeste, serve também de corredor de interligação entre todas as demais BRs no Estado. Não contempla este mapa as SCs, ou seja, rodovias estaduais, nem tampouco as rodovias municipais, que, ao longo da BR-282, formam o emaranhado rodoviário conexo estadual.

A rede intra- e interestadual rodoviária integra todos os municípios, os Estados do Sul do Brasil, bem como os países do Mercado do Cone Sul – MERCOSUL. Trata-se de uma rede rodoviária bem organizada, mas um pouco precária na manutenção. Em muitos pontos, de maior movimentação e estrangulamento, devido ao transporte intenso de produtos agropecuários, já é necessária a duplicação da rodovia ou a construção da terceira pista nas subidas. Para Furtado (2004), quando se coloca diante da população de uma agenda de urgência acerca dos problemas da região, emerge sempre, como principal ponto, a necessidade da melhora de seu perfil distributivo.

Na Tabela 2, pode-se observar a situação atual da BR-282 no Oeste Catarinense.

Tabela 2 – Situação atual da BR-282 no Oeste Catarinense

Trecho	KM in	Km fi	Km to	situação
Entr BR-283 SC-455 (Campos Novos)	335,7	338,2	2,5	PAV
Entr 455 (Campos Novos) - entr SC-303 (Joaçaba)	338,2	380,7	42,5	PAV
Entr SC-303 (Joaçaba) – entr SC-463 (p/ Jaborá)	380,7	402,7	22	PAV
Entr SC-463 (p/ Jaborá) – Catanduvas	402,7	406,3	3,6	PAV
Catanduvas - entr BR-153 (p/Irani)	406,3	433,9	27,6	PAV
Entr BR-153 (p/ Irani) – Ponte Serrada	433,9	457,7	23,8	PAV
Ponte Serrada - SC-466 (Xanxerê)	457,7	498,7	41	PAV
Entr SC-466 (Xanxerê) - entr SC-468 (p/Chapecó)	498,7	534,8	36,1	PAV
Entr SC-468 (p/Chapecó) - entr SC-469 (Pinhalzinho)	534,8	578,1	43,3	PAV
Entr SC-469 (Pinhalzinho) - entr SC-469 (p/Modelo)	578,1	582,1	4	PAV
Entr SC-469 (p/Modelo) – entr BR-158 (p/Cunha Porá)	582,1	602,3	20,2	PAV
Entr BR-158 (p/Cunha Porã) - entr BR-158 (p/Maravilha)	602,3	605,5	3,2	PAV
Entr BR-158 (p/Maravilha) - entr SC-471 (p/Romelândia)	605,5	625	19,5	PAV
Entr SC-471 (p/Romelândia)-entr BR-163/386 (p/Descanso)	625	646,7	21,7	PAV
Entr BR-163/386 (p/Descanso) – São Miguel do Oeste	646,7	650,7	4	PAV
São Miguel do Oeste – Paraíso	650,7	670,6	19,9	PLA
Paraíso - front Brasil/Argentina (ponte rio peperi-guaçú)	670,6	680,4	9,8	PLA

Fonte: Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes (2007)

Percebe-se, através da Tabela 2, que a maior parte da rodovia que integra o Estado já está implantada, inclusive o trecho inicial em Florianópolis é duplicado. Observa-se, no entanto, que o trecho final, na microrregião do Extremo Oeste, entre as cidades de São Miguel do Oeste e de Paraíso, numa extensão de 29,7 quilômetros, está sendo implantado.

Neste contexto, apenas para situar o leitor, abre-se um parênteses para apresentar a integração da e na microrregião com as demais do Estado, bem como com outros Estados do Sul do Brasil. Existe uma rede rodoviária muito bem formada na microrregião, através da BR-163, de São Miguel do Oeste a Dionísio Cerqueira; da BR-386, de São Miguel do Oeste a Mondaí; da BR-472, de Iporã do Oeste a Itapiranga; da SC-386, de Descanso a São João do Oeste; da BR-473, de Guaraciaba a Palma Sola; bem como destas para os demais municípios, todos com acesso em pavimentação asfáltica implantada ou em implantação, que é o caso de Paraíso, de Barra Bonita e de Princesa.

A integração viária da microrregião e do Estado de Santa Catarina não significa que as disparidades econômicas regionais foram completamente sanadas. Isso fica claro quando se analisam os dados econômicos das seis mesorregiões do Estado Santa Catarina, comparando inter- e intra-regionalmente, conforme Mapa 7 abaixo.



Mapa 7 – Mesorregiões do Estado de Santa Catarina (2007)

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Catarina

Na análise dos dados da Tabela 3, que trata das características das mesorregiões do Estado de Santa Catarina, percebe-se uma heterogeneidade muito grande em número de municípios, área em quilômetros quadrados, populacional, densidade populacional, Índice de Desenvolvimento Humano médio, Produto Interno Bruto total, bem como Produto Interno Bruto *per capita*.

A Mesorregião Oeste Catarinense, com 119 municípios, equivalente a 40,61% dos municípios catarinenses, possui uma área geográfica de 27.288,76 k2, equivalente a 28,67% da área total do Estado; uma população de 1.161.755, equivalente a 19,55% do total, perfazendo uma densidade demográfica de 43 habitantes por quilômetro quadrado e um Produto Interno Bruto total em R\$ 15.661.494.818,00, equivalente a 25,24% do total Estadual.

Tabela 3 – Características Gerais das Mesorregiões do Estado de Santa Catarina - 2003.

Mesorregiões	Nº. Municípios	Área km ²	População	Densidade hab/km ²	IDH médio	PIB total R\$	PIB per capita R\$
Oeste	119	27.288,76	1.161.755	43	0,810	15.661.494.818,00	13.791,85
Catarinense							
Norte	26	15.937,77	1.165.849	73	0,826	15.006.915.479,00	13.678,57
Catarinense							
Vale do Itajaí	53	13.003,02	1.352.319	104	0,827	13.098.016.722,00	10.260,02
Grande Florianópolis	21	6.999,43	939.064	134	0,847	7.312.295.020,00	8.332,26
Sul	44	9.709,25	902.478	93	0,810	7.208.840.529,00	8.329,28
Catarinense							
Serrana	30	22.231,94	421.535	19	0,782	3.759.830.780,00	9.166,96
Santa Catarina	293	95.170,17	5.943.000	78	0,817	62.047.393.348,00	10.593,16

Fonte: Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento – PND/2000 e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2003

Especificamente, quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano médio, que do Estado de Santa Catarina é de 0,817, e da Região Oeste Catarinense é de 0,810, estando um pouco abaixo da média estadual, no entanto, igualando-se ao Sul Catarinense e acima da Serrana, que é de 0,782, ensejando algum problema de ordem avaliativa dos indicadores coletados.

Se analisados especificamente, os dados do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* entre as Mesorregiões em relação ao Estado de Santa Catarina, demonstra que a Mesorregião Oeste Catarinense é responsável por elevar o indicador econômico, ou seja, enquanto a média estadual é de R\$ 10.593,16, esta mesorregião tem o melhor valor de R\$ 13.791,85, superando todas as outras mesorregiões do Estado, ensejando um contraponto quanto à questão de região estagnada.

Percebe-se que indicadores voltados às questões sociais apontam a Mesorregião Oeste Catarinense como abaixo da média estadual, no entanto vale ressaltar que os indicadores econômicos, objeto da pesquisa, são favoráveis à Mesorregião Oeste Catarinense, ensejando um valor superior em 30,19% à média estadual, quando analisados o PIB *per capita*, sendo possível inferir que existe dinamismo econômico intra-regional. Nesse sentido, conforme Amaral Filho (2001), é saudável que se combinem o desenvolvimento regional endógeno com o comportamento do tipo cooperativo da região/indivíduo em relação ao todo nacional, exatamente para evitar que o bem-estar, para algumas regiões, signifique o mal-estar para outras regiões.

Na Mesorregião Oeste Catarinense, desde o período da colonização, existe uma forte predominância da agricultura familiar ou do minifúndio, bem como pelas grandes agroindústrias de carnes, operando e ampliando sua capacidade processadora com freqüência, gerando dinamismo, renda e qualidade de vida aos habitantes. O desenvolvimento local-regional está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas na microrregião.

7.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS FINANCEIROS DOS TRÊS ESTADOS DO SUL DO BRASIL, MESORREGIONAIS E MICRORREGIONAIS.

Passa-se a uma rápida análise dos dados financeiros da microrregião, comparando-os com os Estados do Sul do Brasil e das mesorregiões do Estado de Santa Catarina, muito embora os órgãos oficiais que tratam da busca, da tabulação e da disponibilidade desses dados tenham alguma dificuldade em atualizá-los para a totalidade dos municípios. Percebe-se que, quanto aos municípios antigos, ou seja, daqueles que tiveram sua emancipação político-administrativa anterior a 1993, os dados estão disponíveis. Quanto aos outros, ainda não foram disponibilizados nem atualizados, na totalidade, para uma nova série temporal, que poderia ser 2005.

Se analisado o contexto macroeconômico nacional, percebe-se uma discreta melhora nos indicadores de renda em virtude da estabilidade econômica brasileira, proporcionada a partir e pelo Plano Real. Conforme comenta Furtado (2004), economistas e analistas econômicos em geral concordam que a estabilidade de preços é condição necessária para a obtenção de algum ganho distributivo. O crescimento da renda da região é condição necessária para a obtenção de êxito na melhoria das desigualdades sociais.

A Tabela 4, que trata dos depósitos bancários à vista do governo, reflete quantos recursos disponíveis no sistema financeiro tinha o poder público, que poderiam ser utilizados para melhorar a renda e obter êxito nas desigualdades sociais.

Tabela 4 - Depósitos bancários do governo à vista nos município do EOSC – em mil R\$ - 1991, 1996, 2000.

REGIÃO SUL	1991	1996	2000
Paraná	768.221,98	390.931,68	696.658,28
Rio Grande do Sul	853.542,46	990.433,00	477.472,12
Santa Catarina	319.252,32	228.953,68	279.133,76
MESORREGIÕES SC			
Grande Florianópolis	180.227,56	168.518,76	171.874,06
Vale do Itajaí	39.774,34	14.121,44	34.278,82
Oeste Catarinense	34.453,14	22.217,06	31.672,78
Sul Catarinense	22.297,10	7.644,78	17.688,66
Norte Catarinense	31.082,20	8.638,42	17.082,64
Serrana	11.417,96	7.813,20	6.536,80
MUNICÍPIOS			
São Miguel do Oeste	2.137,22	1.011,96	1.865,08
Mondai	418,76	301,30	408,78
São José do Cedro	614,34	139,76	405,12
Dionísio Cerqueira	689,86	184,08	374,12
Itapiranga	701,84	427,52	351,14
Descanso	450,10	913,46	318,30
Iporã do Oeste	178,40	20,58	242,28
Guaraciaba	472,08	219,84	159,22
Anchieta	435,14	379,08	143,82
Palma Sola	461,16	196,46	68,78
Tunápolis	72,86	93,78	62,98
Guarujá do Sul	150,56	16,08	31,18
MICRORREGIÃO EOSC	6.782,32	3.903,90	4.430,80

Fonte: Ipeadata (2007) a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Na Tabela 4 fica explicitada a pouca capacidade de investimento do poder público na região (se comparada essa região com outras regiões), ou seja, os municípios têm uma capacidade financeira estrangulada, ensejando que os municípios não têm capacidade de investimento para ampliação dos parques industriais, que geram empregos, renda e impostos, dando retorno financeiro via movimento econômico, gerado através da agregação de valor aos produtos e relação comercial intra- e inter-regional. Segundo Ferrera de Lima (2005), o arranque de certos ramos da atividade econômica chega, às vezes, como resultado do componente estrutural, ou seja, devido à ação dos investimentos governamentais na infra-estrutura e à melhoria das tecnologias de produção, o que pressupõe uma maior capacidade financeira dos governos.

De outro lado, na Tabela 5, os depósitos bancários à vista da iniciativa privada ensejam uma disponibilidade financeira boa, havendo uma queda inicial de 1991 para 1996, sendo recuperada e ampliada no período seguinte. Nesta tabela percebe-se que a microrregião do Extremo Oeste teve uma disponibilidade financeira superior a R\$ 34 milhões em 2000.

Tabela 5 - Depósitos bancários privados à vista nos município do EOSC – em mil R\$ - 1991, 1996, 2000.

REGIÃO SUL	1991	1996	2000
Rio Grande do Sul	3.313.512,46	1.480.857,90	4.658.051,34
Paraná	2.638.775,46	1.382.094,06	4.602.349,82
Santa Catarina	1.443.231,72	1.011.112,70	2.614.619,16
MESORREGIÕES SC			
Grande Florianópolis	180.227,56	168.518,76	171.874,06
Vale do Itajaí	39.774,34	14.121,44	34.278,82
Oeste Catarinense	34.453,14	22.217,06	31.672,78
Sul Catarinense	22.297,10	7.644,78	17.688,66
Norte Catarinense	31.082,20	8.638,42	17.082,64
Serrana	11.417,96	7.813,20	6.536,80
MUNICÍPIOS			
São Miguel do Oeste	7.180,22	5.306,20	12.770,38
São José do Cedro	2.491,68	1.785,40	4.078,66
Mondai	1.797,18	744,48	3.781,32
Itapiranga	2.628,34	1.483,38	3.092,74
Dionísio Cerqueira	980,64	955,74	3.026,78
Descanso	1.412,88	951,20	2.519,08
Anchieta	932,08	313,70	1.792,50
Iporã do Oeste	1.088,64	1.110,10	1.550,68
Guaraciaba	1.090,86	721,22	1.436,36
Palma Sola	1.051,14	477,42	1.215,10
Tunápolis	365,08	447,86	576,08
Guarujá do Sul	325,82	557,94	550,14
Microrregião EOSC	21.344,56	13.961,94	34.350,49

Fonte: IpeaData (2007) a partir de dados do Banco Central do Brasil.

A capacidade de investimento da iniciativa privada, apresentada na Tabela 5, tanto dos municípios quanto na mesorregião Oeste Catarinense, bem como do Estado de Santa Catarina, possibilitam novos investimentos na geração de empregos, renda e impostos. Ocorre, no entanto, que a recente estabilização econômica produzida pelo Plano Real e a manutenção de altas taxas de juros talvez tornem mais atrativas as aplicações de recursos disponíveis no mercado financeiro.

Na Tabela 6, são apresentados os dados dos depósitos bancários a prazo, ou seja, os depósitos que não estão à disposição a qualquer hora do depositário, sendo necessário aguardar por um lapso temporal para poder consumir, investir ou utilizar para pagamento de impostos governamentais. Para Cruz (2006), a ativação do desenvolvimento econômico depende da capacidade da população de separar parte do consumo, uma fração adequada de seus ingressos ou rendimentos, para destiná-los à criação de capital futuro.

Tabela 6 - Depósitos bancários à prazo nos município do EOSC – em mil R\$ - 1991, 1996, 2000.

ESTADOS SUL BRASIL	1991	1996	2000
Rio Grande do Sul	6.372.539,58	13.289.074,50	13.246.620,94
Paraná	12.603.605,12	13.052.209,54	12.948.646,56
Santa Catarina	1.901.041,46	4.328.103,18	2.935.476,66
MESORREGIÕES SC			
Grande Florianópolis	663.293,74	2.300.437,90	876.611,28
Norte Catarinense	319.911,36	680.923,72	803.372,76
Vale do Itajaí	446.776,92	706.100,70	539.104,96
Oeste Catarinense	225.019,56	397.993,20	380.416,16
Sul Catarinense	153.621,64	169.052,34	240.630,00
Serrana	92.418,24	73.595,30	95.341,48
MUNICÍPIOS			
São Miguel do Oeste	10.979,14	8.637,24	10.707,02
Mondai	2.602,78	160,42	2.127,36
São José do Cedro	2.802,50	2.284,16	1.407,72
Iporã do Oeste	2.171,84	226,12	1.295,06
Anchieta	717,84	1.312,60	1.141,76
Itapiranga	3.250,66	3.313,40	1.077,64
Descanso	1.311,48	1.277,64	273,28
Palma Sola	818,18	94,40	260,54
Guaraciaba	1.073,64	372,42	175,94
Dionísio Cerqueira	2.239,64	1.163,02	152,26
MICRORREGIÃO EOSC	27.980,86	18.841,42	18.618,58

Fonte: IpeaData (2007) a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Considera-se a Tabela 7 talvez a mais importante quanto aos dados econômicos da microrregião, pois é ela que explicita o quanto iniciativa privada, governo e famílias têm aplicado no mercado financeiro oficial. Há também o mercado paralelo, mas é impossível mensurar o quanto nele está investido, seja em dólares, seja entesourado, seja emprestado para amigos e familiares, etc.

Para Furtado (2004), o baixo crescimento, além de inibir as oportunidades de emprego e de corroer as relações regulares (formais) de trabalho, aumenta a heterogeneidade estrutural e esta, por sua vez, recria atividades de baixa produtividade. O principal benefício, ou força, do aumento da produtividade, é o crescimento associado ao acicate da escassez de mão-de-obra. A recuperação da economia regional está associada às noções de intertemporalidade e de irreversibilidade.

Tabela 7 – Aplicações bancárias nos município do EOSC – em mil R\$ - 1991, 1996, 2000.

REGIÃO SUL	1991	1996	2000
Estado do Rio Grande do Sul	57.459.078,00	38.822.906,00	36.071.528,00
Estado do Paraná	44.813.032,00	38.159.082,00	35.123.278,00
Estado de Santa Catarina	24.250.626,00	12.243.266,00	12.922.838,00
MESORREGIÕES SC			
Vale do Itajaí	6.054.360,02	3.329.251,44	4.015.903,70
Norte Catarinense	2.875.388,24	2.090.963,32	2.589.988,46
Grande Florianópolis	11.337.088,76	2.983.694,90	2.237.594,84
Oeste Catarinense	2.477.622,82	1.952.766,30	2.143.503,20
Sul Catarinense	971.505,28	1.390.445,74	1.427.269,22
Serrana	534.661,48	496.143,64	508.577,60
MUNICÍPIO			
São Miguel do Oeste	88.184,78	95.211,00	88.224,06
São José do Cedro	29.458,50	35.711,50	34.060,36
Itapiranga	33.324,40	34.059,98	29.164,80
Dionísio Cerqueira	14.261,60	20.952,06	15.440,30
Anchieta	11.754,74	10.580,34	12.860,94
Palma Sola	33.135,52	17.897,36	11.930,62
Iporã do Oeste	21.825,86	10.696,90	10.530,02
Guaraciaba	20.400,88	20.057,62	9.684,34
Descanso	33.618,52	17.738,50	9.216,88
Mondai	23.035,90	9.056,26	8.405,46
Guarujá do Sul	2.434,32	1.284,12	466,78
Tunápolis	1.242,52	1.300,60	228,02
Microrregião EOSC	312.677,54	274.546,24	230.212,58

Fonte: IpeaData (2007) a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Na Tabela 7, que trata das aplicações financeiras, percebe-se que a microrregião Extremo Oeste, embora tenha reduzido seu estoque financeiro, tem uma capacidade ou possibilidade de investimento muito boa. São mais de 230 milhões de reais aplicados em bancos oficiais, que poderiam estar circulando na forma de novos investimentos, gerando emprego, renda e impostos. No modelo de crescimento econômico proposto por Hirschman (1985), torna-se evidente que a quantidade de investimento dependia não só do total da renda acumulada no período precedente, mas também da forma de distribuição dessa renda – fluxo de renda agregada, ou seja, da acumulação de capital.

Se analisado no contexto da mesorregião Oeste Catarinense, a microrregião do Extremo Oeste representa mais de 10% do montante das aplicações no sistema financeiro.

7.3 ANÁLISE INTER-REGIONAL COMPARADO COM O TOTAL DO ESTADO.

Percebe-se o dinamismo da Microrregião do Extremo Oeste quando observados os dados da Tabela 8, que trata do VA aos municípios em relação às mesorregiões e ao próprio

Estado de Santa Catarina. Convencionou-se buscar informações das séries temporais 1991, 1995, 2000 e 2005, considerando a disponibilidade de dados e firmar parâmetros equitativos que possibilitem a análise temporal. Como se trata de períodos com moedas diferentes, foi preciso unificar os valores, convertendo o ano de 1991 para a moeda Real, instituída a partir do Plano Real em 1994, ensejando, então, que os valores de 1995, 2000 e 2005, já estejam dispostos nesta moeda.

Tabela 8 - Valor Adicionado municípios do EOSC – valores em R\$ - 1991/1995/2000/2005.

MUNICÍPIO	1991*	Índice	1995	Índice	2000	Índice	2005	Índice
ITAPIRANGA	28.991.743	0,50089	50.051.466	0,33287	74.209.212	0,30265	271.971.495	0,41711
SÃO MIGUEL OESTE	49.070.010	0,84781	71.766.385	0,48191	84.235.145	0,32076	213.542.371	0,36447
MONDAÍ	7.538.775	0,13025	14.548.717	0,13294	30.555.783	0,14587	105.188.576	0,19883
SÃO JOÃO OESTE	6.246.328	0,10792	16.706.842	0,13974	30.149.053	0,14480	94.383.991	0,18458
SÃO JOSÉ CEDRO	14.062.590	0,24297	20.859.601	0,17371	35.716.808	0,16736	85.011.059	0,17366
IPORÃ DO OESTE	7.038.671	0,12161	13.003.229	0,13852	26.996.875	0,13959	79.497.166	0,17001
GUARACIABA	11.050.791	0,19093	18.501.514	0,15490	28.427.029	0,14792	71.280.950	0,15433
DESCANSO	7.366.476	0,12728	17.722.968	0,15466	31.557.472	0,14854	64.975.084	0,14764
TUNÁPOLIS	5.957.439	0,10293	12.949.808	0,12455	21.967.060	0,11644	54.932.504	0,12034
PALMA SOLA	8.334.914	0,14401	10.053.516	0,12185	25.488.302	0,13741	51.890.544	0,13304
DION. CERQUEIRA	8.116.055	0,14023	10.851.464	0,12291	23.570.334	0,12919	45.030.960	0,12069
GUARUJÁ DO SUL	5.161.150	0,08917	6.458.710	0,08853	11.499.230	0,09354	33.128.253	0,09804
ANCHIETA	6.210.100	0,10730	7.655.054	0,09655	9.231.403	0,09228	25.567.003	0,08922
PARAÍSO	5.390.631	0,09314	5.061.138	0,08190	7.495.804	0,07527	18.742.076	0,07824
SANTA HELENA	2.313.625	0,03997	3.378.448	0,07060	5.966.592	0,06926	15.008.511	0,07445
BELMONTE	2.296.910	0,03969	2.381.627	0,06718	5.167.465	0,06751	14.506.787	0,07292
BANDEIRANTE	0	0	4.024.196	0,07450	5.076.253	0,06831	12.444.496	0,07018
PRINCESA	0	0	3.102.155	0,07029	6.489.291	0,07064	11.202.895	0,06892
BARRA BONITA	0	0	3.251.213	0,07028	3.703.129	0,06282	7.068.290	0,06264
TOTAL AMEOSC	167.029.153	3,26907	292.328.051	2,69850	467.502.240	2,50016	1.275.373.011	2,79931
Crescimento Ameosc	100,0%	100,0%	75,01%	-17,45%	55,83%	-7,35%	172,81%	11,97%

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (2007); *atualização monetária ano 1991 para 1995: http://www.go.trf1.gov.br/judicial/custas_judiciais/atu_monetaria.php (2007); fator de conversão: 0,0013927058, ou seja, se tomado como exemplo, um valor de 1991 igual a Cr\$ 10.000,00, atualizado para Janeiro de 1995 será igual à R\$ 13,92;

A Tabela 8 faz uma forte relação com a Tabela 9, pois ambas tratam do mesmo assunto em contexto diferentes, ou seja, a Tabela 8 dos municípios individualmente, enquanto a Tabela 9, das Mesorregiões do Estado, bem como do total do Estado de Santa Catarina.

Tabela 9 - Valor Adicionado das Mesorregiões do Estado de Santa Catarina – em R\$-1991/1995/2000/2005.

MESORREGIÕES SC	1991*	Índice	1995	Índice	2000	Índice	2005	Índice
% Grande Florianópolis	100,0%	100,0%	212,92%	21,05%	115,70%	18,99%	154,56%	13,30%
Grande Florianópolis	381.311.811	6,588	1.193.196.704	7,975	2.573.750.020	9,490	6.551.944.564	10,752
% Norte Catarinense	100,0%	100,0%	168,17%	3,07%	59,77%	-7,23%	101,11%	-14,33%
Norte Catarinense	1.249.038.060	21,581	3.349.524.890	22,244	5.351.426.138	20,634	10.762.130.368	17,678
% Oeste Catarinense	100,0%	100,0%	118,71%	-12,08%	96,38%	9,13%	122,00%	-5,49%
Oeste Catarinense	1.589.342.029	27,465	3.476.070.730	24,148	6.826.366.728	26,352	15.154.860.811	24,906
% Serrana	100,0%	100,0%	198,20%	10,64%	85,84%	10,80%	120,11%	-5,28%
Serrana	397.035.115	6,860	1.183.969.428	7,590	2.200.329.379	8,409	4.843.232.296	7,965
% Sul Catarinense	100,0%	100,0%	87,42%	-18,21%	118,68%	8,78%	127,99%	-0,22%
Sul Catarinense	483.983.182	8,362	907.083.482	6,840	1.983.633.697	7,440	4.522.424.431	7,423
% Vale do Itajaí	100,0%	100,0%	172,44%	7,07%	52,10%	-11,31%	172,41%	13,01%
Vale do Itajaí	1.686.785.437	29,144	4.595.441.582	31,204	6.989.856.802	27,675	19.040.762.736	31,276
Total do Estado	5.787.840.177	100,0%	14.699.501.816	100,0%	25.925.362.763	100,0%	60.880.355.206	100,0%
Crescimento Estado	100,0%	-	153,97%	-	76,37%	-	134,83%	-

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (2007); *atualização monetária ano 1991 para 1995: http://www.go.trf1.gov.br/judicial/custas_judiciais/atu_monetaria.php (2007); fator de conversão: 0,0013927058, ou seja, se tomado como exemplo, um valor de 1991 igual a Cr\$ 10.000,00, atualizado para Janeiro de 1995 será igual à R\$ 13,92;

Inicialmente é preciso entender a sistemática de funcionamento e o que representam estes dados, para depois poder entendê-los e interpretá-los no contexto geral. O imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelo Estado e tem como fórmula de rateio 25% para os municípios do respectivo Estado, ou seja, do total arrecadado, 75% permanecem nos cofres estaduais para custeio de suas despesas e 25%, são rateados entre os 293 municípios do Estado. Do montante da arrecadação do imposto, 25% pertencem aos municípios e os critérios de rateio são de acordo com um índice de distribuição apurado com base no VA fiscal de cada um dos municípios, conforme preceitua o parágrafo único, incisos I e II, do artigo 158 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº. 63/90 (VEDANA, 2002).

Para vislumbrar claramente, transformamos os 25% de retorno do ICMS para os municípios do Estado como sendo os 100% que lhes são constitucionais, os quais serão rateados

obedecendo à legislação em vigor, que orienta para a seguinte instrução: 15% serão distribuídos de igual forma entre todos (293 municípios) e 85% são distribuídos conforme o VA total de cada município, apurado de acordo com as Declarações de Informações Econômicas e Fiscais (DIEFs), substituídas em 2006 para a nova sistemática, denominada DIME – Declarações de Informações do Movimento Econômico (VEDANA, 2002).

Percebe-se a importância do VA para os municípios, ao mesmo tempo em que eles devem estar atentos e auxiliar o Estado na tarefa de fiscalizar possíveis situações de sonegação fiscal ou de informações. Os municípios não têm poder de polícia, mas têm poder de sensibilizar o empresário, conscientizar o consumidor e denunciar, em último caso, quando não impactar nenhuma das possibilidades anteriores.

Feita esta análise, o índice apresentado na Tabela 8 é o mesmo utilizado como parâmetro de distribuição do ICMS para os municípios, sendo agora de fácil entendimento o porquê dos 100%, quando referido ao total dos municípios com relação ao Estado. Para que seja possível ter um parâmetro do período de 1991 com os demais períodos, em virtude da diferença monetária, foi utilizada a página eletrônica do Tribunal Regional Federal, da primeira região, no Estado de Goiás, apurando-se o coeficiente de 0,0013927058, transformados os valores expressos em Cruzeiros de 1991, para Reais em 1995. Ressalta-se que os valores expressos em Reais não foram atualizados monetariamente em nenhum período, permanecendo os valores originais.

Ainda a título de informação, observou-se que os municípios da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina passaram por uma experiência interessante no período de 2001 até 2005, quando lançaram uma campanha de conscientização para a inibição de sonegação fiscal, campanha na qual o consumidor solicitava a nota ou o cupom fiscal e trocava, em sua respectiva prefeitura, por uma “Raspadinha Premiada”. Neste “Raspadinha” estavam ocultos prêmios instantâneos ou mensagens de incentivo para continuar tentando e ajudando o município no combate à sonegação. Ao final da campanha, as raspadinhas não contempladas com um prêmio instantâneo eram identificadas, devolvidas para a AMEOSC, lançadas numa urna e feito um sorteio final de um computador e uma motocicleta 125 cc. Esta campanha apresentou resultados muito positivos para os municípios, onde já havia a cultura de solicitar a nota ou o cupom fiscal.

Na Tabela 8, que trata do VA individual dos municípios da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), nos períodos de 1991, de 1995, de 2000 e de 2005, percebe-se novamente uma peculiaridade heterogênea entre todos os municípios da microrregião. Excetuando-se São Miguel do Oeste, cidade pólo com uma densidade populacional e produtiva interessante, os outros municípios que se destacam na formação do VA estão localizados no extremo sul do Extremo Oeste Catarinense. Se analisados os dados em valores absolutos do VA, percebe-se que, de 1991 para 1995, a microrregião teve um crescimento

de 75,01%, enquanto o Estado teve um crescimento de 153,97%, significando que a mesma região teve uma perda percentual em números absolutos de 78,87%. Este mesmo período é analisado através dos índices de retorno do ICMS, onde se constata que a microrregião teve uma queda de 17,45%, ou seja, comparado ao Estado, teve uma diminuição de retorno do ICMS em 17,45%, ensejando o ganho na mesma proporção para as outras microrregiões do Estado.

Os dados comparativos dos anos de 1995 com 2000 ensejam uma análise muito parecida com o período anterior, ou seja, a microrregião teve um crescimento no VA de 55,83%, enquanto o Estado cresceu 76,37% em valores absolutos. Com estes dados, percebe-se que a microrregião cresceu em 20,54%, mas cresceu menos que o Estado em números absolutos. Considerado-se, no entanto, em números percentuais ou relativos, a microrregião teve uma perda menor, ou seja, uma perda percentual de 7,35%, inferindo-se uma reversão do processo de estagnação ou de região pouco dinâmica.

Diferentemente, se comparados os dados do VA de 2000 com 2005, percebe-se uma inversão ou mudança de trajetória, ou seja, enquanto a microrregião cresceu 159,84%, o Estado cresceu apenas 134,83%, significando que esta cresceu 25,01% mais que o Estado de Santa Catarina, em números absolutos. Ao analisar os números relativos ou percentuais, percebe-se que a microrregião cresceu 15,39% mais que o Estado, permitindo constatar que essa região está num processo inverso, saindo de uma condição de recessão ou de estagnação, para uma nova fase de crescimento e de aceleração do dinamismo econômico.

Por fim, considerando o período todo, o índice total da microrregião em 1991 era de 3,26907, em 1995 de 2,69850, em 2000 de 2,50016, ao passo que em 2005 era de 2,88501, sendo possível perceber que a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina teve uma perda gradual em seu índice até 2000, ensejando neste período sua caracterização como região estagnada e sem dinamismo. Ocorre que, a partir de 2000, a microrregião começa a ter seu índice de retorno do ICMS gradativamente melhorado, crescendo além do crescimento médio estadual, ensejando, neste novo ou recente período, um momento de aceleração e dinamismo. Neste aspecto, segundo Amaral Filho (2001), significa dizer que o passado influencia o presente e que este influencia o futuro (intertemporalidade); que as propriedades de tempo zero não coincidem com as propriedades do tempo um, e assim sucessivamente (irreversibilidade), de tal forma que a situação de equilíbrio no tempo zero dificilmente será recuperada no tempo um, tal como preconiza Schumpeter (1982).

7.4 ANÁLISE MOVIMENTO ECONÔMICO INTRA-REGIONAL DO EOSC.

Na análise inter-regional no contexto da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, todos os municípios têm crescimento numérico positivo, ou seja, todos os municípios crescem em valores absolutos. Se considerados, no entanto, os números relativos, ou seja, o índice de retorno do ICMS, que representa a participação relativa de cada um, frente ao total estadual, observa-se uma perda relativa para a microrregião do Extremo Oeste. A perda ou a queda nos índices de retorno dos municípios ocorre principalmente nos períodos de 1991 para 1995 e deste para 2000. Já no período de 2000 para 2005, observa-se uma mudança de tendência ou rota gráfica, mostrando que houve uma inversão e, consequentemente, a retomada do dinamismo econômico.

Destaque para o município de Itapiranga que, além de ultrapassar São Miguel do Oeste no índice de retorno do ICMS no período de 1991 a 2005, consegue se aproximar ao índice original de 0,50089 em 1991 para 0,41711 em 2005, embora tenha tido duas emancipações de distritos (Tunápolis e São João do Oeste). O município de São Miguel do Oeste, além de perder o posto de primeiro colocado no *ranking* do índice de retorno do ICMS para Itapiranga, tem uma perda significativa no índice, passando de 0,84781 em 1991, para apenas 0,36447 em 2005, em parte resultado de três emancipações de distritos (Bandeirante, Barra Bonita e Paraíso). De mais a mais, oito dos municípios têm um desempenho positivo entre os períodos de 1991 a 2005, que são: Mondaí, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Descanso, Tunápolis, Guarujá do Sul, Santa Helena e Belmonte. Já os municípios de São José do Cedro, Guaraciaba, Palma Sola, Dionísio Cerqueira, Anchieta, Paraíso, Bandeirante, Princesa e Barra Bonita, além de Itapiranga e de São Miguel do Oeste, apresentam um desempenho negativo entre os períodos de 1991 a 2005. Vale ressaltar que, neste período, aconteceram muitas emancipações em âmbito estadual e que é imperativo legal haver uma diluição dos recursos entre todos os novos municípios catarinenses, fazendo com que os 100% pertencentes a estes como um todo sejam distribuídos de acordo com seu VA e, respectivamente, a seu índice de retorno do ICMS.

Importante ressaltar é que, até 1941, havia, no Estado de Santa Catarina, 44 municípios, em 1963 havia 185, em 1988 havia 190 e hoje são 293. Foram emancipados, nos anos de 1989 a 1992, 19 municípios; no período de 1993 a 1996, 41 novos municípios; de 1997 a 2000, outros 33 municípios novos. Isto proporcionou uma queda no retorno do ICMS para alguns municípios catarinenses, dando a conotação de perda de dinamismo. Na verdade o que aconteceu foi uma diminuição ou diluição ou nova distribuição dos índices de retorno do ICMS entre os pares. Consequentemente, houve diminuição das bases territoriais e despesas político-administrativas para a origem, gerando uma nova estrutura administrativa: enxuta, dinâmica e viável – se não a melhor, talvez uma das melhores políticas públicas de distribuição de renda do país.

Para confirmar estas informações, passa-se aos dados econômico-financeiros, bem como, no capítulo seguinte, à análise da tendência do PIB e do VA, onde será possível perceber que os municípios novos, de modo geral, desprovidos de vícios e de estruturas pesadas, ajustam-se rapidamente às determinações do mercado e legais, com maiores facilidades de cumprimento dos textos constitucionais, com aplicação dos índices mínimos na educação e na saúde, por exemplo. Inicia-se, então, uma análise financeira das microrregiões e das mesorregiões do Estado de Santa Catarina, bem como dos três Estados do Sul do Brasil.

7.5 DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO EOSC

Passa-se a apresentar algumas características da microrregião Extremo Oeste, conforme Tabela 10, com uma relação da área territorial, distância da capital do Estado, altitude, latitude sul e longitude oeste. O município de Mondaí tem a menor altitude média da microrregião, com 235 metros, ao passo que o município de Palma Sola possui a maior altitude média, sendo de 870 metros, ou seja, uma diferença inter-regional de 635 metros de altitude média. Outro aspecto a considerar é a área territorial entre o menor (São Miguel do Oeste = 71,63 km²) e o maior (Palma Sola = 331,22 km²), diferença que também é expressiva, ou seja, uma diferença de 259,59 quilômetros quadrados. Esta última informação deixa clara a evidência de que o município de São Miguel do Oeste não possui muita ligação com o setor primário e, sim, especializou-se no setor secundário e terciário, conforme poderá ser observado na Tabela 14. Também é possível perceber que o fator de produção terra não é determinante exclusivo de geração e de distribuição de renda. Quanto à distância da capital do Estado, percebe-se que, no contexto geral, todos têm aproximadamente a mesma distância a percorrer, em média 700 km, o que proporciona dificuldades de contatos permanentes com autoridades governamentais.

Tabela 10 – Características Gerais dos Municípios da Microrregião EOSC -2007.

Municípios	Área (km ²) territorial	Distância rodoviária à capital (km)	Altitude (m)
Anchieta	228,85	698	710
Bandeirante	146,14	701	517
Barra Bonita	93,86	717	335
Belmonte	93,73	686	612
Descanso	287,37	678	552
Dionísio Cerqueira	378,96	759	830
Guaraciaba	331,13	706	670
Guarujá do Sul	100,76	735	707
Iporá do Oeste	201,99	702	557
Itapiranga	280,20	733	206
Mondai	201,55	693	235
Palma Sola	331,22	717	870
Paraíso	179,35	712	520
Princesa	85,60	738	588
Santa Helena	81,04	703	530
São João do Oeste	163,71	727	320
São José do Cedro	281,01	728	731
São Miguel do Oeste	71,63	646	468
Tunápolis	133,07	711	430

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento (2007)

Como é possível perceber, nenhum município possui uma área territorial expressiva ou significativa, ensejando, além do fator de produção mão-de-obra, caracterizado pela reduzida população, também o fator de produção terra em quantidade reduzida. Por outro lado, como a cultura trazida pelas colonizadoras é o minifúndio, ou seja, a agricultura familiar, este aspecto será enfocado no Capítulo VIII, que apontará o dinamismo ou não da microrregião Extremo Oeste Catarinense.

A Tabela 11 trata dos Indicadores de Desenvolvimento Humano/Municipal (IDH/M) dos municípios da microrregião, comparados com o Estado de Santa Catarina e com o Brasil. Percebe-se que apenas cinco municípios possuem um IDH/M menor que a média nacional, e, se comparados com a média estadual, apenas dois são maiores. Para Moraes (2003), na vertente denominada social, o objetivo do desenvolvimento não seria tanto promover a localidade enquanto um negócio rentável, mas atender às necessidades sociais, pelo alargamento da democracia local em direção à dimensão econômica. Complementa Putnam (2000) que os fatores socioculturais, como tradição cívica, capital social e práticas colaborativas têm papel decisivo na explicação das diferenças regionais.

Conforme a Tabela 11, as diferenças socioculturais apregoadas por Putnam (2000), acontecem no Extremo Oeste Catarinense, onde, além de São Miguel do Oeste, a parte extremo sul tem-se destacado positivamente (Itapiranga, Tunápolis, São João do Oeste e Mondaí).

Tabela 11 – Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano/Municipal (1991 e 2000) dos municípios do EOSC.

Identificação\indicador	Renda		Longevidade		Educação		IDHm	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849	0,696	0,766
Santa Catarina	0,682	0,750	0,753	0,811	0,808	0,906	0,748	0,822
São Miguel do Oeste	0,656	0,727	0,791	0,878	0,829	0,908	0,759	0,838
Itapiranga	0,607	0,711	0,787	0,846	0,850	0,938	0,748	0,832
Tunápolis	0,577	0,662	0,787	0,874	0,851	0,926	0,738	0,821
São João do Oeste	0,577	0,661	0,742	0,823	0,860	0,949	0,726	0,811
Mondai	0,566	0,675	0,787	0,823	0,801	0,928	0,718	0,809
São José do Cedro	0,610	0,691	0,787	0,849	0,796	0,873	0,731	0,804
Guarujá do Sul	0,605	0,711	0,763	0,829	0,803	0,870	0,724	0,803
Descanso	0,584	0,671	0,787	0,823	0,806	0,894	0,726	0,796
Santa Helena	0,515	0,661	0,765	0,829	0,783	0,871	0,688	0,787
Guaraciaba	0,561	0,667	0,766	0,801	0,797	0,888	0,708	0,785
Iporã do Oeste	0,621	0,655	0,710	0,762	0,808	0,922	0,713	0,780
Paraíso	0,514	0,642	0,777	0,829	0,747	0,847	0,679	0,773
Anchieta	0,553	0,611	0,768	0,829	0,736	0,867	0,686	0,769
Bandeirante	0,493	0,621	0,763	0,829	0,737	0,845	0,664	0,765
Belmonte	0,514	0,633	0,745	0,775	0,758	0,869	0,672	0,759
Palma Sola	0,549	0,648	0,710	0,769	0,734	0,855	0,664	0,757
Princesa	0,520	0,646	0,710	0,762	0,744	0,845	0,658	0,751
Dionísio Cerqueira	0,584	0,650	0,733	0,762	0,753	0,830	0,690	0,747

Fonte: PNUD Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2007).

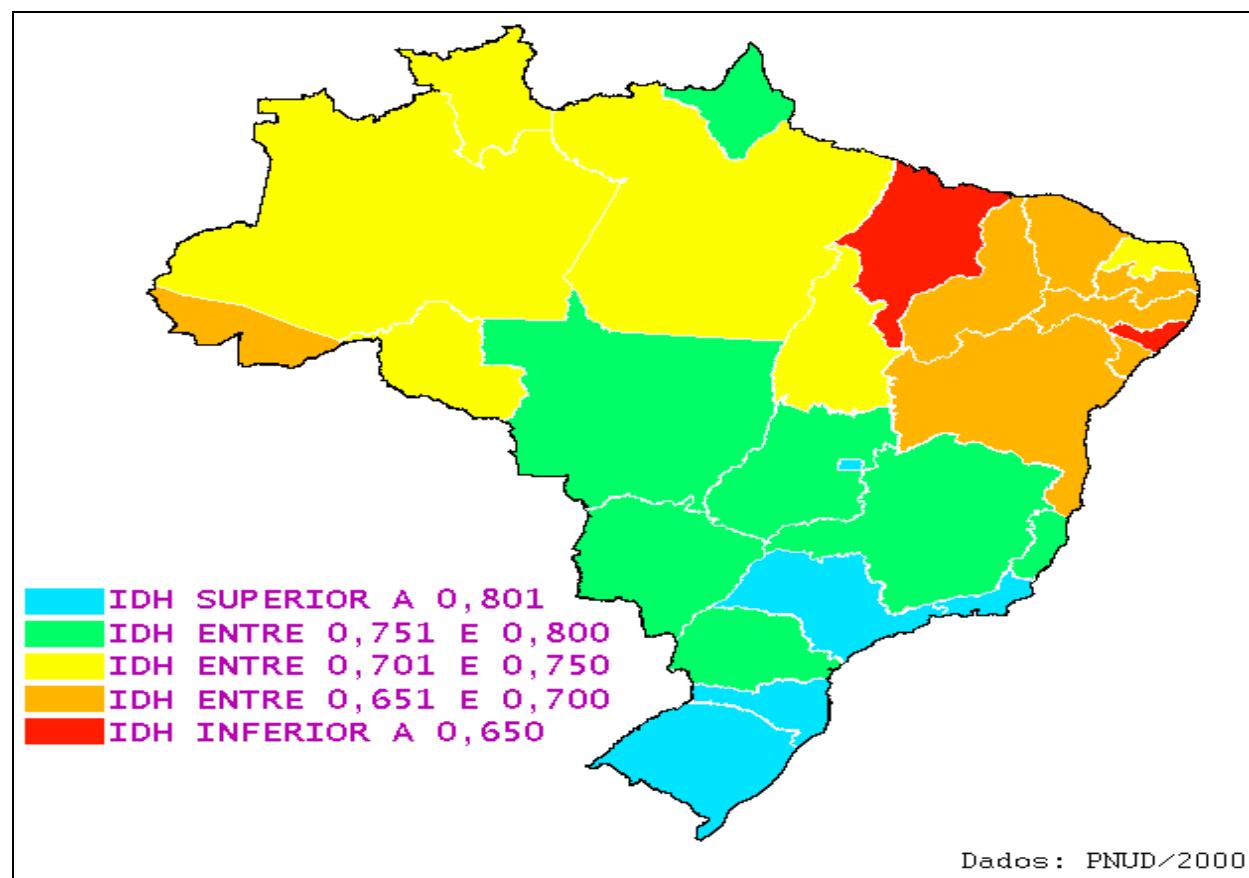
O Indicador de Desenvolvimento Humano, que tratam de dados apurados pelo Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD), apontam para uma microrregião com índices acima da média estadual e nacional. Quando observados especificamente os dados relativos à renda, confirma-se aqui a afirmação de que a microrregião é considerada e apontada como estagnada ou deprimida, apresentando indicadores de renda abaixo da média estadual e nacional.

Se observados especificamente os dados educacionais, percebe-se que a microrregião tem um excelente desempenho na parte extremo sul, ou seja, Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Iporã do Oeste e Mondaí, que foram os primeiros municípios colonizados e que obedeceram à dicotomia alemão/italiano e católico/protestante, como também o município de São Miguel do Oeste. Em 2007 a Presidência da República premiou os 64 municípios brasileiros com melhor desempenho educacional, sendo o primeiro o município de São João do Oeste e o trigésimo o município de Tunápolis, dentro deste contexto nacional.

Para Moraes (2003), as capacidades, as competências e as habilidades locais, ao serem reativadas internamente, podem favorecer a emergência de um novo estágio tecnológico e de conhecimentos que garantam a manutenção e a melhoria da qualidade de vida na microrregião. Fatores regionais que têm influência direta sobre a dinâmica do desenvolvimento microrregional

podem ser potencializados pela capacidade organizativa, técnica e gerencial das administrações locais, pela capacidade de articulação e de mobilização dos recursos e pela formação social e da base econômica local-regional.

Observa-se, no Mapa 8, que o Estado de Santa Catarina apresenta, pelo Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD/2000), na totalidade de seus municípios, um ótimo IDH/M, ou seja, todo o Estado está em destaque na cor azul, ensejando um índice médio acima de 0,801. Observando os indicadores individuais da microrregião Extremo Oeste, percebe-se que apenas sete municípios estão acima da média e os outros onze abaixo da média, indicando a possibilidade de um índice médio microrregional aquém da média estadual. Somados os índices de todos os municípios da microrregião e feita a devida divisão para obter a média, percebe-se que a microrregião possuí um índice médio de 0,747, bastante aquém da média estadual e um pouco aquém da média nacional, no IDH/M, causando preocupação futura.



Mapa 8 – Índice de Desenvolvimento Humano por Estado

Fonte: PNUD (2000)

A evidência empírica mostra que os efeitos de difusão desse tipo de crescimento econômico concentrador são claramente desiguais e insuficientes para eliminar as situações de pobreza em que ainda vive parcela da população. Além disso, os grandes grupos empresariais e

financeiros se orientam para os mercados globais e não assumem compromissos com a regulação social e política dos diferentes territórios (MOURA, 1997).

Para Moraes (2003), na vertente denominada social, o objetivo do desenvolvimento não seria tanto promover a localidade enquanto um negócio rentável, mas atender às necessidades sociais, pelo alargamento da democracia local em direção à dimensão econômica. A construção de redes alternativas de comercialização de produtos e o incremento de atividades com potencial de dinamização econômica e de distribuição de renda são indicativos de estratégias usadas para o desenvolvimento local-regional, como, por exemplo, as cooperativas de produção e de comercialização, consórcios para uso de equipamentos agrícolas e projetos de turismo não predatório.

8 CENÁRIO PROSPECTIVO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO EXTREMO OESTE CATARINENSE.

O planejamento regional ou territorial, com a pretensão de formular recomendações para o desenvolvimento de uma microrregião, deverá levar em conta aspectos econômicos, criando efeito de encadeamento (*linkagens*) aos principais fatores condicionantes nos planos nacionais e internacionais. Buarque (2002) sugere a existência de caminhos planejados que impulsionem o desenvolvimento da região, como fator de extrema relevância para garantir a agilidade no alcance do nível de avanço desejado. Sendo assim, o desenvolvimento regional é alcançado através de um conjunto de ações, de idéias, de esforços e de posturas que promovam a evolução socioeconômica e tecnológica de uma microrregião. Para isso, faz-se necessário conhecer às tendências dos indicadores econômicos.

Inicia-se, neste capítulo, conforme proposto nos objetivos específicos, a análise de dados econômicos que mostram as disparidades econômicas microrregionais e a projeção de tendências dos principais indicadores do dinamismo regional, fornecendo assim subsídios para os cenários prospectivos.

8.1 A TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: A EXPANSÃO DO PIB

Na análise dos dados do Produto Interno Bruto (PIB), que fornecem um panorama do dinamismo econômico microrregional, observam-se municípios com ótimo desempenho econômico, enquanto outros enfrentam dificuldades e possuem baixa capacidade de crescimento. Nesta análise, buscaram-se dados econômicos atuais para prospectar o futuro, vislumbrando como estarão os municípios da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina em 2025.

A prospecção foi anual, no entanto deu-se destaque na apresentação dos dados apenas aos anos de 2010, 2015, 2020 e 2025, facilitando a visualização, a tabulação, a expressão gráfica e a posterior análise dos dados. Destaca-se que a formatação utilizada é a média de crescimento individual de cada município, relativo ao período ocorrido, ou seja, de 1998 a 2005, sendo dados reais, prospectando, a partir destes, os anos requeridos. A margem de erro ficou abaixo de 5% tendo em vista que, a partir de 2000, os municípios investiram na formação de capital social e na instalação de novas empresas, o que já causou e poderá causar ainda impacto positivo maior no PIB. A primeira análise será afeta à evolução do PIB, ao preço de mercado, como observado na Tabela 12.

TABELA 12 – Cenário Prospectivo de Expansão do Produto Interno Bruto a preços de mercado do EOSC – 1998/2025 (milhões R\$)

Municípios	VALORES							PREVISÃO					TGC
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2010	2015	2020	2025	
	0	1	2	3	4	5	6	7	12	17	22	23	
Itapiranga	119,16	123,58	159,66	221,60	231,53	305,92	332,77	367,37	559,75	752,14	944,52	1136,91	20,69%
Santa Helena	9,19	10,77	13,63	15,16	16,63	21,13	23,23	25,09	36,85	48,61	60,38	72,14	16,73%
Iporã do Oeste	33,07	37,88	45,12	53,73	58,80	79,99	72,74	85,47	124,20	162,94	201,67	240,41	15,87%
Palma Sola	30,27	35,63	40,88	40,39	49,63	70,24	70,64	76,68	112,23	147,78	183,33	218,88	15,74%
São Miguel do Oeste	173,60	169,60	204,66	220,49	264,28	346,42	375,33	396,12	577,98	759,85	941,72	1123,58	15,35%
Tunápolis	21,96	23,91	31,17	32,14	40,99	50,28	46,14	54,53	78,65	102,77	126,89	151,02	15,30%
Mondai	44,04	44,84	65,74	66,84	69,58	94,03	97,33	106,35	153,15	199,95	246,75	293,54	15,01%
São João do Oeste	32,71	33,04	42,96	55,43	53,32	70,59	67,70	78,02	112,03	146,03	180,04	214,04	15,01%
Belmonte	9,19	10,34	12,13	11,49	12,06	19,56	21,75	21,80	31,81	41,81	51,82	61,83	14,75%
São José do Cedro	55,19	63,78	78,99	88,47	88,40	118,52	117,92	131,19	186,02	240,84	295,67	350,50	13,84%
Descanso	38,00	41,56	50,26	55,06	58,31	80,25	77,10	86,18	122,39	158,59	194,80	231,00	13,67%
Bandeirante	9,12	10,53	10,95	11,37	12,07	18,64	18,26	19,39	27,39	35,39	43,38	51,38	12,61%
Paraíso	16,72	18,47	21,59	21,75	23,69	31,47	33,92	35,33	49,56	63,79	78,02	92,26	12,43%
Guaraciaba	41,39	49,98	54,88	64,04	61,81	81,51	80,49	88,77	122,21	155,65	189,09	222,53	11,68%
Barra Bonita	7,71	9,02	10,41	10,54	10,39	15,61	14,96	16,22	22,46	28,69	34,93	41,17	11,65%
Anchieta	24,32	28,33	33,28	33,03	35,86	47,31	46,87	51,03	70,35	89,67	108,99	128,32	11,58%
Dionísio Cerqueira	40,68	43,39	49,44	55,26	58,29	72,23	72,97	79,38	108,56	137,74	166,92	196,10	11,06%
Princesa	9,45	10,64	12,94	13,74	13,11	16,12	16,63	17,90	23,73	29,57	35,40	41,24	9,49%
Guarujá do Sul	24,35	22,31	23,55	25,27	28,76	36,18	36,93	38,29	50,92	63,54	76,17	88,79	9,01%
AMEOSC	740,11	787,60	962,25	1095,81	1187,51	1576,00	1623,68	1775,10	2570,24	3365,37	4160,51	4955,64	15,17%
Variação %	-	6,42%	22,17%	13,88%	8,37%	32,71%	3,03%	9,33%	44,79%	30,94%	23,63%	19,11%	
Estado de SC	32.434	35.682	42.428	46.535	51.828	62.214	64.702	70.727	99.168	127.608	156.049	184.490	12,85%
Variação %	-	10,01%	18,91%	9,68%	11,38%	20,04%	4,00%	9,31%	40,21%	28,68%	22,29%	18,23%	

Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados do IPEA (2007).

A primeira constatação na Tabela 12 é a de que a microrregião crescerá, no período de 1998 a 2025, a uma taxa geométrica equivalente a 15,17%, ou seja, passará de um PIB total microrregional de R\$ 740.110.000,00 para R\$ 4.955.640.000,00. Estas estimativas confirmam a existência de crescimento e de dinamismo econômico na região. Nesta perspectiva de crescimento econômico, a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina (EOSC) terá uma evolução econômica de seu PIB equivalente a R\$ 4.215.530.000,00 no período, que representa R\$ 150.554.643,00 ao ano. Nesta prospecção, o município de Itapiranga passa em volume numérico o município de São Miguel do Oeste, em 2020. Observa-se, com destaque, que Tunápolis tinha um PIB inferior a Guarujá do Sul em 1998. Ao longo do período reverte esta situação e terá praticamente o dobro na prospecção em 2025. Percebe-se que o desempenho no crescimento do PIB dos municípios depende da responsividade econômica. Para Schwarz (2004), embora seja difícil prever novas descobertas ou invenções, é possível antecipar o sentido geral do desenvolvimento econômico em determinado período de tempo. O propósito dos cenários prospectivos é iluminar as escolhas do presente à luz dos possíveis futuros. Uma boa tendência não é, necessariamente, aquela que se realiza, mas a que conduz a uma boa ação, evita os perigos futuros e atinge o objetivo desejado.

No Gráfico 1, apresenta-se a taxa geométrica anual de crescimento do PIB dos municípios, permitindo uma análise comparativa com o Estado de Santa Catarina e a média da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, no período de 1998 a 2025.

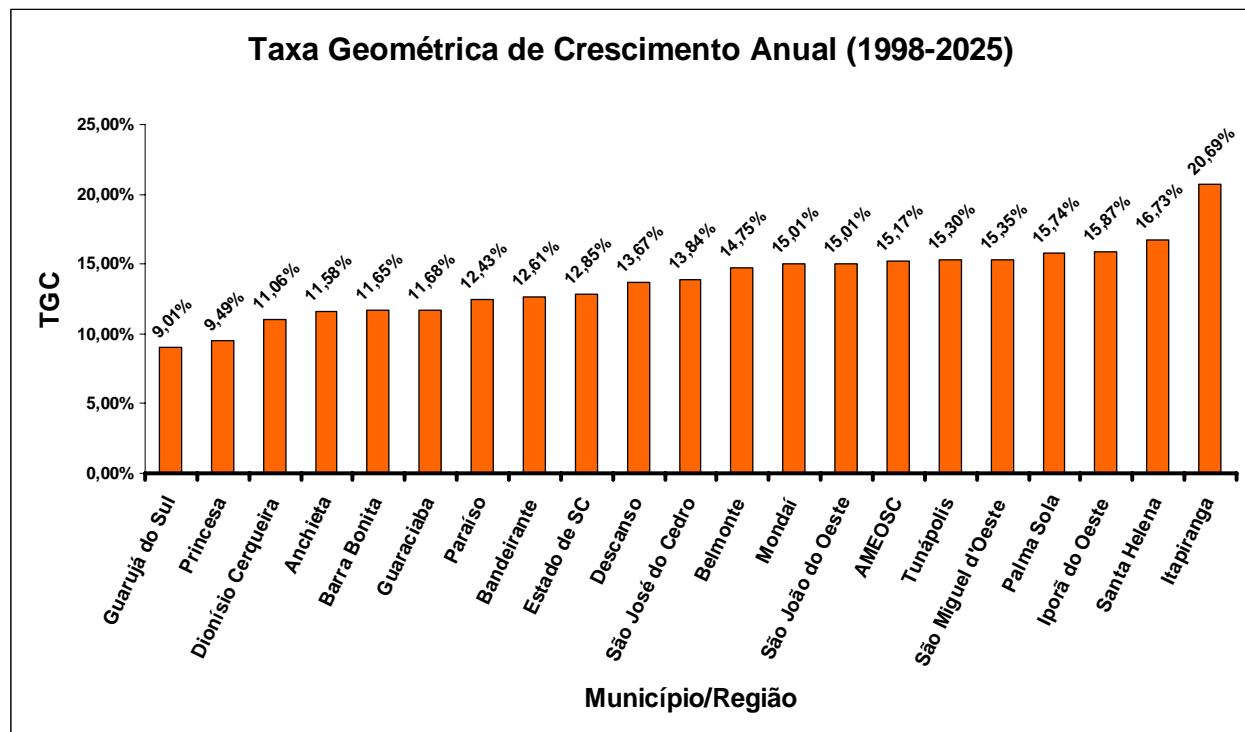


GRÁFICO 1 - Tendência de Expansão do PIB dos municípios do EOSC
Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados do IPEA (2007).

Observa-se, no Gráfico 1, que apenas o município de Itapiranga apresenta uma tendência de desempenho econômico muito positivo, quando prospectada a taxa geométrica de crescimento do PIB a preços de mercado, gerando praticamente um ponto discrepante em relação aos demais. Itapiranga ultrapassa o município de São Miguel do Oeste, conforme Gráfico 2, que tem também um ótimo dinamismo em volume financeiro, no entanto, em termos relativos, deixa a desejar. Os demais municípios apresentam um desempenho bastante idêntico, conforme se observa nos Gráficos 1 e 2. Os dados econômicos reais apontam São Miguel do Oeste na frente de Itapiranga em 1998, pois São Miguel do Oeste tem um PIB de R\$ 173,60 milhões, enquanto Itapiranga tem um PIB de R\$ 119,16 milhões, mas, ao longo do período apurado, quase se igualam economicamente. O desempenho econômico é maior em Itapiranga, fazendo com que, quando prospectados, a TGC seja maior, ensejando um dinamismo maior, ultrapassando o volume financeiro total de São Miguel do Oeste em 2020, sendo que o primeiro tem uma população 50% menor do último.

Outro aspecto observado, quando se criam cenários prospectivos, é o de que, se separada a microrregião por municípios com maior e menor dinamismo, existe uma tendência de convergência entre crescimento e riqueza por um lado (sul) e de pouco dinamismo e de pobreza por outro lado (norte), destacando-se poucos pontos isolados que fogem desta característica. Os municípios de Itapiranga, de Santa Helena, de Iporã do Oeste, de Palma Sola, de São Miguel do Oeste e de Tunápolis têm tendência de ampliação de dinamismo e de riqueza. Já os municípios de Guaraciaba, de Barra Bonita, de Anchieta, de Dionísio Cerqueira, de Princesa e de Guarujá do Sul têm tendência de ampliação de sua pobreza, ou seja, não conseguirão em termos relativos o crescimento econômico eqüitativo proporcionado no primeiro grupo. Há um desempenho médio de crescimento, muito parecido com a média microrregional, nos municípios de Mondaí, de São João do Oeste, de Belmonte, de São José do Cedro, de Descanso, de Bandeirante e de Paraíso.

Confirma-se esta informação quando fica calculado quantas vezes cada município terá de incremento em seu PIB no período de 1998 a 2025. Constatou-se que o Estado de Santa Catarina crescerá 5,7 vezes e a média microrregional será de 6,7 vezes, confirmando que há dinamismo na mesma região. Calculou-se ainda o crescimento individual dos municípios: Itapiranga = 9,5 vezes; Santa Helena = 7,8 vezes; Iporã do Oeste = 7,3 vezes; Palma Sola = 7,3 vezes; Tunápolis = 6,9 vezes; Belmonte = 6,7 vezes; Mondaí = 6,7 vezes; São Miguel do Oeste = 6,5 vezes; São João do Oeste = 6,5 vezes; São José do Cedro = 6,4 vezes; Descanso = 6,1 vezes; Bandeirante = 5,6 vezes; Paraíso = 5,5 vezes; Guaraciaba = 5,4 vezes; Barra Bonita = 5,3 vezes;

Anchieta = 5,3 vezes; Dionísio Cerqueira = 4,8 vezes; Princesa = 4,4 vezes e Guarujá do Sul = 3,6 vezes.

Nesta análise, confirmam-se as análises de Hirschman (1964) e de Ferrera de Lima (2005), de que a tendência do processo de desenvolvimento econômico é caracterizada por uma transformação essencial nas estruturas das regiões, não sendo na mesma intensidade, geralmente produzindo polarizações e dividindo as regiões menos e mais avançadas, ampliando as diferenças intermunicipais.

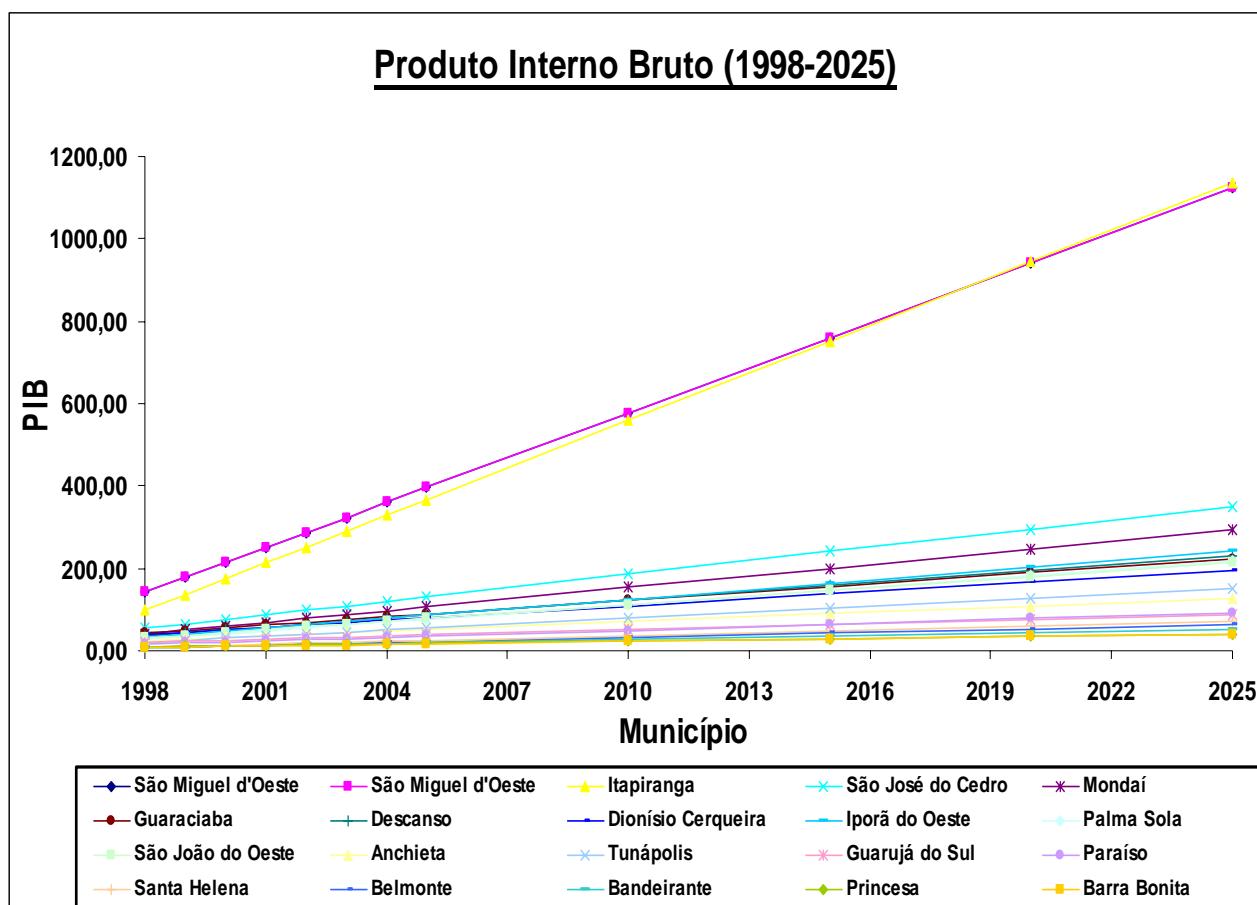
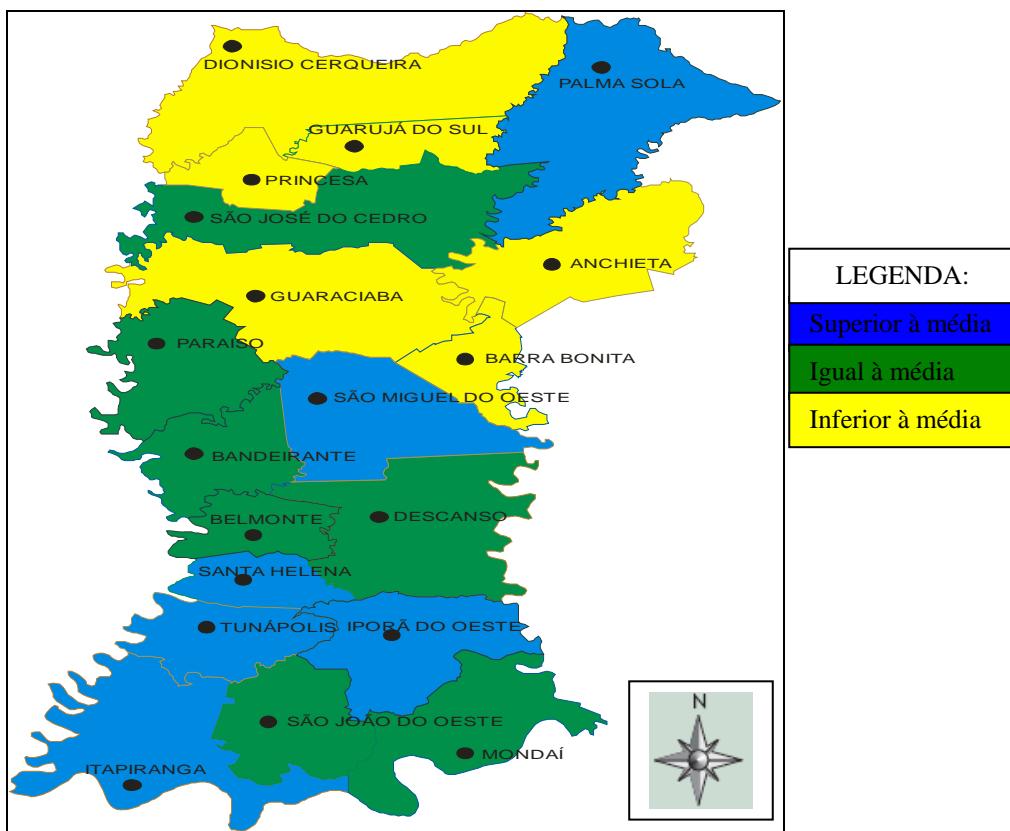


GRÁFICO 2 - Tendência do Cenário de Expansão do PIB dos municípios do EOSC
Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados do IPEA (2007).

No Mapa 9, que comprehende o período de 1998 a 2025, apresenta-se o perfil de crescimento econômico dos municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, separando-os por níveis de desempenho estimado e prospectado até 2025. Neste mapa foram separados os municípios com uma taxa geométrica de crescimento superior à média de 15,17% (azul), que são:

Itapiranga, Santa Helena, Iporã do Oeste, Palma Sola, São Miguel do Oeste e Tunápolis; também os municípios com desempenho igual ou idêntico à média (verde), que são: Mondaí, São João do Oeste, Belmonte, São José do Cedro, Descanso, Bandeirante e Paraíso; bem como os municípios com desempenho inferior à média projetada para 2025 (amarela), que são: Guaraciaba, Barra Bonita, Anchieta, Dionísio Cerqueira, Princesa, Guarujá do Sul. Percebe-se, ainda, que os municípios vizinhos têm sempre alguma identidade em comum, ou seja, na maioria das situações estão dispostos em grupos de três ou quatro municípios com as mesmas características econômicas, com algumas exceções de pontos isolados.



Mapa 9: Perfil do crescimento do PIB dos municípios do EOSC até 2025.
Fonte: Resultado da pesquisa (2007).

Outra constatação percebida na análise dos dados, na Tabela 12, trata do quanto cada município, individualmente, terá condições de crescer neste mesmo período, desde que mantido o ritmo dos últimos anos. O destaque é o município de **Itapiranga**, com uma taxa geométrica de crescimento econômico **acima da média** na ordem de 20,69%, ou seja, estará crescendo 5,52% além dos 15,17% da microrregião, mostrando um ótimo desempenho relativo. Além de Itapiranga, outros municípios terão desempenho superior à microrregião: **Santa Helena**

= 1,56%; **Iporã do Oeste** = 0,70%; **Palma Sola** = 57%; **São Miguel do Oeste** = 0,18% e **Tunápolis** = 0,13%.

Cabe, então, perguntar: – O que explica o desempenho diferenciado desses municípios? Na pesquisa de campo constatou-se que no município de **Itapiranga** houve um aumento no processamento da indústria de carnes, ou seja, um aumento no setor secundário, que refletiu no setor primário, motores econômicos naquele município. A Seara Alimentos, principal indústria de transformação agroalimentar, triplicou sua capacidade de processamento, altamente especializada e exportadora. Há também a Faculdade de Itapiranga (FAI), que proporciona e socializa conhecimento, bem como profissionaliza a mão-de-obra no contexto da microrregião sul. Em **Santa Helena** houve investimentos por parte do poder público para viabilizar novos empreendimentos, como o laticínio Santa Helena (indústria de queijos finos) e da ESEL – Esquadrias Eidt Ltda. (portas e janelas padrão classe média), por exemplo, fortes geradoras de emprego, renda e retorno do ICMS para o município. Este processo iniciou em 2001, mas já apresenta resultados econômicos positivos, passando de cinco para dez empresas, no período de 1996 a 2003. O município de **Iporã do Oeste**, que tenta se firmar como polo microrregional sul, foi receptor de investimentos de uma população migrante de municípios vizinhos, bem como dos retirantes da sua área rural, os quais venderam suas propriedades rurais e investiram na cidade, compensando as duas situações: o êxodo rural e a perda populacional, conforme Tabela 1. Muitos habitantes da microrregião venderam suas propriedades e benfeitorias e investiram em Iporã do Oeste, ou seja, houve a atração de capital rural para o urbano e principalmente de municípios vizinhos.

Já o município de **Palma Sola** caracterizou-se pelo Show Agrícola, com iniciativa privada, mas com o apoio do poder público. Essa feira tem proporcionado geração de empregos e renda de forma sazonal, proporcionando visibilidade e bons negócios, compensando o fechamento de três empresas no período de 1996 a 2003. O município de **São Miguel do Oeste**, polo microrregional, especializou-se na prestação de serviços. Embora sendo um município com caracterizado pela sua população concentrada no centro urbano, pois 85% reside na cidade, e verticalizada em suas construções, o mesmo opera, também, na atividade primária e secundária, onde a iniciativa privada constrói um grande frigorífico de abate de suínos, com incentivos econômicos e fiscais do poder público. O município investiu na avicultura de postura, a partir de 2003, produzindo 69.350.000 de ovos por ano. Constrói-se em São Miguel do Oeste um hospital regional, de abrangência microrregional, para atender a ocorrências de média e alta complexidade na área da saúde. A Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), com 41 cursos de graduação e outros 33 de pós-graduação funcionando, socializa conhecimento e profissionaliza a

mão-de-obra da microrregião. Por fim, o município de **Tunápolis**, mesmo enfrentando o processo de fechamento de duas indústrias de móveis, de um laticínio e de uma indústria processadora de sucos (única da microrregião), conseguiu reverter este quadro negativo e firmar-se entre as melhores economias da microrregião, investindo notadamente em sua agropecuária, através do melhoramento genético do gado de leite e da especialização na criação de animais (aves e suínos) para as agroindústrias integradoras estabelecidas na microrregião.

Outra vertente observada trata dos municípios com uma taxa geométrica de crescimento econômico com **desempenho igual ou idêntico à microrregião**, com destaque aos municípios de **Mondaí** e de **São João do Oeste**, com um desempenho muito idêntico ao da microrregião, sendo de 0,16% inferior. Outros municípios estão nesta escala de bom desempenho, incluindo também o município de **Belmonte**, com um desempenho inferior à microrregião de 0,42%. Os seguintes municípios tiveram um maior desempenho inferior em relação à microrregião: **São José do Cedro** - 1,33%; **Descanso** - 1,50%; **Bandeirante** - 2,56% e **Paraíso** - 2,74%.

A explicação para este desempenho é que o município de **Mondaí** atualmente está revertendo uma situação de perda populacional, com a conseqüente perda de retorno do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), via investimentos do poder público em ações inovadoras e compensatórias, com incremento no retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), numa proporção que compense a perda e gere uma retomada futura de crescimento econômico. O número de indústrias criadas no período de 1996 a 2003 passou de 18 para 26, com destaque para Móveis Henn (que em 1996 empregava 64 funcionários e hoje emprega 545) e para Têxteis Mondaí (que em 1996 empregara 142 funcionários e hoje 306), gerando, juntas 851, empregos. No município de **São João do Oeste**, com forte característica agrícola, as atuais experiências inovadoras deverão repercutir no PIB somente nos próximos anos. Dentre suas experiências, pode-se citar: o surgimento de algumas agroindústrias e a privatização das Termas São João, que deverá refletir em geração de emprego, renda e dinamismo, considerando que o público usuário é, em sua maioria, externo ao município. Outro aspecto que deverá repercutir positivamente é o número de indústrias, que passou de 18 para 24 no período de 1996 a 2003 (Tabela 15). No município de **Belmonte**, que teve uma iniciativa sem muito êxito, mas que proporcionou dinamismo econômico, foram utilizados recursos provenientes do PRONAF⁵ para infra-estrutura, para implementar algumas iniciativas de pequenas agroindústrias, recursos que, num primeiro momento, criaram duas novas indústrias. Já o município de **São José**

do Cedro, com investimentos recentes e definição de sua área industrial ao longo da BR-163, deverá ter a redefinição de sua economia com repercussão positiva nos próximos anos, através da instalação de diversas empresas novas, ampliações de algumas empresas locais, devido a sua localização favorável. Constata-se que, em 1996, havia 69 empresas passando para 85 em 2003, sendo criadas 16 novas indústrias no município, que geraram 314 novos empregos. Em **Descanso**, que também foi beneficiado com recursos do PRONAF para infra-estrutura, aconteceu um processo idêntico ao ocorrido no município de Belmonte, onde as iniciativas proporcionaram geração de empregos e renda, mas não de agregação de valor aos produtos, pois houve a transferência de empresas localizadas no perímetro urbano para a nova área industrial, não agregando valor significativo ao PIB, de modo a compensar a perda das emancipações dos municípios de Santa Helena e Belmonte. Embora tenham sido criadas 6 novas indústrias de pequeno porte, passando de 22 para 28 no período de 1996 a 2003, isto não significou crescimento no movimento econômico. Já no município de **Bandeirante** a situação volta-se para a agricultura familiar, com ações do poder público voltadas à viabilização de atividades e de ações inovadoras, a exemplo do projeto Biodiesel, fomentado no município através da Secretaria Municipal da Agricultura. Já no município de **Paraíso** o indicativo de dinamismo econômico é a conclusão da BR-282 até a divisa com a República Federativa da Argentina, onde algumas empresas comerciais e de serviços já se instalam antevendo o dinamismo que ocorrerá através deste corredor econômico rodoviário internacional.

Em seguida, apresentam-se os municípios com uma taxa geométrica de crescimento econômico e **desempenho abaixo da média microrregional**, ou seja, aqueles cujo desempenho é inferior ao da microrregião: **Guaraciaba**, com um desempenho menor de 3,49%; **Barra Bonita**, com um desempenho menor de 3,52%; **Anchieta**, com um desempenho menor de 3,59%; **Dionísio Cerqueira**, com um desempenho menor de 4,11%; **Princesa**, com um desempenho menor de 5,68% e **Guarujá do Sul**, com um desempenho menor de 6,16%. Este grupo enfrentará maiores dificuldades econômicas e financeiras em relação aos outros municípios, bem como sofrerá perda de dinamismo se analisado no contexto da microrregião. Percebe-se neste caso que, embora haja investimento na criação de novas indústrias, não há reflexo imediato na geração de produto econômico novo, respeitando as peculiaridades de cada município, embora geograficamente muito próximos.

Explica-se este baixo desempenho pelo que segue: O município de **Guaraciaba**, composto por uma agricultura familiar dinâmica, bem estruturada e organizada, onde o poder público tem assistido à criação ou ao surgimento de novas empresas, principalmente do ramo industrial, tem como tendência quase triplicar seu valor econômico entre 2005 e 2025, revertendo

e alavancando um novo momento de crescimento econômico. O município de **Barra Bonita**, apesar dos investimentos proporcionados pelo PRONAF para infra-estrutura, criando algumas novas agroindústrias de pequeno porte, que estão paralisadas ou sofrendo de um processo de desgaste, descrédito e lenta desativação total, apresenta um fraco desempenho responsivo aos investimentos públicos para proporcionar crescimento e desenvolvimento. O município de **Anchieta**, devido ao grande êxodo rural ocorrido nos anos 1990, permanece com uma posição de estagnação, devido ao relevo desfavorável, sendo muito montanhoso, embora tenha crescido o número de estabelecimentos industriais (ver Tabelas 15 e 13). Esta situação de relevo desfavorece qualquer atividade agrícola de grande escala. O município, mesmo assim, tem apresentado dados favoráveis do VA, dobrando no período de 2000 a 2005. O município de **Dionísio Cerqueira** se caracteriza pela tríplice fronteira, ou seja, ao norte faz divisa com o Estado do Paraná e, a oeste, faz divisa com a República Federativa Argentina, com a qual tem uma interligação e relação econômica direta. Quando o câmbio está favorável às importações, serve o município de portal de entrada de todos os tipos de mercadorias, deixando seu comércio local praticamente paralisado. Outro fator de estagnação econômica daquele município foi a especial atenção dada ao setor social, de fácil percepção no número de indústrias entre 1996 a 2003, que aumentou em apenas três. Serão necessários investimentos por parte do município, de modo que nele proporcione crescimento e dinamismo, sendo adquirida uma área industrial no último ano pelo município ao longo da BR-280, mas que, até o momento, não possui infra-estrutura mínima necessária para a instalação de novas empresas. No município de **Princesa**, fortemente voltado para a agricultura familiar, investiu-se em uma área industrial, onde estão instaladas várias empresas, principalmente voltadas ao setor moveleiro, bem estruturadas, especializadas e exportadoras, que deverão, no conjunto, reverter esse processo de estagnação econômica. Na Tabela 15, observa-se que, em 1996, existia apenas uma indústria; já em 2003, onze indústrias estavam instaladas e produzindo produtos com médio valor agregado. Deve-se ressaltar que **Guarujá do Sul** apresenta uma forte perda de dinamismo pelo fechamento do frigorífico Guarujá, que impactou diretamente na economia do município e que, há poucos meses, foi reaberto, sendo adquirido pelo frigorífico Diplomata e que deverá proporcionar um novo momento de crescimento e desenvolvimento. Se analisada a Tabela 15, percebe-se, no entanto, que houve a criação de 16 novas indústrias no período de 1996 a 2003, ou seja, o município passou de 23 para 39 indústrias, devendo refletir positivamente no produto interno bruto logo em seguida.

Outra análise e elemento significativo no desempenho do conjunto dos municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina é o distanciamento entre os municípios de ponta (pólos) ou centro econômico em relação aos periféricos. Para Hirschman (1964), o processo de

desenvolvimento econômico é caracterizado por uma transformação essencial nas estruturas das regiões, geralmente produzindo polarizações e dividindo as regiões menos e mais avançadas. Observa-se, então, que as transformações estruturais na microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina reforçam a desigualdade regional. O município de Itapiranga, por exemplo, crescerá em relação à microrregião mais 5,52% e o município de Santa Helena o equivalente a 1,56% além do crescimento da microrregião; enquanto os municípios periféricos decrescerão (como Princesa, com perda de dinamismo econômico na ordem de 5,68%, e como Guarujá do Sul, com uma perda relativa a 6,16%). Wenger (1999) explica que existem razões que levam determinados municípios a se desenvolver e a evoluir, enquanto outros permanecem estagnados. Significa dizer que determinados municípios conseguem inovar porque têm uma capacidade eletiva para aprender a desenvolver novos conhecimentos e possuem um *know-how* prático. Fica claro que não será possível reverter esta situação sem o uso de políticas públicas adequadas, podendo até mesmo agravar o distanciamento e a perda de dinamismo econômico no contexto destes municípios, apontados no quadro a seguir como desempenho abaixo da média microrregional.

8.2 TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: A EXPANSÃO DO VA

Na análise dos dados do VA que fornecem um panorama do dinamismo econômico regional, observam-se municípios com ótimo desempenho econômico, enquanto outros enfrentam dificuldades e possuem baixa capacidade de crescimento. Nesta análise, buscaram-se dados econômicos atuais para prospectar o futuro, vislumbrando como estarão os municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina em 2025.

Passa-se à análise da Tabela 13, que trata dos cenários prospectivos da expansão do VA do Extremo Oeste Catarinense, dados estes que serão analisados a seguir.

TABELA 13 – Tendência Cenário Prospectivo da Expansão do Valor Adicionado do Extremo Oeste Catarinense

MUNICÍPIO	VALORES					PREVISÃO				TGC
	1994	1995	2000	2005	2006	2010	2015	2020	2025	
	0	1	6	11	12	16	21	26	27	
MONDAÍ	10.979.437	14.548.717	30.052.998	93.810.084	105.188.576	125.533.263	165.940.171	206.347.079	246.753.986	22,12%
SÃO JOÃO OESTE	11.135.216	16.706.842	29.803.628	85.319.969	94.383.991	114.715.717	150.262.857	185.809.998	221.357.138	19,52%
IPORÃ DO OESTE	13.759.196	13.003.229	26.635.052	80.047.884	79.497.166	100.662.339	131.516.386	162.370.432	193.224.479	18,37%
SANTA HELENA	2.689.870	3.378.448	5.960.890	16.149.578	15.008.511	20.684.751	26.963.440	33.242.129	39.520.818	18,37%
BELMONTE	2.518.171	2.381.627	5.002.725	14.659.160	14.506.787	18.307.901	23.867.127	29.426.353	34.985.578	17,69%
ITAPIRANGA	37.896.322	50.051.466	73.186.168	222.568.062	271.971.495	298.123.349	388.927.539	479.731.729	570.535.920	17,37%
GUARUJÁ DO SUL	5.163.149	6.458.710	11.138.380	29.973.614	33.128.253	39.227.720	50.734.848	62.241.976	73.749.103	16,34%
PALMA SOLA	11.507.326	10.053.516	22.204.260	57.680.996	51.890.544	72.165.374	93.055.967	113.946.560	134.837.153	16,06%
TUNÁPOLIS	9.944.127	12.949.808	21.627.560	38.932.400	54.932.504	62.219.015	80.228.494	98.237.973	116.247.452	15,59%
GUARACIABA	13.893.197	18.501.514	30.074.770	67.475.589	71.280.950	87.109.617	112.199.940	137.290.263	162.380.586	15,22%
BANDEIRANTE	3.229.294	4.024.196	4.890.091	13.022.743	12.444.496	15.872.820	20.482.348	25.091.876	29.701.404	15,16%
DESCANSO	14.454.652	17.722.968	30.856.424	64.576.255	64.975.084	85.611.666	109.897.085	134.182.504	158.467.923	14,95%
PRINCESA	2.800.464	3.102.155	6.489.199	12.517.188	11.202.895	15.480.577	19.852.139	24.223.700	28.595.262	14,79%
DION. CERQUEIRA	11.162.008	10.851.464	20.810.009	48.110.403	45.030.960	63.090.118	80.410.696	97.731.273	115.051.850	14,35%
PARAÍSO	4.445.704	5.061.138	7.233.525	17.652.724	18.742.076	22.632.836	29.107.564	35.582.293	42.057.022	14,31%
SÃO JOSÉ CEDRO	19.991.852	20.859.601	34.251.538	79.798.842	85.011.059	100.489.721	128.702.861	156.916.002	185.129.142	13,88%
ANCHIETA	6.425.641	7.655.054	13.343.165	25.492.314	25.567.003	32.006.998	40.529.117	49.051.235	57.573.354	12,70%
BARRA BONITA	2.680.482	3.251.213	3.665.639	8.229.327	7.068.290	9.389.624	11.855.575	14.321.525	16.787.475	11,67%
SÃO MIGUEL OESTE	67.324.993	71.766.385	78.296.963	207.589.434	213.542.371	243.127.839	306.553.536	369.979.233	433.404.929	10,92%
TOTAL AMEOSC	252.001.101	292.328.051	455.522.984	1.183.606.566	1.275.373.011	1.526.451.245	1.971.087.689	2.415.724.133	2.860.360.577	15,43%
Crescimento AMEOSC	-	16,00%	14,12%	20,15%	7,75%	19,69%	29,13%	22,56%	18,40%	

Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados da Secretaria de Estado da Fazenda (2007).

Constata-se, pela Tabela 13, que o VA da microrregião tem uma taxa geométrica de crescimento econômico entre 1994 a 2025, equivalente a 15,43%, ou seja, passa de um VA total microrregional de R\$ 252.001.101,00 para R\$ 2.860.360.577,00, demonstrando uma tendência de crescimento e de dinamismo, refutando a hipótese de região estagnada, conforme apresentado no Mapa 5, da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

No Gráfico 3, apresenta-se, nas colunas, a taxa geométrica anual de crescimento do VA dos municípios, permitindo um análise comparativa com a microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, no período de 1998 a 2025.

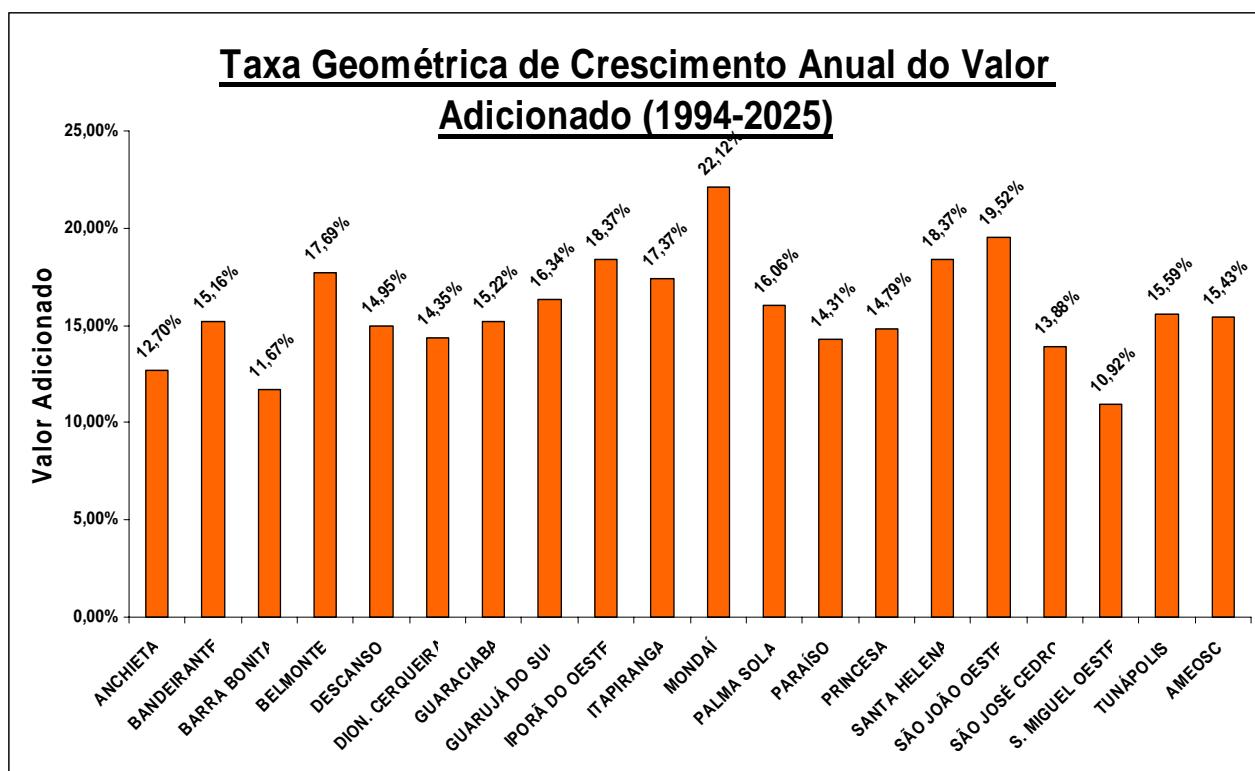


GRÁFICO 3 - Cenário Prospectivo do Valor Adicionado nos municípios do EOSC.

Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados da Secretaria de Estado da Fazenda (2007).

Observa-se, no Gráfico 3, que o município de Mondaí apresenta uma taxa geométrica de crescimento muito positiva, quando prospectado o crescimento do VA, gerando praticamente um ponto discrepante em relação aos demais.

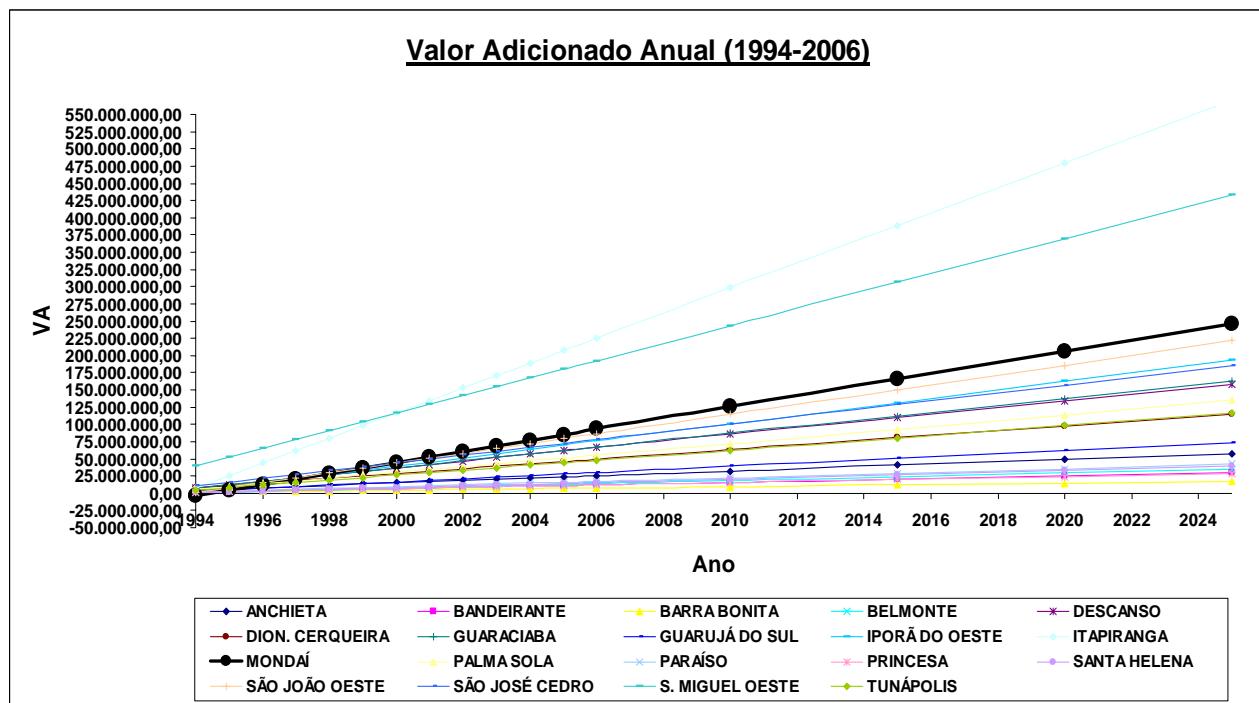


GRÁFICO 4 - Cenários Prospectivos do Valor Adicionado nos municípios do EOSC.

Fonte: Resultados da pesquisa baseados em dados da Secretaria de Estado da Fazenda de SC (2007).

Diferentemente, no entanto, no Gráfico 4, quando tratado o VA numérico individual dos municípios, confirmam-se os dois pontos discrepantes, ou seja, o volume total de VA é mais expressivo nos municípios de Itapiranga e de São Miguel do Oeste, sendo este último ultrapassado em valor numérico de VA, em 2001, pelo município de Itapiranga. No contexto destes dois municípios, observa-se que será muito difícil São Miguel do Oeste, como cidade pólo do Extremo Oeste, reverter esta tendência. Se observada a Taxa Geométrica de Crescimento (TGC), confirma-se esta afirmativa, ou seja, Itapiranga tem uma TGC de 17,37%, enquanto São Miguel do Oeste tem uma TGC de 10,92%, sendo a menor de toda a microrregião. Itapiranga confirma esta dianteira e se manterá à frente em volume total de VA até 2025 e, provavelmente, por um período ainda maior.

Outro aspecto que se confirma é, se separada a microrregião por municípios com maior e menor VA, a tendência de convergência entre crescimento e riqueza por um lado (sul) e de pouco dinamismo e pobreza por outro lado (norte), destacando-se poucos pontos isolados que fogem desta característica. Os municípios de Mondaí, de São João do Oeste, de Iporá do Oeste, de Santa Helena, de Belmonte e de Itapiranga têm tendência de ampliação de dinamismo e de riqueza. Já os municípios de Dionísio Cerqueira, de Paraíso, de São José do Cedro, de Anchietá, de Barra Bonita e de São Miguel do Oeste têm tendência de não acompanhar o dinamismo

econômico, ou seja, não conseguirão em termos relativos o crescimento econômico equitativo proporcionado no primeiro grupo. Confirma-se esta informação quando calculado quantas vezes cada município terá de incremento em seu VA no período de 1994 a 2025. Constatou-se que a microrregional terá um incremento médio no VA de 11,4 vezes, confirmado-se que, na média, nela existe dinamismo. Calculou-se ainda o crescimento do VA individual dos municípios: Mondaí = 22,5 vezes; São João do Oeste = 19,9 vezes; Itapiranga = 15,1 vezes; Santa Helena = 14,7 vezes; Guarujá do Sul = 14,3 vezes; Iporã do Oeste = 14,0 vezes; Belmonte = 13,9 vezes; Palma Sola = 11,7 vezes; Tunápolis = 11,7 vezes; Guaraciaba = 11,7 vezes; Descanso = 11,0 vezes; Dionísio Cerqueira = 10,3 vezes; Princesa = 10,2 vezes; Paraíso = 9,5 vezes; São José do Cedro = 9,3 vezes; Bandeirante = 9,2 vezes; Anchieta = 9,0 vezes; São Miguel do Oeste = 6,4 vezes e Barra Bonita = 6,3 vezes.

Quando tratados os dados individuais de cada município, conforme Tabela 13, percebe-se que alguns municípios têm uma taxa geométrica de crescimento do VA **acima da média** neste mesmo período. Observa-se o valor significativo do município de **Mondaí**, que tem uma tendência positiva em relação ao VA da microrregião de mais 22,12%. A microrregião terá uma taxa geométrica de crescimento do VA de 15,43% neste período e Mondaí, além deste, mais 6,69%, ensejando um ótimo desempenho. Seguem os municípios que terão um desempenho superior à microrregião: **São João do Oeste**, na ordem de 4,09%; **Iporã do Oeste**, em 2,94%; **Santa Helena**, em 2,94%; **Belmonte**, em 2,26% e **Itapiranga**, em 1,94%.

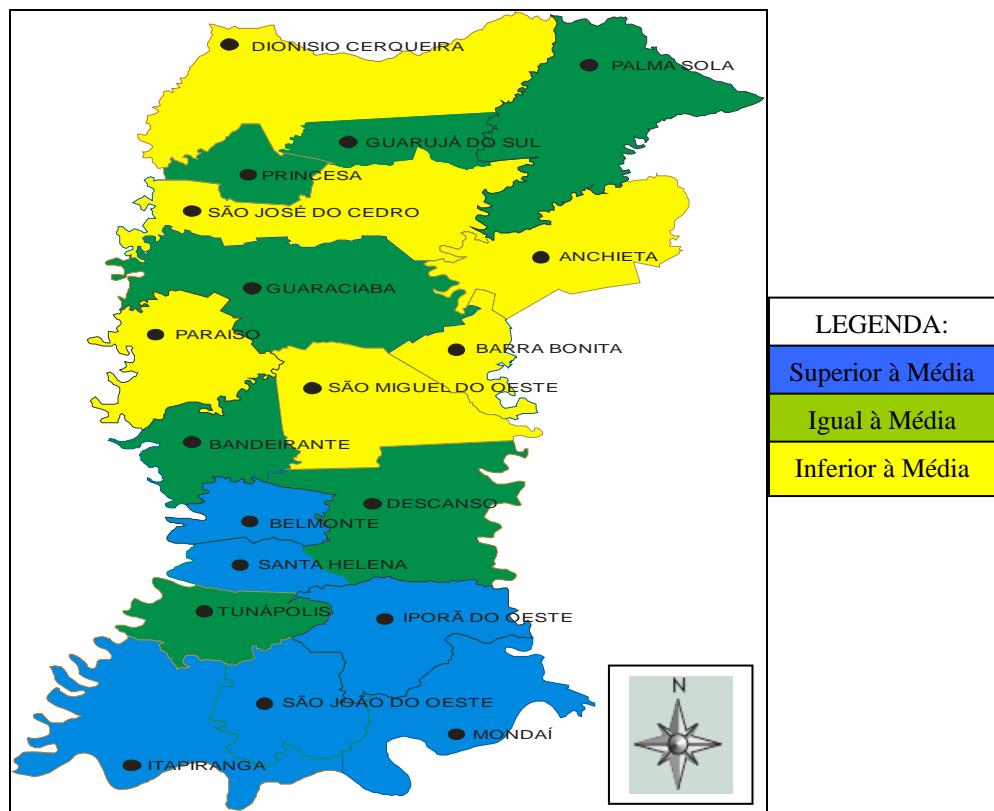
Outra vertente observada trata dos municípios com uma taxa geométrica de crescimento econômico **idêntica à microrregião**, onde aparece o município de **Guarujá do Sul**, com um desempenho superior à microrregião em 0,91%; bem como outros municípios que estão nesta escala de desempenho superior, mas considerado muito próximo à média microrregional, podendo ser incluídos o município de **Palma Sola**, com um desempenho superior à microrregião em 0,63% e o município de **Tunápolis**, com um desempenho superior à microrregião de 0,16%; diferentemente, o município de **Guaraciaba** tem um desempenho inferior à microrregião de 0,21%; o município de **Bandeirante**, com desempenho inferior à microrregião de 0,27%; o município de **Descanso**, com desempenho inferior à microrregião de 0,48% e o município de **Princesa**, com um desempenho inferior à microrregião de 0,64%.

Por fim, juntam-se os municípios com uma taxa geométrica de crescimento econômico e **desempenho inferior à média** da microrregião, ou seja, aqueles cujo desempenho está aquém à média da microrregião, iniciando pelo município de **Dionísio Cerqueira**, com um desempenho inferior à microrregião de 1,08%, seguido pelos municípios de **Paraíso**, com um desempenho inferior à microrregião de 1,12%; de **São José do Cedro**, com um desempenho

menor de 1,55%; de **Anchieta**, com um desempenho menor de 2,73%; de **Barra Bonita**, com um desempenho menor de 3,76%; e de **São Miguel do Oeste**, com um desempenho menor de 4,51%. Este último grupo enfrentará maiores dificuldades econômicas e financeiras, bem como sofrerá perda de dinamismo se for analisado no contexto da microrregião. Este grupo precisará obrigatoriamente de políticas públicas que produzam efeitos internos, de modo a estimular a atividade econômica.

Para Ferrera de Lima (2005), os ramos da atividade econômica que produzem bens para o mercado local são passivos, ou seja, seu crescimento é dependente do crescimento dos produtos destinados aos mercados intra-regionais. Assim, faz-se necessário estimular o comércio inter-regional, porém o sucesso de uma atividade de exportação depende do componente diferencial dos municípios ou regiões, ou seja, vantagens comparativas e custos de transporte. O arranque de certos ramos de atividade econômica é resultado do componente estrutural, ou seja, é dependente da ação dos investimentos governamentais na infra-estrutura e à melhoria das tecnologias de produção, que estimulam as trocas entre as regiões.

O Mapa 10 apresenta o perfil da tendência do crescimento do VA dos municípios prospectados de 2006 até 2025, tendo 1995 a 2005 como anos de base, onde se percebe que o fechamento ou reabertura de uma grande empresa tem reflexos imediatos sobre a relação econômica de agregação de valor, pois o VA é baseado nas informações da DIME – Declarações de Informações do Movimento Econômico, observado no capítulo anterior, item 7.2. Este Mapa é mais responsável às oscilações do e no mercado, no entanto a Tabela 12 e o Mapa 9 do PIB são mais confiáveis, pois respondem a tudo que foi gerado ou produzido no território municipal. Já o VA responde a tudo o que foi agregado de valor ao produto, independentemente de onde, desde que a origem do produto seja o município, impactando este mais fortemente sobre a economia.



Mapa 10: Perfil do crescimento valor adicionado do EOSC

Fonte: Resultado da pesquisa a partir de dados da Secretaria Estadual da Fazenda de SC (2007).

De modo geral, se observados os Mapas 9 e 10, percebe-se que não há muita diferença ou variação discrepante entre eles, pois a maioria dos municípios permanece na classificação idêntica nos mapas, tendo apenas um ponto discrepante: a divergência entre a expansão do PIB e do VA. Alguns municípios saem de uma taxa geométrica de crescimento econômico superior à média no PIB para uma taxa geométrica de crescimento do VA inferior à média, que é o caso do município de São Miguel do Oeste. Os demais municípios oscilam para mais ou para menos, sempre dentro de um mesmo contexto, ou seja, muito próximo ao desempenho do PIB com o VA.

8.3 O PERFIL DO VALOR ADICIONADO SETORIAL DA REGIÃO EOSC

Neste subitem, apresentam-se as tendências de crescimento do VA setorial (ou seja, trata da agropecuária, da indústria e dos serviços), no qual será possível ver as características de cada município do Extremo Oeste de Santa Catarina.

No mundo moderno ou desenvolvido, o setor de destaque é o terciário, no entanto trata-se de um setor de fácil sonegação e de difícil mensuração, como a pesquisa já apurou. Está-se

permeando o limite entre o ideal e o correto, pois se o ideal fosse que os municípios deslocassem suas atividades para o setor terciário, é correto afirmar que a fiscalização ainda é muito incipiente e ineficaz neste setor. O sistema arrecadatório brasileiro é gigante e eficiente nos setores primário e secundário, mas no setor terciário é precário. O prestador de serviços e o repassador de mercadorias encontram formas constantes de camuflagem de suas relações comerciais, ou de compra direta no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do consumidor final, ou com emissão de nota ou cupom fiscal com valor inferior ao do efetivamente comercializado ou do serviço prestado.

Quando se observa o PIB dos países, o VA não é diferente. Considera-se quanto mais estiver no terciário, mais desenvolvido e quanto mais no setor secundário, mais em vias de desenvolvimento e quanto mais no setor primário, mais subdesenvolvido. Um contraponto que pode ser criado é de que há setores primários e secundários altamente tecnificados e desenvolvidos, que levam riqueza e qualidade de vida para as pessoas.

Na Tabela 14, observa-se o VA dos municípios, no setor agropecuário, indústria e comércio, nos períodos de 1998, 2000 e 2004, VA que será analisado a seguir. Esta tabela setorizada seja talvez a mais importante de todas, tendo em vista que apresenta o desempenho dissociado dos setores.

TABELA 14 - Valor Adicionado da Agropecuária, Indústria e Serviços, dos Municípios do EOSC.

Nome do município	1998			2000			2004		
	Agropecuária R\$ milhões	Indústria R\$ milhões	Serviços R\$ milhões	Agropecuária R\$ milhões	Indústria R\$ milhões	Serviços R\$ milhões	Agropecuária R\$ milhões	Indústria R\$ milhões	Serviços R\$ milhões
Total do EOSC	265,43	200,11	271,2	384,43	259,04	309,19	621,37	552,75	454,74
São Miguel do Oeste	13,01	82,05	75,38	19,10	94,76	86,53	39,91	207,23	127,73
Itapiranga	33,62	57,24	29,16	48,14	77,37	33,81	114,47	167,22	51,46
São José do Cedro	24,28	9,34	22,63	35,76	16,31	26,57	47,09	37,18	36,46
Mondai	19,96	7,38	13,68	30,81	15,44	16,95	32,50	41,47	22,37
Iporã do Oeste	18,22	3,08	12,16	26,88	4,68	13,62	44,30	9,40	20,19
Descanso	19,78	4,32	14,47	27,31	6,13	16,79	44,55	11,34	22,69
Palma Sola	13,63	5,33	12,06	18,93	8,91	12,94	32,99	19,55	19,28
Guaraciaba	21,48	4,84	15,32	30,94	6,71	16,99	47,79	11,86	21,40
São João do Oeste	18,72	5,06	8,52	28,69	4,78	9,22	45,44	7,29	14,59
Dionísio Cerqueira	13,14	6,00	21,31	17,60	6,79	24,27	27,83	10,05	35,66
Tunápolis	13,47	1,57	6,86	20,26	3,02	7,75	33,01	2,86	10,18
Anchieta	11,82	3,02	9,81	17,32	4,91	11,08	22,98	9,34	16,23
Paraíso	10,44	0,68	5,58	14,30	0,89	6,33	18,77	1,89	13,21
Guarujá do Sul	7,27	8,30	8,22	10,25	5,06	7,94	13,20	8,32	13,15
Santa Helena	5,09	0,67	3,36	8,02	1,46	4,01	11,31	3,86	7,84
Belmonte	4,74	0,73	3,70	7,00	0,81	4,30	12,90	1,40	7,41
Bandeirante	5,48	0,20	3,42	7,03	0,25	3,65	12,14	0,66	5,43
Princesa	6,38	0,17	2,90	9,18	0,38	3,37	10,42	1,11	5,05
Barra Bonita	4,90	0,13	2,66	6,91	0,38	3,07	9,77	0,72	4,41

Fonte: SPG/DEGE/Gerência de Estatística e IBGE (2007).

Na Tabela 14, apresentam-se os dados do VA dos municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina segmentado, ou seja, separando os valores por setores primário, secundário e terciário. Percebe-se que o município de **São Miguel do Oeste** se destaca no setor secundário com um forte direcionamento ao terciário. Já o município de **Itapiranga** apresenta-se em equilíbrio entre primário e secundário, enquanto **São José do Cedro** apresenta um equilíbrio entre os três setores e o município de **Mondaí** com equilíbrio entre primário e secundário, porém com um setor terciário interessante. No município de **Iporã do Oeste**, o destaque é para o primário, com passagem direta para o terciário, sendo o mesmo caso do município de **Descanso**, onde o setor industrial não é representativo, ou seja, estes dois municípios não se destacam no setor secundário. No município de **Palma Sola**, o destaque vai para o setor primário com um equilíbrio absoluto nos setores secundários e terciários. No município de **Guaraciaba** destaca-se o setor primário, seguido pelo setor terciário e pouco expressivo o secundário. No município de **São João do Oeste** também o destaque vai ao setor primário, seguido do setor terciário e baixo setor secundário. Já no município de **Dionísio Cerqueira** o destaque vai para o setor terciário, seguido do setor primário e baixo setor secundário. Nos municípios de **Tunápolis**, de **Anchieta**, de **Paraíso**, de **Guarujá do Sul**, de **Santa Helena**, de **Belmonte**, de **Bandeirante**, de **Princesa** e de **Barra Bonita** o destaque vai para o setor primário, seguido do terciário e, por último, o setor secundário.

Paralelo às informações acima, está a Tabela 15, que trata do número de estabelecimentos industriais nos municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, compreendido entre o período de 1996 e 2003. Percebe-se que a microrregião Extremo Oeste teve, neste período, um aumento de 155 novas indústrias, sendo 25 em São Miguel do Oeste, 22 em Itapiranga, 16 em São José do Cedro e Guarujá do Sul, 14 em Guaraciaba e Iporã do Oeste, 10 em Princesa, 8 em Anchieta e Mondaí, 6 em Descanso e São João do Oeste, 5 em Santa Helena, 3 em Dionísio Cerqueira e Barra Bonita, 2 em Bandeirante, nenhuma nova em Tunápolis, Belmonte e Paraíso, e a perda de 3 em Palma Sola (ver Tabela 15 abaixo). Esta informação, por si só, sem nenhuma análise, pode distorcer a realidade dos municípios. Precisa-se observar a Tabela 15 que trata do número de estabelecimentos industriais, comparados aos dados de produção industrial, tais como VA do segmento ou então o PIB do segmento. Esta parametrização dará segurança e precisão às informações. Constata-se que alguns municípios têm várias indústrias e um VA industrial baixo, enquanto outros têm poucas indústrias, mas um VA industrial importante, bem expressivo e significativo.

TABELA 15 – Número de estabelecimentos industriais nos municípios do EOSC.

Município	Estabelecimentos				
	1996	2000	2003	Crescimento numérico	Crescimento Proporcional
Santa Catarina	18.015	22.399	24.506	6.591	36,03%
Extremo Oeste SC	507	625	662	155	30,57%
Princesa	1	8	11	10	1.000,00%
Barra Bonita	1	2	4	3	300,00%
Bandeirante	1	3	3	2	200,00%
Santa Helena	5	7	10	5	100,00%
Guarujá do Sul	23	26	39	16	69,57%
Itapiranga	44	58	66	22	50,00%
Iporã do Oeste	31	45	45	14	45,16%
Mondai	18	23	26	8	44,45%
Anchieta	23	28	31	8	34,78%
São João do Oeste	18	21	24	6	33,33%
Guaraciaba	45	55	59	14	31,11%
Descanso	22	32	28	6	27,27%
São José do Cedro	69	81	85	16	23,19%
São Miguel do Oeste	144	174	169	25	17,36%
Dionísio Cerqueira	18	17	21	3	16,67%
Tunápolis	15	17	15	0	0,00%
Belmonte	3	4	3	0	0,00%
Paraíso	3	3	3	0	0,00%
Palma Sola	23	21	20	-3	-13,04%

Fonte: SPG/DEGE/Gerência de Estatística e IBGE (2007).

Por fim, outra análise trata da junção das informações contidas na Tabela 12, que trata dos cenários prospectivos da expansão do PIB; na Tabela 13, que trata do cenário prospectivo da expansão do VA; na Tabela 14, que trata do VA agropecuário, indústria e serviços; na Tabela 15, que trata do número de estabelecimentos industriais e na Tabela 16, que trata da expansão do VA em relação a sua população, surgindo o VA *per capita*, visualizando o potencial econômico industrial de cada município da microrregião.

A microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina cresceu, no período de 1998 a 2004, na agropecuária 234,10%, na Indústria 276,22% e nos Serviços 167,68%, sendo possível a parametrização com todos os municípios. Ainda a microrregião teve um incremento de 130,57% em seu número de estabelecimentos industriais, ou seja, 155 novas indústrias neste período. O VA industrial de R\$ 200,11 milhões em 1998 saltou para R\$ 552,75 milhões em 2004, onde cada indústria tem um VA médio ou relativo de R\$ 83,50 mil/ano, com crescimento econômico total neste período de 176,22%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial.

Percebe-se que o desempenho econômico deverá ser superior ao aumento do número de novas indústrias nos municípios, que será a próxima análise.

Inicia-se pelo município de **Princesa**, que teve o crescimento proporcional industrial mais expressivo da microrregião, pois em 1996 tinha apenas uma indústria, passando em 2003 para onze instaladas. Trata-se de crescimento de 1.000% em termos relativos, no entanto o resultado econômico não é expressivo, tendo em vista que o VA industrial de R\$ 0,17 milhões em 1998 passa para R\$ 1,11 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 110 mil anual, crescimento econômico total neste período de 552,94%, bastante inferior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Barra Bonita** a situação começa a se inverter, ou seja, houve um aumento de três indústrias, representando um crescimento de 300% em termos relativos, com um resultado econômico positivo, mas pouco significativo. O VA industrial de R\$ 0,13 milhões em 1998 passa para R\$ 0,72 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 180 mil anual, crescimento econômico total neste período de 453,85%, pouco superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. O município de **Bandeirante** teve um aumento de duas indústrias, refletindo um crescimento de 200% em termos relativos e o resultado econômico não muito significativo, mas que supera o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 0,20 milhões em 1998 passa para R\$ 0,66 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 220 mil anual, crescimento econômico total neste período de 230,00%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Santa Helena** a situação começa a se inverter, ou seja, teve um aumento de cinco indústrias, refletindo um crescimento de 100% em termos relativos, e o resultado econômico significativo, pois supera o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 0,67 milhões em 1998 passa para R\$ 3,86 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 386 mil anual, crescimento econômico total neste período de 476,12%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Guarujá do Sul** a situação se agrava, ou seja, teve um aumento de 16 indústrias, refletindo um crescimento de 69,57% em termos relativos, sendo que o resultado econômico não é nada alentador, pois aumenta significativamente o número de indústrias, mas com um VA sem resultado responsivo significativo. O VA industrial de R\$ 8,30 milhões em 1998 passa para R\$ 8,32 milhões em 2004, onde cada indústria passa de um VA relativo de R\$ 360,09 mil para R\$ 213,33 mil anual, com um crescimento econômico total neste período inferior a 1%, tendo em vista que o aumento das 16 novas indústrias tem um desempenho econômico insignificante, compensando numericamente apenas o fechamento do frigorífico Guarujá neste período. No município de **Itapiranga** a situação é muito positiva, ou seja, teve um aumento de 22 indústrias, refletindo um crescimento em termos

relativos de 50%, em que o resultado econômico é bem expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 57,24 milhões em 1998 passa para R\$ 167,22 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 253,36 mil anual, com crescimento econômico total neste período de 192,14%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Iporã do Oeste** a situação também é positiva, ou seja, teve um aumento de 14 indústrias, refletindo num crescimento em termos relativos de 45,16%, sendo um resultado econômico bem expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 3,08 milhões em 1998 passa para R\$ 9,40 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 208,89 mil anual, crescimento econômico total neste período de 205,19%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Mondaí** a situação é ainda melhor, ou seja, teve um aumento de 8 indústrias, refletindo um crescimento de 44,45% em termos relativos, com resultado econômico bem expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 7,38 milhões em 1998 passa para R\$ 41,47 milhões em 2004, pois cada indústria tem um VA relativo de R\$ 159,50 mil/ano, com crescimento econômico total neste período de 461,92%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Anchieta** também a situação é positiva, ou seja, teve um aumento de 8 indústrias, refletindo num crescimento em termos relativos de 34,78%, com resultado econômico bem expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 3,02 milhões em 1998 passa para R\$ 9,34 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 301,29 mil anual, crescimento econômico total neste período de 209,27%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **São João do Oeste** a situação também é positiva, ou seja, teve um aumento de 6 indústrias, refletindo num crescimento de 33,33% em termos relativos, com resultado econômico um pouco expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias, mas não significativo. O VA industrial de R\$ 5,06 milhões em 1998 passa para R\$ 7,29 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 303,75 mil anual, crescimento econômico total neste período de 44,07%, sendo um pouco superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Guaraciaba** a situação também é positiva, ou seja, teve um aumento de 14 indústrias, refletindo um crescimento de 31,11% em termos relativos, em que o resultado econômico é bem expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 4,84 milhões em 1998 passa para R\$ 11,86 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 201,10 mil

anual, crescimento econômico total neste período de 145,04%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Descanso** a situação também é positiva, ou seja, teve um aumento de 6 indústrias, refletindo um crescimento de 27,27% em termos relativos, sendo o resultado econômico expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 4,32 milhões em 1998 passa para R\$ 11,34 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 405 mil anual, com crescimento econômico total neste período de 162,50%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **São José do Cedro** a situação também é positiva, pois teve um aumento de 16 novas indústrias, refletindo um crescimento de 23,19% em termos relativos, sendo o resultado econômico expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 9,34 em 1998 passa para R\$ 37,18 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 437,41 mil/ano, com crescimento econômico total neste período de 298,07%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **São Miguel do Oeste** a situação também é positiva, ou seja, teve um aumento de 6 indústrias, refletindo num crescimento de 17,36% em termos relativos, sendo o resultado econômico expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 82,05 milhões em 1998 passa para R\$ 167,22 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 122,62 mil/ano, com crescimento econômico total neste período de 152,57%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Dionísio Cerqueira** a situação também é positiva, embora em proporção menor, ou seja, teve um aumento de 6 indústrias, refletindo num crescimento de 16,67% em termos relativos, sendo o resultado econômico positivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 6,00 milhões em 1998 passa para R\$ 10,05 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 478,57 mil anual, com crescimento econômico total neste período de 67,50%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Tunápolis** a situação é de estagnação, ou seja, o mesmo número de indústrias de 1996 é o de 2003, refletindo num crescimento de 0,00% em termos relativos , sendo o resultado econômico positivo, mas não expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 1,57 milhões em 1998 passa para R\$ 2,86 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 190,07 mil anual, com crescimento econômico total neste período de 82,17%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Belmonte** a situação também é de estagnação, ou seja, o mesmo número de indústrias de 1996 é o de 2003, refletindo num crescimento de 0,00%

em termos relativos, sendo o resultado econômico positivo, mas não expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 0,73 milhões em 1998 passa para R\$ 1,40 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 466,67 mil anual, com crescimento econômico total neste período de 91,78%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Paraíso** a situação também é de estagnação, ou seja, o mesmo número de indústrias de 1996 é o mesmo de 2003, refletindo num crescimento de 0,00% em termos relativos, sendo o resultado econômico expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 0,68 milhões em 1998 passa para R\$ 1,89 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 630 mil anual, com crescimento econômico total neste período de 177,94%, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial. No município de **Palma Sola** diminui o número de indústrias de 1996 a 2003, refletindo um crescimento negativo de 13,04% em termos relativos, no entanto, continua o resultado econômico positivo e ainda expressivo, pois o aumento percentual do VA é maior do que o aumento percentual do número de indústrias. O VA industrial de R\$ 5,33 milhões em 1998 passa para R\$ 19,55 milhões em 2004, ou seja, cada indústria tem um VA relativo de R\$ 977,50 mil anual, com crescimento econômico total de 266,79% neste período, sendo superior ao desempenho numérico quantitativo industrial.

Nesta fase da análise, ficou tácito que o importante não é aumentar quantitativamente o número de indústrias, pois é possível e mais importante aumentar quantitativamente o VA médio das indústrias progressiva e geometricamente, de modo que, nos anos seguintes, o retorno econômico do ICMS seja maior, não perdendo o conjunto dos municípios da microrregião dinamismo para as outras microrregiões do Estado.

Apenas os municípios de Princesa e de Guarujá do Sul tiveram um desempenho aquém ao da instalação de novas indústrias, ou seja, não tiveram a resposta no crescimento econômico equitativo ao número de indústrias instaladas no período. Feita a análise comparativa média microrregional, com os municípios individuais, percebe-se que os municípios de Princesa, de Guarujá do Sul e de Bandeirante tiveram um desempenho inferior, enquanto o município de Dionísio Cerqueira demonstrou um desempenho ligeiramente superior, mas que pode ser considerado idêntico à média microrregional. Para encontrar a média microrregional, buscou-se um parâmetro para a diferença entre o crescimento do VA no período de 1996 para 2004, que foi apurado em 176,22%, para o crescimento do número de indústrias no período de 1996 para 2003, que foi de 130,57%, que proporcionou o índice médio de crescimento de 45,65%. Com isto foi possível observar e apontar as informações anteriormente citadas.

8.4 ANÁLISE DE CENÁRIO PROSPECTIVO PARA UM CRESCIMENTO EQUITATIVO NO EOSC

Inicia-se a análise de um cenário prospectivo ideal para um crescimento equitativo entre todos os municípios do Extremo Oeste Catarinense. O destaque ficará para a expansão do VA, proposto na Tabela 16, que será transformado em *per capita*, neste, sim, sugerindo uma análise mais profunda do contexto microrregional onde, para Furtado (2004), será exposto o perfil distributivo da mesma microrregião.

Observa-se que vários municípios, embora de pequeno porte e emancipados após 1990, têm um desempenho melhor que aqueles emancipados anteriormente, ensejando que não importa o tamanho econômico, o tempo de emancipação ou o poder político. O que importa é o poder de compra, sua capacidade de produção e agregação de valor ao produto, bem como a organização e o perfil de cada um.

Na Tabela 16, observa-se o potencial de crescimento do PIB ou a expansão do VA que a microrregião ainda tem. Se observado o VA *per capita*, percebe-se o desempenho de agregação de valor aos produtos diferentemente nos municípios da microrregião, ou seja, verifica-se, em alguns, um VA *per capita* expressivo e, em outros, pouco significativo economicamente.

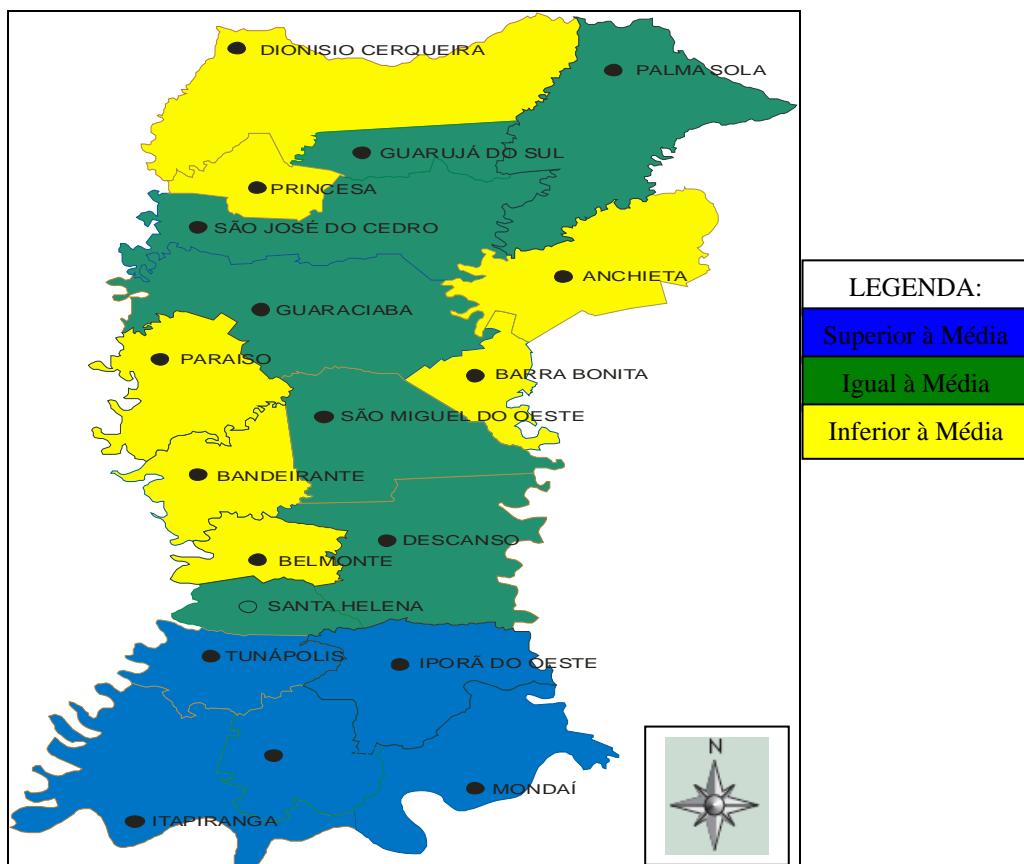
TABELA 16 – Expansão do Valor Adicionado Fiscal (1995/2005) em relação à população (2007) dos municípios do EOSC .

	Agricultura	Ind. E Com.	Agricultura	Ind. E Com.	Agricultura	Ind. e Com.	TOTAL	População	VA Per Capita
MUNICÍPIOS/PERÍODO	1995	1995	2000	2000	2005	2005	2005	2007	
ITAPIRANGA	18.817.628	31.233.838	37.810.529	36.398.683	129.821.665	142.149.830	271.971.495	15.238	17.848,24
SAO JOAO DO OESTE	13.127.229	3.579.613	26.139.355	4.009.698	78.539.653	15.844.338	94.383.991	6.020	15.678,40
TUNAPOLIS	9.267.279	3.682.529	17.262.146	4.704.914	48.670.457	6.262.048	54.932.505	4.650	11.813,44
MONDAI	6.419.161	8.129.556	14.902.996	15.652.787	47.988.744	57.199.832	105.188.576	9.126	11.526,25
IPORA DO OESTE	9.614.713	3.388.516	20.783.544	6.213.331	59.292.620	20.204.546	79.497.166	7.933	10.021,07
DESCANSO	11.036.010	6.686.958	21.162.782	10.394.690	51.084.977	13.890.107	64.975.084	8.091	8.030,54
GUARUJA DO SUL	3.821.987	2.636.723	7.788.805	3.710.425	17.117.401	16.010.852	33.128.253	4.722	7.015,72
GUARACIABA	11.869.444	6.632.070	20.503.336	7.923.693	50.559.432	20.721.518	71.280.950	10.604	6.722,08
PALMA SOLA	4.533.670	5.519.846	13.016.517	12.471.785	26.102.275	25.788.269	51.890.544	7.942	6.533,69
SAO MIGUEL DOESTE	6.682.560	65.083.825	9.717.887	74.517.258	36.421.444	177.120.927	213.542.371	33.806	6.316,70
SAO JOSE DO CEDRO	11.749.914	9.107.687	20.537.568	15.179.240	44.296.309	40.714.750	85.011.059	13.699	6.205,64
SANTA HELENA	2.286.557	1.091.891	4.681.770	1.284.822	10.820.216	4.188.295	15.008.511	2.437	6.158,60
BELMONTE	1.862.706	518.921	4.316.549	850.916	12.283.767	2.223.020	14.506.787	2.681	5.410,96
PARAISO	4.103.663	957.475	6.373.643	1.122.161	14.939.495	3.802.580	18.742.075	4.195	4.467,72
PRINCESA	2.937.478	164.677	5.978.103	511.188	9.290.508	1.912.387	11.202.895	2.604	4.302,19
BANDEIRANTE	3.875.885	148.311	4.795.193	281.060	11.327.243	1.117.253	12.444.496	3.028	4.109,81
ANCHIETA	4.310.330	3.344.724	8.752.240	4.590.925	14.802.617	10.764.386	25.567.003	6.587	3.881,43
BARRA BONITA	3.141.058	110.155	3.204.711	497.418	6.128.886	939.405	7.068.291	2.064	3.424,56
DIONISIO CERQUEIRA	4.636.858	6.214.606	10.709.019	12.861.315	21.283.817	23.747.143	45.030.960	14.792	3.044,28
Extremo Oeste SC	134.094.130	158.231.921	249.684.453	208.585.384	690.771.526	584.601.486	1.275.373.012	159.740	7.984,06

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (2007).

Nesta Tabela, observa-se que o município com o melhor VA *per capita* possui seis vezes mais em relação ao município com o menor, ou seja, Itapiranga tem um VA *per capita* de R\$ 17.848,24, sendo a média da microrregião de R\$ 7.984,06, e Dionísio Cerqueira, com o menor VA *per capita*, tem apenas R\$ 3.044,28. Confirmam-se mais uma vez aqui os extremos, tanto do VA *per capita* mais expressivo, quanto do menos significativo, sendo que os dois municípios foram emancipados na mesma época, têm uma população idêntica, mas uma economia muito diferente.

No Mapa 11 é possível ter um panorama completo nos municípios com desempenho no VA *per capita* superior à média, igual à média e inferior à média, juntando-os em blocos autônomos e blocos com necessidades de políticas públicas compensatórias.



Mapa 11: Perfil do valor adicionado *per capita* no EOSC
Fonte: Resultado da pesquisa (2007).

No contexto geral dos municípios da microrregião Extremo Oeste observa-se, na Tabela 16 e Mapa 11, que cinco estão com um VA *per capita* excelente (azul), ou seja, Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Mondaí e Iporã do Oeste, numa condição acima da média de R\$ 7.984,28, observando-se que, destes, dois foram emancipados antes de 1990 e três foram emancipados durante ou após 1990. Já os municípios com um VA *per capita* bom (verde), ou seja, próximos da média são: Descanso, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Palma Sola, São Miguel do Oeste,

São José do Cedro e Santa Helena. Observa-se que seis destes foram emancipados antes de 1990 e apenas um após 1990. Os municípios com um VA *per capita* ruim ou abaixo da média (amarela) microrregional são: Belmonte, Paraíso, Princesa, Bandeirante, Anchieta, Barra Bonita e Dionísio Cerqueira, ensejando um fraco dinamismo econômico e um poder de compra *per capita* relativamente baixo. Observa-se que dois municípios são mais antigos, emancipados antes de 1990, e quatro são novos, emancipados durante ou depois de 1990.

No contexto da pesquisa completa, percebe-se que foram feitas análises comparativas, dados das mais diversas tabelas foram cruzados, informações construídas soltas em outras pesquisas foram destruídas, sendo possível afirmar que existe dinamismo econômico na microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, no contexto de seus municípios, de forma proporcional e relativa. Há municípios com uma população pequena e um VA *per capita* acima da média, como: Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Mondaí, Iporã do Oeste e Descanso. Na prospecção do PIB, vários municípios estão acima da média: Itapiranga, Santa Helena, Iporã do Oeste, Palma Sola, São Miguel do Oeste e Tunápolis. Na prospecção do VA, novamente vários municípios estão acima da média: Mondaí, São João do Oeste, Iporã do Oeste, Santa Helena, Belmonte, Itapiranga, Guarujá do Sul, Palma Sola e Tunápolis.

O que fica claro ainda é que não importa o número de habitantes. O que importa é seu poder de compra, sua capacidade de gerar e girar a economia através de um mercado interno consistente, proporcionando dinamismo econômico expressivo em relação a seu número de habitantes, não esquecendo e nem perdendo de vista sua qualidade de vida. Sua capacidade de definição de ações e planejamento proporciona visibilidade e longevidade.

Para que a microrregião consiga um crescimento eqüitativo terá que proporcionar ou desenvolver políticas públicas compensatórias para os municípios com menos PIB e VA. Os municípios com um PIB e VA acima da média (bom) já tem crescimento e desenvolvimento autônomo, ao passo que os municípios considerados com desempenho abaixo da média (ruim) precisam de uma ajuda, através de políticas públicas compensatórias. É preciso manter a situação dos municípios com cenários bons, bem como criar políticas de impacto naqueles onde o cenário é desfavorável, ou considerado ruim.

Ressalta-se a importância de observação individual, pois muitos municípios têm dinamismo acelerado e já buscam soluções a seus problemas de geração de emprego e renda, conseguindo a expansão do Produto Interno Bruto. Para Ferrera de Lima (2005), as regiões e, por conseguinte, os municípios, devem especializar-se nas atividades que dominam, ou seja, especializarem-se onde forem mais competitivos. As vantagens, diga-se, não surgem ao acaso, pois as aptidões regionais se formam a partir da seqüência de mudanças na estrutura produtiva.

Observa-se, no contexto da microrregião do Extremo Oeste Catarinense, que os municípios vêm mudando sua estrutura produtiva e se preparando para competir neste mercado globalizado.

Estas mudanças, segundo Hirschman (1964), ocorrem por fatores históricos ou pela planificação. No caso, os cenários permitem ver, nos acontecimentos do presente, um conjunto de tendências que, movendo-se na direção atual, mudarão o ambiente como o que conhecemos hoje. Desta forma é possível estruturar ações atuais e estratégicas antes de elas acontecerem, ganhando entendimento mais robusto do ambiente de atuação e mais agilidade que os competidores na implementação de ações. Para a região sair da posição atual e atingir seus objetivos, precisará derrubar a grande barreira de incertezas que se levanta entre o hoje e o futuro.

Cabe entender que, para ambientes turbulentos e repletos de rupturas, que impedem a utilização de modelos clássicos de previsão e projeção, Marcial & Grumbach (2006) afirmam que os estudos prospectivos não têm como objetivo prever o futuro, mas, sim e tão-somente, fornecer tendências e analisar as diversas possibilidades de futuro plausíveis e preparar as regiões para que enfrentem qualquer uma delas.

Neste sentido, apresenta-se ainda a prospecção do crescimento do PIB dos municípios da microrregião: se for acima de 4% é considerado bom, se igual a 3%, satisfatório, e menor que 2%, ruim. Neste estudo, percebe-se que os gráficos têm um deslocamento diferenciado, sendo possível vislumbrar cenários prospectivos diferentes para a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina. Optou-se por estas três taxas de crescimento, objetivando atender aos objetivos específicos, almejados pelo pesquisador e pelas lideranças microrregionais. Ressalta-se que as tendências mundiais não fogem a este contexto de crescimento do PIB.

Como são 19 municípios, e tomando o cuidado de não poluir visualmente os gráficos, optou-se em separar em feixes de municípios, nos seguintes critérios: os seis com desempenho econômico numérico elevado, os sete com desempenho econômico numérico intermediário e os seis com baixo desempenho econômico numérico. Observa-se no gráfico de tendência do crescimento do PIB, se superior a 4% aa., que o conjunto dos municípios com PIB elevado terá um somatório de R\$ 2.463.560.000,00, os de PIB intermediário de R\$ 943.560.000,00 e os de PIB baixo de R\$ 293.440.000,00.

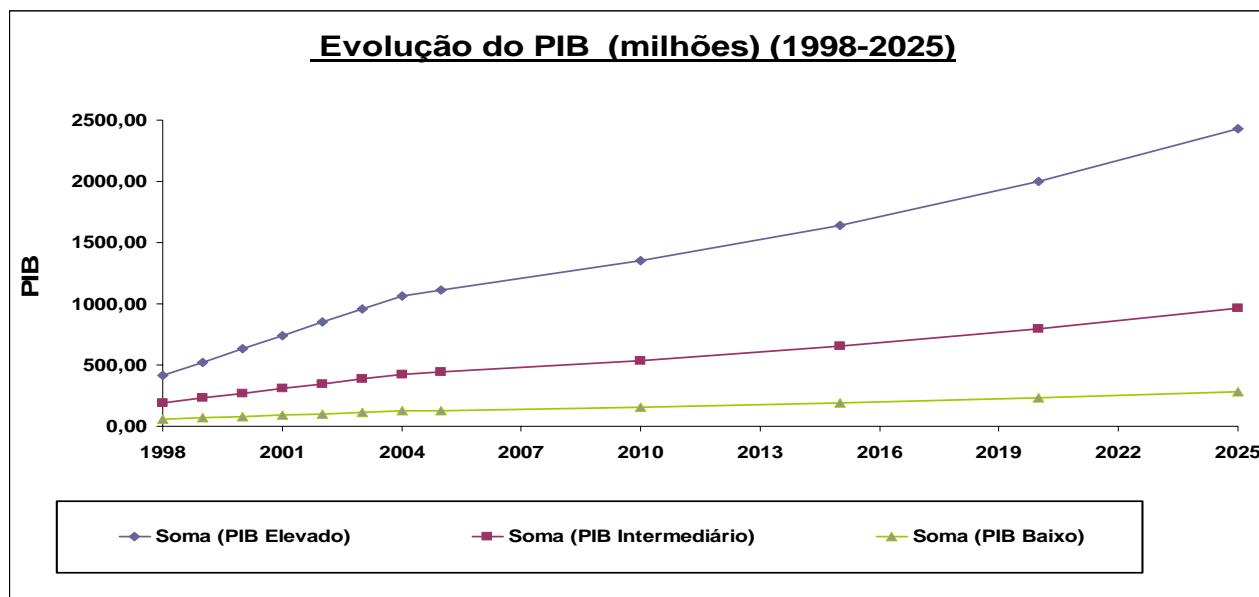


Gráfico 5: Tendência de Crescimento do PIB se superior a 4% aa.

Fonte: Resultado da pesquisa (2007).

Diferentemente, se o desempenho econômico numérico for igual a 3% aa., observar-se-á, no gráfico de tendência do crescimento do PIB, que o conjunto dos municípios com PIB elevado terá um somatório de R\$ 2.011.020.000,00, os de PIB intermediário de R\$ 770.023.000,00 e os de PIB baixo de R\$ 239.540.000,00.

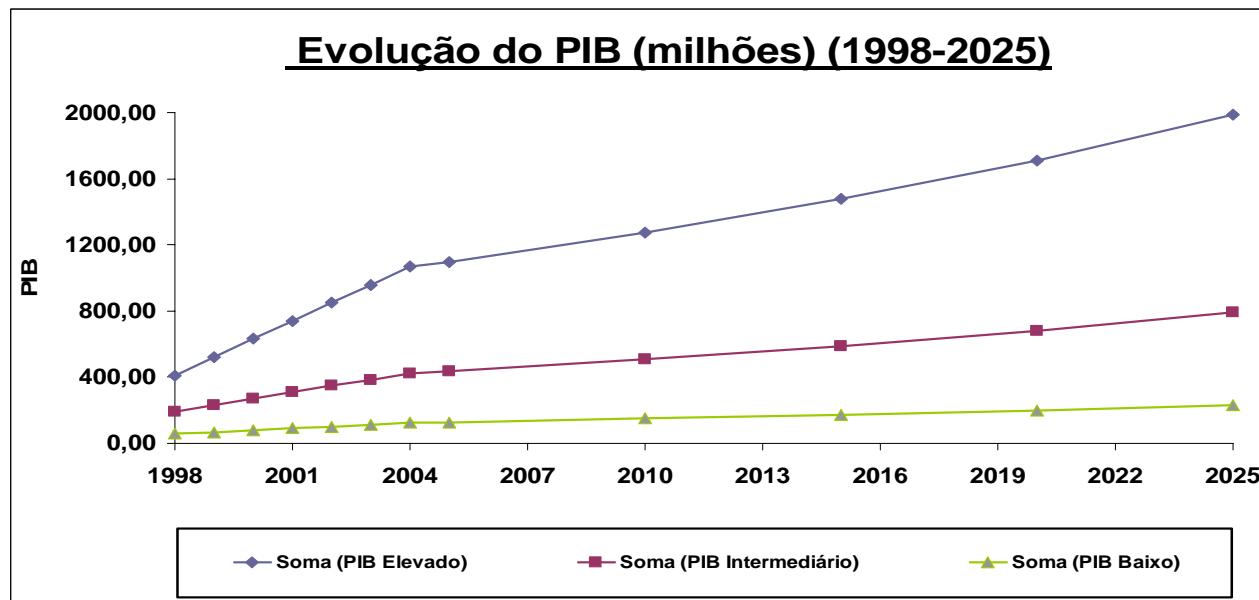


Gráfico 6: Tendência de Crescimento do PIB se igual a 3% aa.

Fonte: Resultado da pesquisa (2007).

A situação se agrava quando prospectado um desempenho no crescimento do PIB inferior a 2% aa. Observar-se-á, no gráfico de tendência do crescimento do PIB, que o conjunto dos municípios com PIB elevado terá um somatório de R\$ 1.637.840.000,00, os de PIB intermediário de R\$ 627.310.000,00 e os de PIB baixo de R\$ 195.090.000,00.

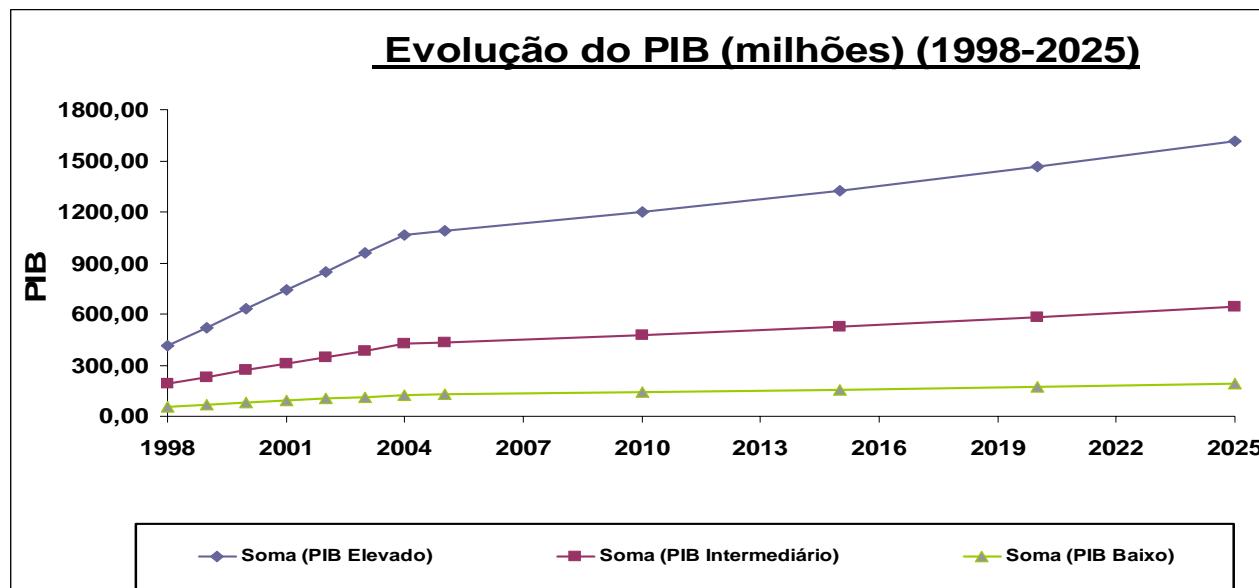


Gráfico 7: Tendência de Crescimento do PIB se igual a $\leq 2\%$ aa.

Fonte: Resultado da pesquisa (2007).

Deste contexto prospectivo econômico microrregional passa-se aos cenários prospectivos propostos pelas autoridades (*stakeholders*) e validados pela comunidade microrregional. Estes dois capítulos se cruzam, um apresentando os cenários prospectivos econômicos e o outro apresentando os cenários prospectivos desejados pelas autoridades e validados pela comunidade microrregional. Passa-se, portanto, à análise de prospecção de cenários, propostos pelas autoridades e validados pela comunidade microrregional.

9 AVANÇAR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AÇÕES E CENÁRIOS PROSPECTADOS NA COMUNIDADE REGIONAL DO EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Após a análise dos dados econômicos (projeção e tendências), apresenta-se, nesse capítulo, a prospecção de ações consideradas ideais pelas autoridades, pelas lideranças e pela comunidade microrregional. Conforme estabelecido na metodologia da pesquisa, usando o método Delphi, foram inicialmente entrevistadas as 14 autoridades microrregionais (*stakeholders*) que definiram as ações importantes para serem executadas ou implantadas, ideais para a construção de um cenário prospectivo positivo para o Extremo Oeste de Santa Catarina.

O desenvolvimento de cenários ligados a uma rede de “*experts*” buscou um fluxo de informações altamente concentradas e filtradas, ensejando percepções que revertam o quadro de desigualdade regional, apontado na tendência da dinâmica econômica regional. Segundo Schwartz (1996), participar de redes não abre apenas espaços, como também permite o cruzamento de *insights* de pessoas dos mais diferentes lugares. Por isso, primeiramente foi solicitada a opinião dos *experts* (os *stakeholders*) a respeito de que áreas e de ações deveriam ser implementadas ou executadas na microrregião do Extremo Oeste, para que se avance e se inicie uma nova fase de prosperidade e de dinamismo expressivo e sustentável, de forma mais homogênea. Para isso, a comunidade apontou ações que abrangem tanto aspectos sociais quanto econômicos, bem como as instituições ou os organismos que seriam os responsáveis por essas ações e, consequentemente, o futuro da região.

Passa-se à análise das entrevistas e das informações fornecidas pelos *stakeholders* regionais. A análise envolveu momentos distintos e importantes, separados e conjuntamente. **Primeiramente**, foi elaborado um roteiro de entrevistas para as 14 maiores autoridades regionais. Na **segunda etapa**, os questionários foram novamente enviados aos mesmos 14 *experts* (*stakeholders*), para que eles definissem quem deveria ser o responsável pela execução das ações e em que espaço temporal, considerando um ano (curto prazo), cinco anos (médio prazo) e dez anos (longo prazo).

Passa-se, assim, à análise detalhada das prioridades apontadas, bem como às sugestões de quem deverá executar ou de quem buscar a solução para essas prioridades, conforme a definição proposta pelos *stakeholders* microrregionais.

9.1 ÁREAS E RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES DE INTERVENÇÃO REGIONAL.

Na análise de dados das áreas e responsáveis pelas ações de intervenção regional, fica factível o que pensam as autoridades microrregionais e quem será responsável pela execução ou pela busca de solução para cada uma das ações em cada área. Inicia-se pela Educação, passando para Agricultura, Saúde, Ambiente, Micro e Pequenas Empresas, Turismo, Poder Público, Infra-Estrutura e Social.

Na EDUCAÇÃO:

- **Incentivo a Cursos Superiores:** Ficou sob a responsabilidade da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC) e da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste (ACISMO), representando as demais associações, devendo ser implementada a curto e médio prazo.

- **Qualificação da mão-de-obra:** Ficou sob a responsabilidade das instituições de ensino superior, bem como do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Social da Indústria (SESI); devendo ser implementado a curto, médio e longo prazo, ou seja, entendem as autoridades que este programa deve ser permanente.

- **Implantação de Universidade Pública – Mercosul:** Ficou sob a responsabilidade da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC), que iniciou a mobilização e a conscientização da necessidade da Universidade Pública do Mercosul e que já está identificada com a mesma instituição, sendo uma ação permanente a curto e médio prazo até que, efetivamente, ela seja implementada. Essa ação beneficiará a comunidade regional, tendo em vista que universidade pública federal existe somente na linha litorânea de Santa Catarina. O projeto vem ao encontro das propostas e das necessidades da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

- **Implantação do CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica:** Entendem as autoridades microrregionais que esta obra deverá ser implementada no Colégio Agrícola Getúlio Vargas, da Linha Cruzinhas, município de São Miguel do Oeste, ao curto prazo, sob a responsabilidade da Agência de Desenvolvimento Regional.

- **Descentralização da Universidade Estadual:** Trata-se de experiência com êxito em outras microrregiões, mas que não contemplou o Extremo Oeste, ação de curto prazo, sob a responsabilidade da AMEOSC.

- **Qualidade Educacional em todos os níveis:** Criar um fórum permanente de fiscalização ao nível educacional regional, ação de curto e médio prazo, sob a coordenação da Associação dos Vereadores do Extremo Oeste de Santa Catarina (AVEOSC).

- **Criação do banco de projetos e idéias (acadêmico):** Sob a coordenação das faculdades e universidades, tendo em vista que todos os cursos elaboram trabalhos de conclusão de curso (TCCs), conhecimento científico que fica estocado nas instituições, não sendo de conhecimento público, tendo projetos e idéias viáveis ou ajustáveis para efetiva implementação na microrregião.

Na AGRICULTURA:

- **Fortalecimento da Agricultura Familiar:** Esta é a base de sustentação da microrregião, característica trazida das colonizadoras que vendiam lotes de até 30 hectares, tornando-se áreas agrícolas viabilizadas através das agroindústrias instaladas. A agricultura familiar, altamente tecnificada (produção de leite, de carnes de frangos e de suínos), busca outras alternativas economicamente viáveis, a exemplo de projetos de combustíveis alternativos do álcool e do biodiesel. Ação permanente e de responsabilidade do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSAD), bem como do Colegiado dos Secretários Municipais de Agricultura/AMEOSC.

- **Visão de agregação de valor ao produto primário:** Algumas iniciativas já começam a se destacar na microrregião, que são viabilizadas através do SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária), do governo federal. Os municípios estão buscando a implantação e a viabilidade de pequenas iniciativas de agregação de valor aos produtos primários, a exemplo dos embutidos de carne. Trata-se de ação de curto prazo, coordenada pelo Colegiado dos Secretários Municipais da Agricultura (AMEOSC).

- **Produção de alimentos agro-ecológicos:** Consiste de cuidados com a segurança alimentar e do alimento, cuidados os quais embasam a iniciativa de produção de alimentos agro-ecológicos. Trata-se de ação de curto prazo, coordenada pelo Colegiado dos Secretários Municipais da Agricultura (AMEOSC).

- **Melhoria e ampliação da bacia leiteira:** Atividade econômica de destaque e fortemente viável em todos os municípios da microrregião, que é considerada a maior produtora de leite *in natura* do Estado, devendo receber incentivos para a instalação de pequenas indústrias processadoras e para a agregação de valor ao produto. Trata-se de ação permanente, devendo ser implementada e coordenada pelo Colegiado dos Secretários Municipais da Agricultura (AMEOSC).

- **Fiscalização sanitária animal rigorosa:** Como o Estado de Santa Catarina é livre da febre aftosa sem vacinação, característica peculiar conquistada ao longo de mais de uma

década, deve-se valorizar esta condição, proporcionando vantagens competitivas e financeiras aos agropecuaristas. O governo estadual deve continuar com esta política de proteção e de fiscalização sanitária, ação esta permanente e sob a responsabilidade da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

Na SAÚDE:

- **Conclusão do Hospital Regional:** A responsabilidade dos municípios diz respeito ao atendimento básico ao cidadão, sendo de responsabilidade do governo estadual e federal a atenção às ocorrências de média e de alta complexidade. Hoje, atendimentos complexos são atendidos somente na cidade de Chapecó, que normalmente está com sua capacidade esgotada, em função de privilegiar o atendimento a todo e qualquer procedimento do município de Chapecó, inclusive o básico. O Estado está construindo um novo hospital de abrangência regional na cidade de São Miguel do Oeste, atendendo à reivindicação dos prefeitos da microrregião e que deverá estar concluído em dois anos e equipado em mais um ano, ou seja, até o final de 2010 essa instituição hospitalar deverá estar à disposição da população microrregional. Trata-se de ação de médio prazo e está sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste.

- **Fortalecimento do Consórcio Intermunicipal Saúde:** Criado no intuito de preencher uma lacuna de responsabilidade do Estado e da União, para atender a procedimentos de média e alta complexidade, o CIS-AMEOSC, vem trazendo respostas aos gestores municipais, atuais financiadores destes procedimentos, que deverão ser ampliados através do resarcimento das despesas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fortalecendo as finanças do Consórcio e agilizando respostas às necessidades da população microrregional. Trata-se de ação de curto e médio prazo, sob a responsabilidade do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde (AMEOSC).

Nas questões AMBIENTAIS:

- **Coleta seletiva de lixo:** Consiste num conjunto de atividades partindo desde a conscientização até a coleta efetiva e seletiva do lixo urbano, fonte de contaminação e poluição ambiental. Trata-se de ação de curto prazo e de responsabilidade dos municípios (poder executivo municipal).

- **Hidrelétrica de Itapiranga:** Obra prevista no Rio Uruguai e na altura do município de Itapiranga, com capacidade de geração de 724,6 megawatts de energia elétrica, suprirá a demanda microrregional, tendo capacidade até de exportação. Obra de porte médio que vai gerar energia elétrica, mão-de-obra nova e qualificada, imposto novo e retorno de *royalties* para os municípios lindeiros e que terão áreas alagadas. Trata-se de ação de responsabilidade do governo federal, sendo de execução de médio prazo.

- Políticas de proteção ambiental: A microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina é dotada de uma bacia hidrográfica consistente e bem distribuída, localizando-se em seu lençol freático uma das maiores reservas de água do mundo, reserva conhecida como Aqüífero Guarani ou Botucatu. É preciso consciênci a dos moradores para evitar a contaminação do lençol freático, pois a reserva poderá ser uma fonte inigualável de renda e de oportunidades, tanto em exploração para consumo humano, quanto para o setor turístico. Trata-se de ação de proteção permanente e de responsabilidade dos poderes públicos municipais, estadual e federal, via órgãos de fiscalização ambiental (FATMA, IBAMA e POLICIA AMBIENTAL).

- Promover o Reflorestamento: Ensejado na análise anterior, é preciso proteção e preservação dos mananciais e o reflorestamento é uma forma de proteger os mananciais e o meio ambiente em geral. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade e financiamento dos poderes públicos municipais, estadual e federal.

- Programas de Preservação Ambiental: Consiste em ação que vem ao encontro das políticas de proteção ambiental e o reflorestamento. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade e financiamento dos poderes públicos municipais, estadual e federal, via órgãos de fiscalização ambiental (FATMA, IBAMA e POLICIA AMBIENTAL).

Nas MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

- Arranjo Produtivo Local do agronegócio: Visa estabelecer uma proposta sustentável para desenvolver o agronegócio microrregional, considerado como fonte de renda e principal característica econômica. Consiste em esforço singular no sentido de aproximar e construir elos produtivos que possam atenuar as disparidades econômicas da microrregião. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Colegiado dos Secretários Municipais de Agricultura (AMEOSC).

- Arranjo Produtivo Local metal-mecânico: Focado no desenvolvimento de equipamentos novos de suporte e complementares para as indústrias, pois os mesmos atualmente, são importados de outras microrregiões, e, que se produzidos poderiam ser fonte de geração de empregos e renda. Trata-se de uma ação permanente e de responsabilidade de implementação ou busca de solução do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

- Arranjo Produtivo Local do vestuário (confecções em geral): Está focado no melhoramento da indústria do vestuário instalada, buscando o aumento da produtividade, da competitividade e da eficiência do processo industrial. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

- Arranjo Produtivo Local de máquinas e equipamentos: No intuito de criar uma estrutura industrial na microrregião para construir máquinas e equipamentos necessários para a cadeia produtiva das agroindústrias, considerando a montante e a jusante do processo. Trata-se

de ação permanente e de responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

- Arranjo Produtivo Local de produtos alimentícios e bebidas: O objetivo é beneficiar-se do SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, fomentando projetos de produção de alimentos e bebidas de produtos de origem agrícola (carnes, leite, hortifrutigranjeiros, etc.). Trata-se de ação permanente e de responsabilidade da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

- Arranjo Produtivo Local de madeiras e móveis: Consiste em promover o aproveitamento da madeira produzida nos reflorestamentos da microrregião, ou seja, promover o manejo sustentável dos reflorestamentos e viabilizar as indústrias de aberturas e de móveis, altamente tecnificadas e exportadoras. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade da AMOESC – Associação dos Moveleiros do Extremo Oeste de Santa Catarina.

- Fortalecimento do Pólo Comercial: Consiste em criar incubadoras nos municípios que absorvam iniciativas empresariais novas e, por um lapso temporal de no máximo dois anos, seriam o abrigo dos empresários iniciantes em qualquer atividade comercial. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Colegiado dos Secretários Municipais de Indústria e Comércio.

- Fortalecimento do Intercâmbio Internacional: Visa a exportação de produtos produzidos na microrregião e em condições de entrar, com competitividade e atratividade, nos países do bloco econômico do Mercosul. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste (ACISMO).

- Incentivo à construção de indústrias processadoras: Visa fomentar o aproveitamento das características e das peculiaridades da microrregião, principalmente os embutidos de carnes, o leite *in natura* e a produção de doces e de geléias vegetais. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Colegiado dos Secretários Municipais da Agricultura (AMEOSC).

- Fortalecimento das micro e pequenas empresas: Visa fortalecê-las no intuito de se preparam para o mercado externo, mais dinâmico e competitivo. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

- Criar cultura exportadora: A exemplo de várias empresas bem sucedidas na microrregião, fomentar a cultura exportadora, geradora de empregos e de renda internos, provenientes de recursos externos. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

- Central de captação e distribuição de produtos: Visa criar um ponto de referência comercial de produtos da microrregião, principalmente os de origem agropecuária.

Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Colegiado dos Secretários Municipais da Agricultura (AMEOSC).

- **Criar marca regional:** Constitui-se em importante meio de divulgação, de unificação e de destaque aos produtos microrregionais, suplantando dificuldades técnicas de criação e de registro de marcas a produtos economicamente inexpressivas. Com a unificação, ganha-se com economia, com longevidade, com visibilidade e com padronização, pois haverá um órgão central de controle, de verificação, de padronização e de fiscalização dos produtos. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR/AMEOSC).

No TURISMO:

- **Arranjo Produtivo Local do Turismo:** Visa organizar a microrregião de modo a que os residentes saibam e conheçam as potencialidades turísticas existentes, criando cidades temáticas, ao invés de percorrer 650 km em viagens desgastantes emocional, financeira e fisicamente em direção às praias do litoral. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Organismo Regional de Turismo (AMEOSC).

- **Descentralização dos recursos da área de turismo:** Visa propor ao Estado o repasse proporcional ao número de habitantes da microrregião, isso no tocante aos recursos oriundos e destinados a investimentos em infra-estrutura turística, investidos praticamente sua totalidade na faixa litorânea. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Organismo Regional de Turismo (AMEOSC).

- **Promover Turismo no Aqüífero Guarani:** Localizado no subterrâneo (mais de mil metros de profundidade) de toda a microrregião, com águas que variam de minerais (ideais para consumo humano e para exploração econômica) a quentes e sulfurosas (ideais para tratamento de saúde e para exploração turística). Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Organismo Regional de Turismo (AMEOSC).

- **Desenvolvimento de gastronomia típica da região:** Visa criar a cultura de gastronomia e instituir festas típicas organizadas, de modo a ter opções permanentes, diversificadas e organizadas, na forma de calendário, evitando haver duas no mesmo final de semana. Ação permanente e de responsabilidade do Organismo Regional de Turismo (AMEOSC).

- **Elaboração de roteiro turístico integrado:** Visa informar e formar um roteiro turístico microrregional para conhecer todo o potencial neste ramo e organizá-lo, estruturá-lo e prepará-lo para recepcionar os turistas. Na integração, acontece a conexão e a divulgação. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Organismo Regional de Turismo (AMEOSC).

- **Incentivo paisagístico regional:** Visa transformar a microrregião num lugar belo, atrativo, integrado e aconchegante. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Organismo Regional de Turismo (AMEOSC).

- **Incentivo ao artesanato regional:** Visa proporcionar retorno financeiro às potencialidades artesanais existentes na microrregião. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Organismo Regional de Turismo (AMEOSC).

- **Central de comercialização de produtos artesanais:** Visa proporcionar aos artesãos um local adequado e centralizado para a disposição e o comércio de seus produtos artesanais. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Organismo Regional de Turismo (AMEOSC).

- **Resgate histórico e cultural regional:** Visa promover um resgate histórico (passagem da Coluna Prestes) e cultural (diferentes etnias – alemães, italianos, poloneses, etc.). Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Organismo Regional de Turismo (AMEOSC).

No PODER PÚBLICO:

- **Descentralização das ações e dos recursos governamentais:** Visa descentralizar os recursos hoje altamente concentrados no poder central (Brasília), que retêm em torno de 65% do produto arrecadado no Brasil. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos municípios, via entidades representativas.

- **Planejamento estratégico local e regional:** Cidade ou região que não possui um plano estratégico de desenvolvimento, que não tem um objetivo traçado, não sabe o potencial que está perdendo ou está deixando de desenvolver. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR/AMEOSC).

- **Investimento no capital humano:** Visa profissionalizar a mão-de-obra microrregional. Trata-se de ação permanente de responsabilidade das unidades de ensino.

- **Política de preços com redução carga tributária:** Visa reduzir os preços dos insumos, equipamentos e maquinaria dos setores produtivos, a exemplo dos tratores agrícolas. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Colegiado dos Secretários Municipais da Agricultura.

- **Solidificação das parcerias público/privado:** Visa assegurar investimentos estruturais novos e serviços de alta especialidade (Saúde, Educação, Segurança Pública, Energia e Turismo). Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Formar rede de interesses dos municípios:** Visa atender interesses de vigilância sanitária (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária) e de saúde humana (Consórcio

Intermunicipal de Saúde). Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde da microrregião (AMEOSC).

- **Apoio à formação do capital social:** Visa formar capital social preparado e voltado para o atendimento das ações de interesse econômico e social da microrregião. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos Prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Linhos de crédito de longo prazo (20 anos):** Visa oxigenar financeiramente as atividades econômicas e produtivas da microrregião. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Formação e retenção de talentos nos municípios:** Visa formar e reter os talentos intelectuais na microrregião. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade das organizações educacionais da microrregião/AMEOSC.

- **Visão de desenvolvimento tecnológico:** Visa desenvolver tecnologicamente a microrregião, criando ações de impacto e soluções tecnológicas. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

- **Elaborar planos diretores nos municípios:** Visa atender ao disposto no Estatuto das Cidades e, principalmente, elaborar um plano de crescimento e de desenvolvimento sustentável dos municípios da microrregião. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Maior integração com o Mercosul:** Visa promover a integração com os países do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Incentivo à instalação de indústrias:** Visa fomentar, através de incentivos, a geração de emprego, renda e aceleração do dinamismo na microrregião. A iniciativa privada se move através de incentivos, buscando vantagens competitivas e comparativas. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Legislação tributária específica para fronteira:** Visa criar legislação específica para atender e criar dispositivo específico de competitividade com os produtos dos países vizinhos (Mercosul). Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Programas de incentivos à produção e agregação de valor:** Visa criar a cultura empreendedora e de agregação de valor aos produtos, inibindo e até acabando com as exportações de produtos agrícolas *in natura*, ou sem agregação de valor. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Incentivos para inovação tecnológica:** Criar nos centros educacionais a cultura de criação de produtos de inovação tecnológicos, voltados ao atendimento das necessidades e

realidade da microrregião. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

- **Criação do centro pesquisa e tecnologia:** Visa criar um centro permanente de pesquisa e de criação de novas tecnologias voltadas à realidade microrregional. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Criação de uma zona franca regional:** Visa estimular novas iniciativas de industrialização, comercialização e exportação, com tratamento tributário diferenciado. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- **Incentivar novas alternativas (álcool, biodiesel, etc.):** Visa fomentar, motivar e beneficiar-se dos incentivos fiscais governamentais disponíveis, bem como criar iniciativas econômicas que venham ao encontro da realidade da microrregião. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

Além destas ações envolvendo o Poder Público, foi sugerido: beneficiar-se do **Plano de Aceleração e Crescimento**, buscando viabilizar obras de impacto econômico, a exemplo da construção da barragem sobre o Rio Uruguai e a conclusão da BR-282, de São Miguel do Oeste a Paraíso, até a divisa com a República Federal da Argentina; beneficiar-se do **Plano Nacional de Desenvolvimento Regional**, integrando os planos locais, com o regional, o Estadual e o Nacional ou vice-versa, de forma que houvesse convergência e exeqüibilidade dos mesmos planos; beneficiar-se do **Programa da Mesorregião do Mercosul**, vinculado ao Ministério da Integração Nacional, que trabalha ações voltadas à geração de dinamismo nas mesorregiões diferenciadas brasileiras, onde o Extremo Oeste está inserido, no contexto da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Estas ações são permanentes e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião/AMEOSC.

Na INFRA-ESTRUTURA:

- **Conclusão BR-282 – Rodovia bi-oceânica:** Visa concluir a rodovia que interliga o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, encurtando distância entre continentes (mercados), economizando recursos e energia e viabilizando novas iniciativas de processamento de carnes e de produtos para a exportação. Trata-se de ação de início imediato e de responsabilidade do governo federal.

- **Ferrovia de integração bi-oceânica:** Idêntico ao caso da rodovia.

- **Construção de hidroelétricas (Antas e Uruguai):** Visa aproveitar os recursos naturais disponíveis, gerando energia, renda e emprego. Trata-se de ação imediata e de responsabilidade de Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ambos do governo federal.

- Aproveitamento bioenergias: Visa resolver o problema provocado pela atividade suinícola, expressiva geradora de dejeto, através das iniciativas de geração de bioenergias. Soluciona-se o problema ambiental, gerando energia limpa, emprego e renda necessária para a microrregião. Ação permanente e de responsabilidade do Colegiado dos Secretários Municipais da Agricultura (AMEOSC).

- Melhoria dos aeroportos regionais: Localizados na cidade de São Miguel do Oeste e no extremo norte da microrregião (Dionísio Cerqueira), os aeroportos carecem de poucos investimentos para receber vôos de aeronaves de porte, a exemplo de sinalização vertical e horizontal. O gargalo está em definir as rotas de vôos e as empresas interessadas em executar as linhas. Trata-se de ação imediata e de responsabilidade das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional.

- Recuperação das rodovias regionais: Visa construir a terceira faixa nas subidas e a melhoria da pista de rolamento, bem como efetuar as sinalizações horizontal e vertical. Trata-se de parcerias entre Estado e União.

- Construção Ponte RS/SC Itapiranga ou Mondaí: Visa encurtar distância rodoviária interestadual, considerando que a microrregião é um corredor econômico agropecuário entre os Estados do Sul e do Centro-Oeste brasileiro. Sob a responsabilidade da AMEOSC, busca resposta com Parcerias Público-Privadas.

- Saneamento básico em todos os municípios: Visa gerar qualidade de vida para os habitantes dos municípios do Extremo Oeste catarinense e resolver problemas ambientais. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

No setor **SOCIAL**:

- População desgarrar da visão assembleista: Visa desvincular a dependência das autoridades microrregionais com as forças políticas da assembléia legislativa. É preciso mobilizar outras forças, outras lideranças e outras formas de conquista dos desejos e de resolução das necessidades de implementações das políticas públicas. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- População desgarrar da visão paternalista: Visa proporcionar políticas públicas de modo que a população menos favorecida financeiramente tenha condições de se auto-sustentar, produzindo seu próprio sustento, gerando renda e consumo. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

- Elevar a confiança e a capacidade de investimento: Visa aumentar a auto-estima e a capacidade de investimento através de formas de criação de novos negócios, capacidade empreendedora, no intuito de produzir, de gerar empregos e de exportar. Consiste de ações permanentes e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC), através de

campanhas na mídia regional. Trata-se de ação permanente e de responsabilidade dos prefeitos da microrregião (AMEOSC).

Percebe-se que todas as ações, em suas respectivas áreas, conforme os resultados da pesquisa de campo e a percepção da comunidade regional, são de extrema importância para que se avance no dinamismo econômico dos municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, de forma mais homogênea, contemplando os municípios com desempenho abaixo da média, com políticas públicas compensatórias para reverter esta situação, bem como contemplando os municípios na média ou acima com políticas públicas para manter este cenário. Todas estas ações e suas respectivas áreas passam agora à validação pela comunidade microrregional para que, endogenamente, definam o que é melhor no contexto da microrregião.

9.2 VALIDAÇÃO PELA COMUNIDADE MICRORREGIONAL

Este talvez seja o momento mais importante da pesquisa, pois se passa para a **terceira e última etapa**, que trata da tabulação e da análise dos dados apurados através do retorno do questionário de validação da comunidade microrregional. Foram 429 entrevistas de convidados aleatórios, não importando sua função, atividade, nível de escolaridade, religião, poder aquisitivo ou nível de renda, que retornaram ou atenderam ao convite feito pelo pesquisador. Muitos outros foram convidados, mas nem todos retornaram e alguns retornaram o questionário preenchido equivocadamente, ou seja, foram invalidados na hora da tabulação.

Esta etapa será explicativa quanto aos dados tabulados do retorno das entrevistas, bem como analítica, quanto ao impacto que os resultados deverão provocar nos municípios. Tenta-se prospectar quais as ações ou qual a seqüência de eventos vão causar maior impacto em quais municípios que, segundo Hirchmann (1985), têm o intuito de reverter o cenário dos municípios com desempenho abaixo da média, bem como o intuito de manter o cenário dos municípios com desempenho na média e acima da média.

Separadas em nove áreas setoriais, serão analisadas todas as ações definidas como necessárias para que o Extremo Oeste SC redirecione seu “norte”, bem como crie novas possibilidades de dinamismo econômico, principalmente nos municípios com desempenho abaixo da média. A primeira área tabulada e analisada é a educação, na qual foram definidas sete ações, com suas respectivas pontuações quantitativas e freqüência relativa, observadas no Gráfico 08:

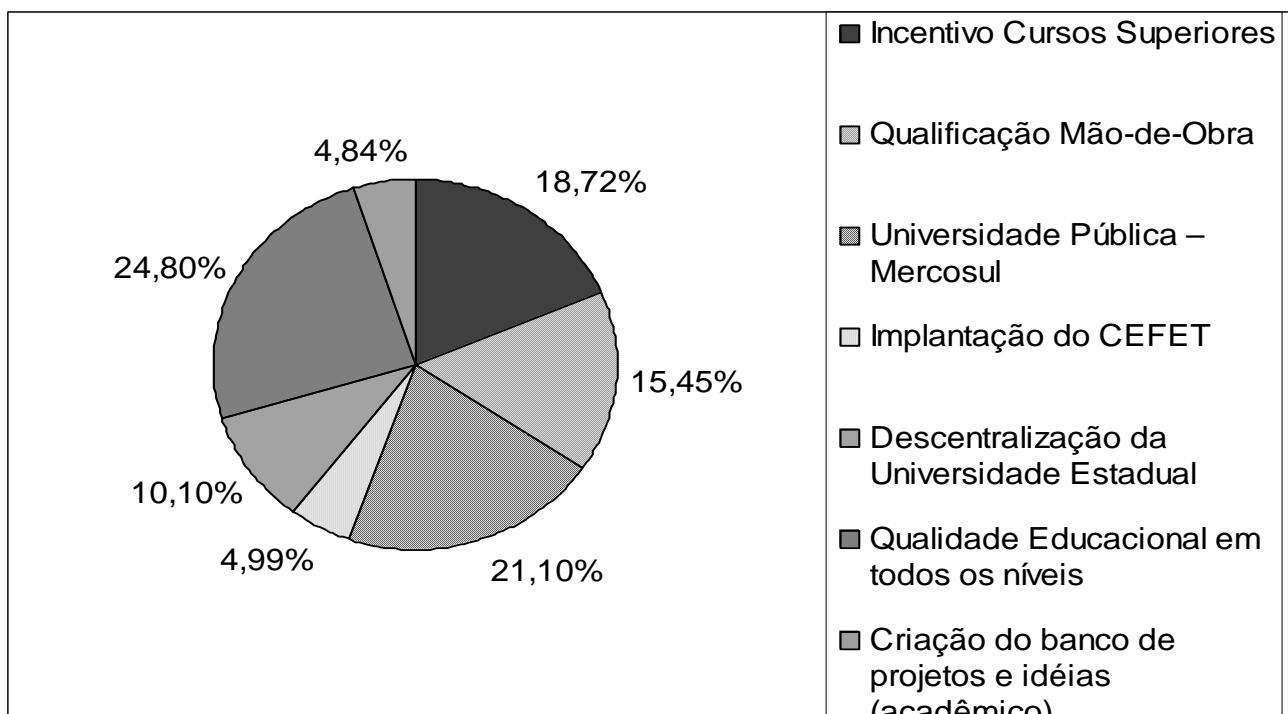


GRÁFICO 8 - VALIDAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)

Observa-se, no Gráfico 3, que a maior representação é a ação de *qualidade educacional em todos os níveis* com 24,80%, ensejando muito claramente a necessidade de uma reavaliação no sistema educacional atual existente na microrregião. Muito próxima está a ação da necessidade de *implantação de uma Universidade Pública do Mercosul*, federal, com 21,10%, trazendo qualidade e gratuidade educacional, principalmente no nível superior, permitindo acesso ao estudo superior às pessoas carentes. Também muito significativa é a ação de necessidade de *incentivo aos cursos superiores*, com 18,72%, pois os incentivos facilitam a permanência das pessoas carentes economicamente, permitindo a conclusão do curso, muito embora já existam diversas formas de conseguir uma bolsa de estudo. A ação de *qualificação da mão-de-obra*, com 15,45%, permitirá um melhor preparo, ou seja, quanto mais especializada a mão-de-obra, maior será sua remuneração e, por conseguinte, a distribuição de renda. A ação de *descentralização da universidade estadual* com uma representação de 10,10% proporcionará gratuidade e qualidade educacional no nível superior, trazendo cursos direcionados à realidade da microrregião, profissionalizando e qualificando a mão-de-obra. A ação de *implantação do CEFET* – Centro de Educação Federal Tecnológico, com 4,99%, curso técnico que poderá ser instalado no Colégio Agrícola Getúlio Vargas em São Miguel do Oeste, profissionalizando e qualificando, gratuitamente, mão-de-obra para a realidade microrregional. Por fim, estranhamente com menor significação, a ação de *criação de um banco de projetos e idéias (acadêmico)*, no intuito de armazenar projetos de pesquisa e de idéias acadêmicas pesquisadas nas universidades e faculdades

da microrregião, com apenas 4,84% de representação. Existe um número expressivo de projetos de pesquisa junto às instituições de ensino, muito bem elaborados, não conhecidos pela comunidade microrregional, e que poderiam ser implementados no contexto dos municípios da microrregião.

No contexto geral da área de Educação, atendidas as ações propostas, todos os municípios estarão se beneficiando direta ou indiretamente, senão vejamos: a tendência é de que o município de São Miguel do Oeste se beneficie da maioria destas ações diretamente, ao passo que todos os outros municípios estarão se beneficiando indiretamente. No conjunto, o município que mais se beneficiará para o crescimento de seu PIB é o pólo, ao passo que, no lado intelectual, que refletirá economicamente no futuro, todos se beneficiarão, refletindo também na melhoria do PIB, pela mão-de-obra melhor qualificada e profissionalizada ou, então, pelos investimentos em novos empreendimentos proporcionados por esta profissionalização.

No ensino fundamental, a microrregião está bem representada, com todos os municípios aplicando os recursos constitucionais mínimos exigidos, sendo premiados a nível nacional entre os melhores. O que se busca nesta área de ações é melhorar o acesso às pessoas carentes, tendo em vista que na microrregião não existe terceiro grau proporcionando gratuidade completa aos estudantes. Muito embora o nível das universidades e faculdades seja bom, ainda assim, os *stakeholders*, com validação da comunidade microrregional, priorizaram ações no sentido de tornar gratuito e de qualidade o ensino superior.

Passa-se à tabulação e à análise dos dados no Gráfico 09, que tratam das ações da área da Agricultura, base econômica da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina.

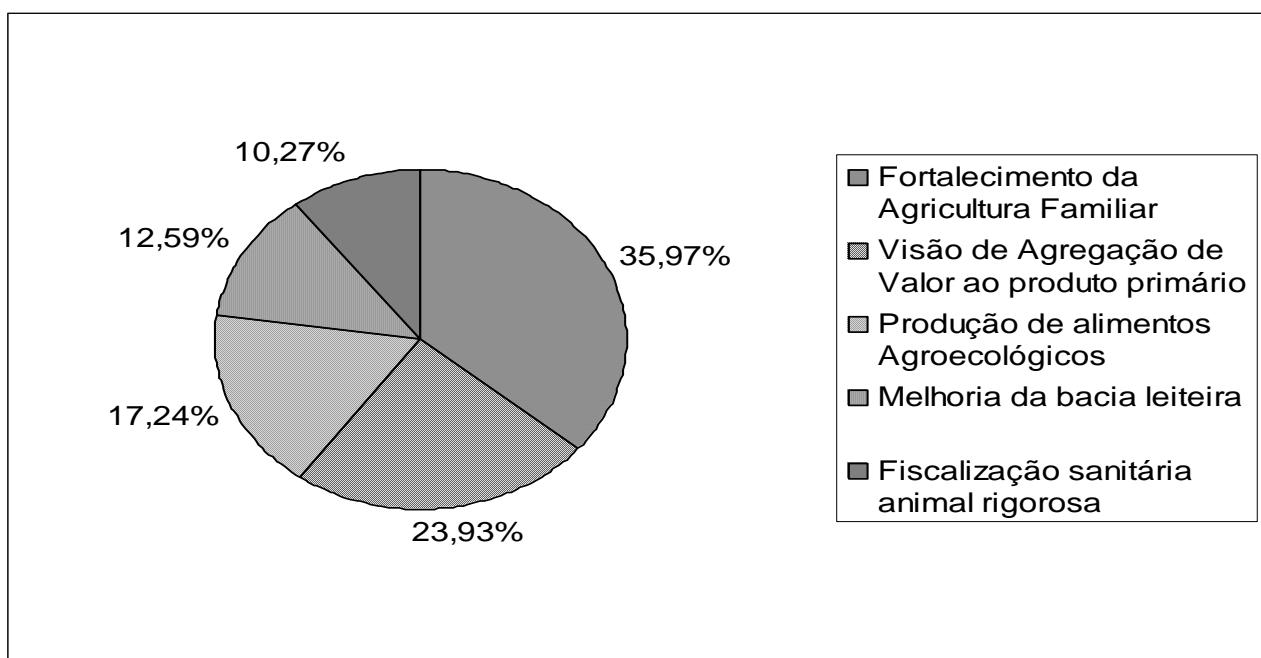


GRÁFICO 9 - VALIDAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA DA AGRICULTURA
Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)

Observa-se, no Gráfico 9, que trata das ações da área da Agricultura, que a ação mais importante, e que se identifica com a microrregião, trata do *fortalecimento da Agricultura familiar*, com uma indicação de 35,97% dos entrevistados, apontando como ação de fundamental importância. A agricultura familiar, especializada na produção de suínos, de aves e de leite, não encontrou formas de agregar valor ao produto primário, sendo meramente fornecedora de matéria-prima para as agroindústrias, fonte de renda e de qualidade de vida, mas com dependência econômica total, através das integrações. A ação da *visão de agregação de valor ao produto primário* também é muito expressiva, ou seja, entre os entrevistados, 23,93% consideram a ação muito importante, que converge com a ação anterior. Há também a ação de *produção de alimentos agroecológicos*, com 17,24% das indicações, nova opção de fonte de renda, proporcionada pelos apelos ao consumo de alimentos ecologicamente corretos e de preservação do meio ambiente. A ação da *melhoria da bacia leiteira* foi considerada importante para 12,59% dos entrevistados. É fonte de renda da grande maioria das pequenas propriedades agrícolas, mas não mereceu a devida importância dos entrevistados, pois passava a atividade neste período pelo auge no preço do leite *in natura*, havendo um clima de muita euforia na cadeia produtiva do leite. Já a ação de *fiscalização sanitária animal rigorosa*, que converge com a ação anterior, é importante para 10,27% dos entrevistados, ou seja, no sentido de proteger este mercado fornecedor de matéria-prima de qualidade e segurança do alimento. Percebe-se, muito claramente, a atenção e a característica no setor primário dos municípios da microrregião, que caminha para o fortalecimento da agricultura familiar, agregação de valor ao produto primário e produção de alimentos agroecológicos, ensejando que a mesma está mudando gradativamente sua base econômica fornecedora de *commodities* e produtos primários, para a busca de agregação de valor aos produtos.

Neste aspecto, percebe-se que todos os municípios poderão se beneficiar destas ações na área da Agricultura. As ações direta ou indiretamente poderão gerar PIB novo em todos os municípios, no entanto, se políticas públicas compensatórias forem adotadas, poderão beneficiar mais aqueles municípios com um crescimento abaixo da média microrregional, ao passo que os municípios na média e acima da média, por si só, já terão auto-dinamismo.

A Seara Alimentos S/A investiu no município de São Miguel do Oeste, por ser área sanitária livre de qualquer possibilidade de contaminação, na produção de ovos de galinha, ou seja, o produtor rural efetuou investimentos superiores a um milhão de reais, por granja de matrizes de postura. Neste contexto, percebe-se que este município se aproveitou da falta de investimentos em aviários de engorda, pouca suinocultura e pouco leite, para dedicar-se à produção de ovos, com geração de VA e PIB diferenciados. São aproximadamente 70 milhões de ovos por ano, ao preço de R\$ 0,17 a unidade, gerando um VA de R\$ 11.900.000,00 apenas nesta

atividade recém-iniciada, que deverá ser ampliada. Percebe-se que, por vezes, uma situação desfavorável pode transformar-se em outra totalmente viável e favorável.

Passa-se à tabulação e à análise dos dados do Gráfico 10, que tratam da validação das ações da área da Saúde, ações que, embora citadas apenas duas pelos *stakeholders*, são de extrema importância no contexto da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, tanto que a comunidade microrregional atribuiu-lhes pesos quantitativos próximos.

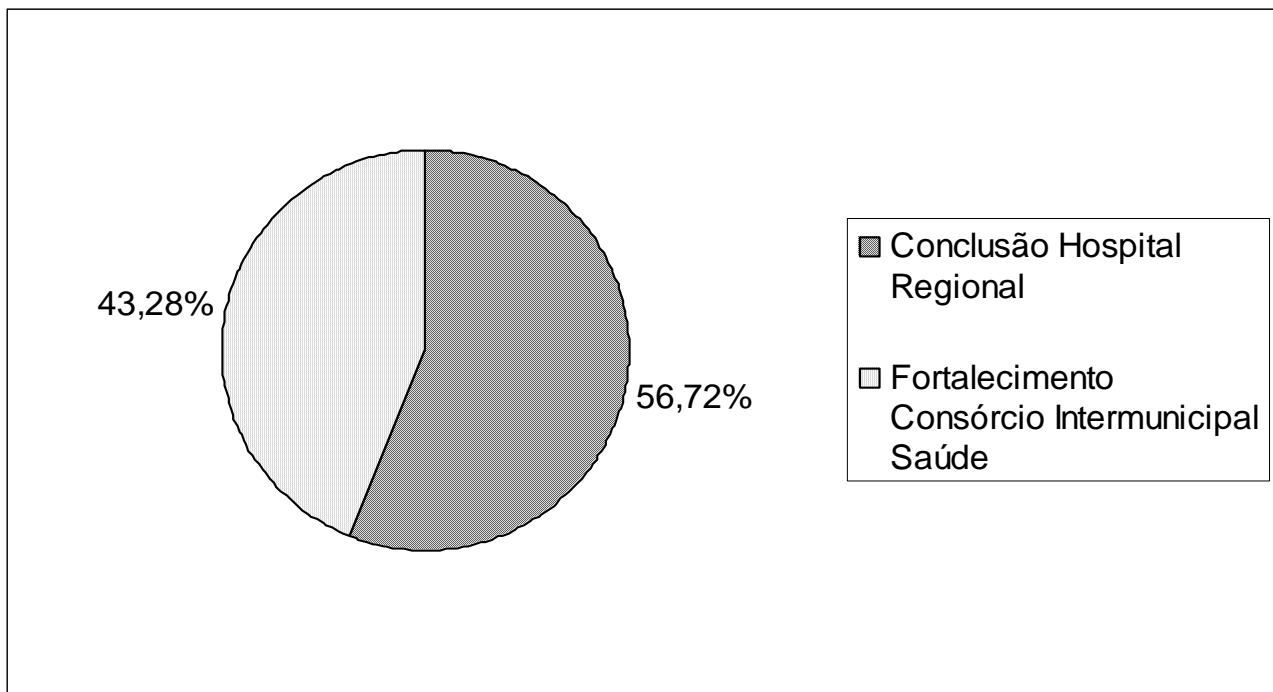


GRÁFICO 10 - VALIDAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE

Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)

Percebe-se, nas ações da área da Saúde, que, para a comunidade microrregional, as duas ações são de extrema importância, com uma pequena vantagem para a ação da *construção do Hospital Regional*, que foi citado por 56,72% dos entrevistados, ao passo que a ação para o *fortalecimento do Consórcio Intermunicipal de Saúde* foi citada por 43,28%. Fica claro que, quanto ao atendimento básico, a microrregião está bem estruturada, no entanto há necessidade de busca de solução aos serviços de média e alta complexidade, ou seja, aqueles serviços não disponibilizados nas Unidades Sanitárias Locais e/ou Hospitais Locais, característica da grande maioria dos municípios da microrregião. A título de informação complementar, existem hospitais locais nos seguintes municípios da microrregião: Itapiranga (um), São João do Oeste (um), Tunápolis (um), Mondaí (um), Iporã do Oeste (um), Descanso (um), São Miguel do Oeste (três), Guaraciaba (um), São José do Cedro (um), Guarujá do Sul (um), Dionísio Cerqueira (um), Palma Sola (um) e Anchieta (um). Destaca-se, ainda, que os serviços de média e alta complexidade, além

de atraírem novos profissionais com mão-de-obra especializada, atraem consumidores de outras regiões.

Neste aspecto, novamente o município que mais deverá se beneficiar é São Miguel do Oeste, tendo em vista que a construção da obra do hospital regional absorve um montante expressivo de mão-de-obra e material de construção, gerando PIB e VA novo. Quando concluído hospital, este necessitará de mão-de-obra especializada, com profissionais bem remunerados, que gerarão nova renda e, por conseguinte, geração de PIB e VA novos. Já os demais municípios se beneficiarão por diminuírem custos de transporte e deslocamentos para outros centros especializados, a exemplo de Chapecó/SC, Pato Branco/PR e Frederico Westfalen/RS. Outro beneficiado gerado é para o paciente, pela comodidade e pela velocidade do atendimento em local especializado mais próximo.

Parte do problema já poderia estar solucionado se os profissionais da saúde de São Miguel do Oeste aceitassem se credenciar no Consórcio Intermunicipal de Saúde, no entanto, por formação de cartel entre eles, são poucos os que se credenciam, sendo normalmente clínicas especializadas. Já os profissionais de outras microrregiões e até de outros Estados, disponíveis em grande quantidade, vêem no consórcio um ótimo negócio, credenciando-se no intuito de ampliar seu leque de pacientes de média e alta complexidade. No consórcio, existe uma tabela de preços pré-fixada, idêntica em todas as microrregiões do Estado que, aliás, já equacionaram novos valores para baixo. No entanto, os profissionais da microrregião do Extremo Oeste incluem, na sua proposta de tabela de preços, os custos de deslocamento de pacientes para outros centros, tentando assim barganhar melhores preços pelos serviços. Com estas atitudes a microrregião perde, pois os recursos esvaem-se, ou seja: os profissionais poderiam ter um complemento de renda, os municípios teriam um custo reduzido de transporte e os pacientes menos desgastes físicos, emocionais e financeiros, ampliados pelas estradas precárias, tempo e o desconhecido.

Outra questão não apontada e nem lembrada pelas autoridades microrregionais trata da criação da Farmácia Popular, projeto do governo federal, que beneficia municípios com população acima de 100 mil habitantes. Devido à formação de rede via consórcio de saúde, reunindo a população dos 19 municípios, poderia ser viabilizada esta farmácia, para o fornecimento de cem tipos de medicamentos a baixo custo. A Associação de Municípios propôs a cessão do terreno para a construção do espaço físico. O único problema é que os recursos deveriam passar por um Fundo Municipal de Saúde, com licitação, execução e prestação de contas. Como havia a necessidade deste fundo gestor, foi convidado o município de São Miguel do Oeste, como cidade pólo e central, que, na dúvida, solicitou parecer jurídico a sua assessoria, que recomendou a não-execução, a não ser que tudo fosse doado para o município.

Passa-se à tabulação e à análise dos dados do Gráfico 11, que trata da validação das ações da área Ambiental, no contexto da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina.

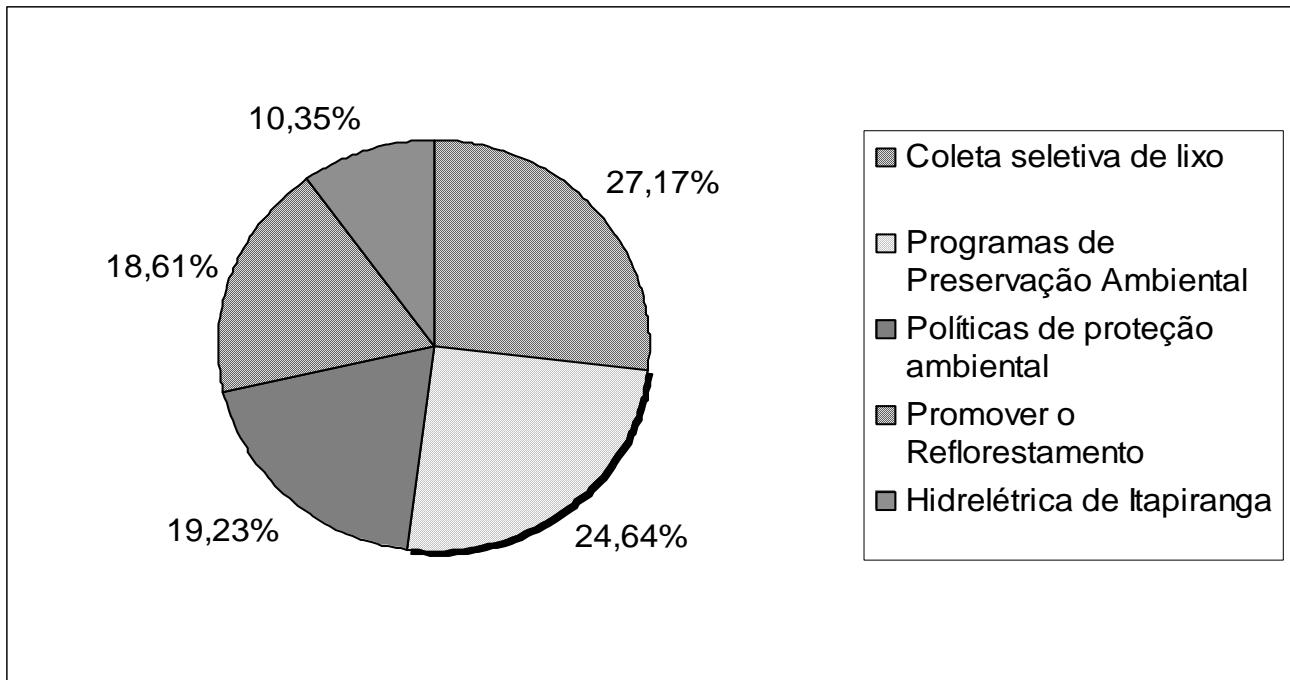


GRÁFICO 11 - VALIDAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA AMBIENTAL

Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)

Percebe-se, nas ações da área Ambiental, no Gráfico 6, que, para a comunidade microrregional, as ações mais importantes são a *coleta seletiva de lixo* com 27,17%, seguido de perto pelos *programas de preservação ambiental* com 24,64%. Com o mesmo significado, as *políticas de proteção ambiental*, com 19,23%, seguido pelo *programa de preservação ambiental*, com 18,61%. Com menor grau de importância, está a *construção da hidrelétrica na cidade de Itapiranga*, com 10,35%.

Observa-se que, na área ambiental, existe uma coerência e consciência muito grande da população microrregional, no sentido de coleta seletiva e de preservação ambiental, talvez reflexo ainda da recente devastação da floresta, ocorrida a partir de 1940, quando do início da colonização da microrregião e encerrado nos anos 1970 e 1980. Estas ações poderão impactar em geração de PIB pelas políticas e programas de preservação e proteção ambiental, em todos os municípios, especialmente naqueles com cursos de águas significativos, nos quais os programas deverão ser implementados. Como o relevo da microrregião é muito acidentado, dificultando em muitos casos a utilização da terra para plantio ou manuseio de alguma atividade agrícola rentável, é vantajoso reflorestar ou criar estruturas de exploração turística.

Passa-se à tabulação e à análise dos dados da Tabela 17, que trata da validação das ações na área das Micro e Pequenas Empresas no contexto da microrregião Extremo Oeste/SC.

TABELA 17 - VALIDAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

AÇÕES	QUANTIDADE	FREQUENCIA
Fortalecimento das micro e pequenas empresas	629	24,55%
Arranjo Produtivo Local do agronegócio	410	16,00%
Incentivo a construção de Indústrias Processadoras	337	13,15%
Fortalecimento do Pólo Comercial	274	10,70%
Criar marca regional	204	7,96%
Central de captação e distribuição de produtos	146	5,70%
Criar cultura exportadora	118	4,61%
APL Madeiras e Móveis	102	3,98%
APL Produtos Alimentícios e Bebidas	96	3,75%
Fortalecimento do Intercâmbio Internacional	89	3,47%
APL vestuário (confecções em geral)	62	2,42%
APL Máquinas e Equipamentos	54	2,11%
Arranjo Produtivo Local Metal-mecânico	41	1,60%
TOTAL	2.562	100,00%

Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)

Percebe-se, nas ações na área das micro e pequenas empresas, apresentados na Tabela 17, que, para a comunidade microrregional, a ação mais importante é o *fortalecimento das micro e pequenas empresas*, com 24,55%, seguido pelo *arranjo produtivo do agronegócio*, com 16,00%, *incentivo à construção de indústrias processadoras*, com 13,15%. Percebe-se que todos têm um percentual de indicação significativo, ou seja, representando juntos mais de 53% das indicações dos entrevistados. Neste contexto, percebe-se que todas as ações dependem do poder público como fomentador, articulador, financiador e fornecedor de incentivos de todas as ordens para que os empresários efetivamente se motivem a investir neste setor. Muito embora a rentabilidade financeira no sistema bancário seja baixa, muitos empresários crêem que a segurança da rentabilidade baixa ainda é mais atrativa aos riscos de um novo investimento, sendo requisitado o poder público para motivar, através de subsídios e de investimentos em infra-estrutura. Os municípios com áreas industriais dotadas de infra-estrutura mínima necessária sairão na dianteira, pois estarão preparados para recepcionar novos empreendedores, bem como ampliar suas bandejas industriais instaladas, gerando novo ou ampliando o PIB e o VA.

Na seqüência, está o *fortalecimento do Pólo Comercial*, com um percentual de 10,70%; bem como a sugestão de *criação de uma marca regional*, com uma indicação de 7,96% dos entrevistados e uma *central de captação e distribuição de produtos*, com 5,70% das entrevistas. Este bloco de ações fortalece o consumo de bens e de produtos da e na microrregião, pois, em pesquisa realizada por acadêmicos da UNOESC de São Miguel do Oeste, verificou-se que mais de 70% dos produtos são provenientes de outras microrregiões e até de outros Estados

que, em sua grande maioria, poderiam ser produzidos com competitividade e economicidade, em virtude da redução dos custos logísticos. Com a criação de uma marca regional e a construção de uma central de captação dos produtos aqui produzidos e posteriormente repassados para as distribuidoras (atacado e varejo), está-se dando visibilidade e competitividade aos produtos da microrregião, os quais, através de campanhas de conscientização, impactariam no mercado microrregional.

Com indicações não tão expressivas, aparecem as ações de *criação da cultura exportadora*, com 4,61%; o *arranjo produtivo das madeiras e móveis*, com 3,98%; o *arranjo produtivo dos produtos alimentícios e bebidas*, com 3,75%; o *fortalecimento do intercâmbio internacional*, com 3,47%; o *arranjo produtivo do vestuário* (confecções em geral), com 2,42%; o *arranjo produtivo das máquinas e equipamentos* com 2,11%; e o *arranjo produtivo metal-mecânico*, com 1,60%. Estas são ações que não mereceram a atenção que se esperava da comunidade microrregional, mas que impactam fortemente seu cenário econômico, pois beneficia todos os municípios que se estruturarem para atender o mercado interno e externo. A tendência é de beneficiar mais o município polo, São Miguel do Oeste, em virtude da localização estratégica, mas que, se bem conduzido, refletirá os benefícios das ações aos demais municípios da microrregião.

Fica muito claro que, para a comunidade microrregional, as ações mais importantes são: o fortalecimento das micro e pequenas empresas, o agronegócio e incentivos à construção de indústrias processadoras, que são ou estão voltadas à realidade existente na microrregião. Um dos aspectos em que se assenta a construção da singularidade é a possibilidade de incorporação do atributo colonial aos alimentos processados e/ou industrializados pela agroindústria familiar. Conforme Silvestro et alii (2001), o atributo colonial vem, de algum tempo, chamando a atenção do consumidor como um selo de qualidade, o que foi evidenciado inclusive numa pesquisa realizada nas cinco das maiores cidades de Santa Catarina, como o nome que mais representaria o produto das pequenas agroindústrias rurais.

Passa-se à tabulação e à análise dos dados do Gráfico 12, que trata da validação das ações na área do Turismo, ainda incipiente, mas que gradativamente vem apresentando transformações, via investimentos privados e públicos, e que poderão, no futuro, representar uma nova fonte de renda no contexto da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina.

O relevo acidentado da microrregião se identifica aos relevos europeus, no entanto tem de pouco proveito econômico, a não ser por algumas e pouco estruturadas áreas de lazer. As bacias hidrográficas significativas são pouco exploradas, que poderiam ser de uma utilização

maior, em virtude da formação do lago da PCH Antas, bem como a clara possibilidade de início das obras da hidroelétrica de Itapiranga, projetado para 2008.

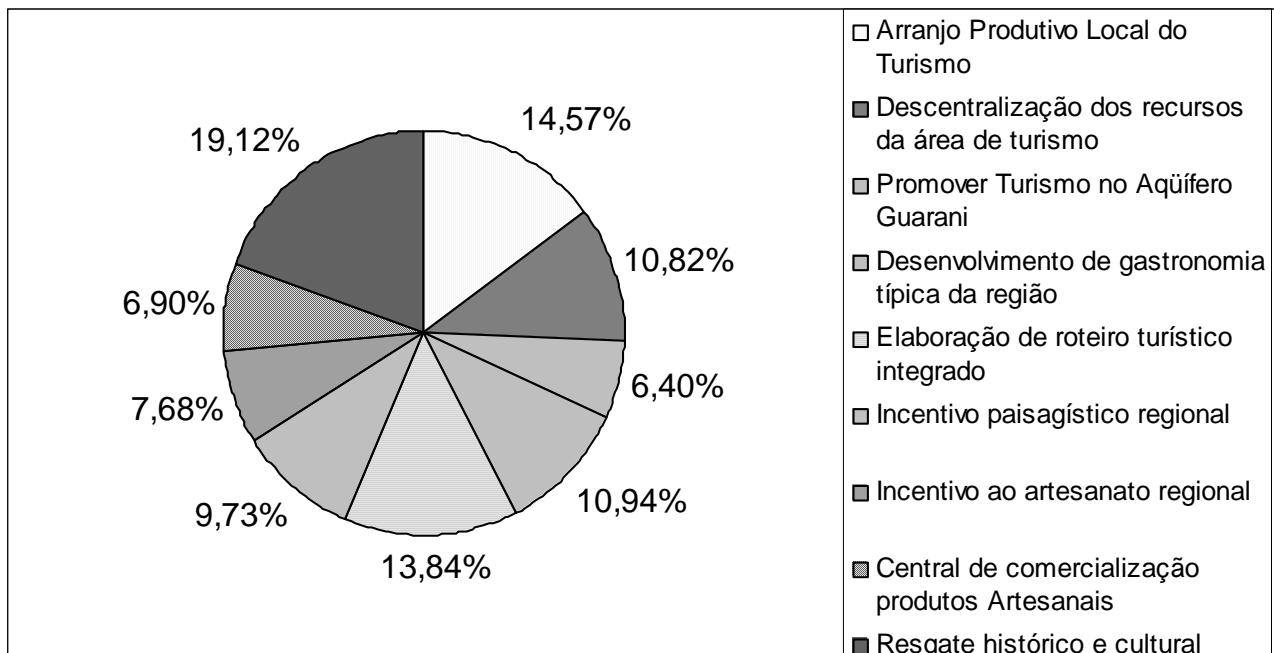


GRÁFICO 12 - VALIDAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA DO TURISMO

Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)

Percebe-se, nas ações na área do Turismo, no Gráfico 12, que, para a comunidade microrregional, a ação mais importante é o *resgate histórico e cultural microrregional*, com uma freqüência de 19,12%, seguido pelo *arranjo produtivo local do turismo*, com outros 14,57%, bem como a ação *elaboração de roteiro turístico integrado*, com uma freqüência de 13,84%; a ação *desenvolvimento de gastronomia típica da região*, com uma freqüência de 10,94%; a ação *descentralização dos recursos da área de turismo*, com uma freqüência de 10,82%; a ação de *incentivo paisagístico regional*, com uma freqüência de 9,73%; a ação de *incentivo ao artesanato regional*, com uma freqüência de 7,68%; a ação *central de comercialização produtos Artesanais*, com uma freqüência de 6,90%; a ação *promover turismo no Aqüífero Guarani*, com uma freqüência de 6,40%.

Todas estas ações na área do turismo ensejam o início de uma nova e alvissareira atividade econômica, promovendo o resgate histórico e cultural microrregional, considerando que por aqui passou a “Coluna Prestes”, em 1923, deixando vestígios nos locais dos acampamentos, de manobras militares, treinamentos, etc. A cidade de Descanso recebeu este nome por ter sido local de descanso dos militares revoltosos e, no município de Guaraciaba, no museu da Linha Olympio, estão expostos vários instrumentos, armamentos, cartuchos balísticos, etc., dessa passagem pela

microrregião. A família Prestes pretende construir no município de Guaraciaba um obelisco histórico, com arquitetura elaborada pelo arquiteto Oscar Niemayer.

Nesta perspectiva, observa-se que, além do resgate histórico cultural, é necessário organizar arranjos produtivos locais, criando redes de eventos (festas, feiras, exposições, eventos, seminários, encontros, etc.), permitindo que o visitante externo tenha condições e opções de encontros de negócios, festas e visitas, evitando a monotonia e consequente retorno rápido ou encurtamento da permanência. A elaboração de um roteiro turístico integrado organizará todos os eventos, dará visibilidade e longevidade a qualquer investimento nesta área, beneficiando os municípios dotados de uma rede hoteleira instalada, principalmente os municípios de São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira e Itapiranga, que possuem uma estrutura de serviços muito bem definida e organizada.

Com o lago formado da Pequena Central Hidrelétrica do Rio das Antas, já é possível iniciar investimentos mais arrojados na área de turismo. Com a confirmação da construção da hidroelétrica em Itapiranga, no Rio Uruguai, é possível outro investimento de grande porte nesta área, podendo ampliar-se no sentido rio abaixo, até o salto Yucumã, maior salto longitudinal da América Latina. Outros investimentos estão se viabilizando ao longo dos rios, tendo em vista a grande quantidade de quedas de água (cascatas e cachoeiras), variando entre 10 e 80 metros de altura, localizados em todos os municípios da microrregião, algumas subexploradas, outras totalmente ignoradas e até desconhecidas do grande público.

Também é possível criar, sem dificuldades, nomes temáticos para os municípios, de acordo com suas características, como Canela e Gramado, no Rio Grande do Sul. Parte-se do princípio de criar cidades temáticas para todos os municípios da microrregião, no intuito de chamar a atenção do grande público, principalmente do externo, estruturando as cidades para criar a cultura de recepção e da exploração da atividade turística. Numa iniciativa do pesquisador e sem nenhuma pretensão maior, sugere-se uma lista de nomes temáticos para as cidades, que poderiam ser utilizadas no contexto da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, Cidades Temáticas de:

Anchieta = Capital Nacional do milho crioulo;

Bandeirante = Cidade Biodiesel;

Barra Bonita = Cidade dos Esportes Radicais;

Belmonte = Cidade dos Belos Montes;

Descanso = Descanso da Coluna Prestes;

Dionísio Cerqueira = Sua casa na fronteira;

Guaraciaba = Cidade Coluna Prestes;

Guarujá do Sul = Cidade da Amizade;

Itapiranga = Cidade da Oktoberfest;
 Iporã do Oeste = Cidades dos Pinhais;
 Mondaí = Cidade das Frutas;
 Palma Sola = Cidade Show Agrícola;
 Paraíso = Caminho da Fronteira;
 Princesa = Cidade dos Móveis;
 Santa Helena = Cidade das Flores;
 São João do Oeste = Cidade das Thermas;
 São José do Cedro = Beleza no Extremo;
 São Miguel do Oeste = O Pólo do Extremo; e
 Tunápolis = Cidade Luz.

Complementa-se a esta sugestão com a idéia de criar, no Extremo Oeste, centros de lazer ou áreas turísticas estruturadas nas encostas de morros, aproveitando o relevo íngreme, envolvendo água, através de tubo-água, tubos-bóias e escorregadores, prática muito comum e bem sucedida na região litorânea. O exemplo mais conhecido e bem estruturado é da Cascanéia e de Carolina, na cidade de Blumenau/SC, com prática de ingresso acima de R\$ 20,00 por pessoa/dia, não inclusos outros custos, como estacionamento, alojamento, tubos-bóias, alimentação, bebidas, etc. Estes preços viabilizam qualquer negócio de investimento nesta área. O que falta são pessoas com poder aquisitivo, capacidade empreendedora, interesse em investir nesta área, que conheçam outros locais e se motivem para iniciar idênticos negócios de atividades também no Extremo Oeste.

Nesta área de Turismo, algumas outras iniciativas ainda podem ser implementadas com sucesso, que tratam do aproveitamento dos Rios Peperi-Guaçu, Antas, Uruguai e seus afluentes, que geograficamente beneficiam todos os municípios. Em menor proporção, os municípios de Dionísio Cerqueira e de Palma Sola, mas que possuem cachoeiras e quedas de água espetaculares. Estes rios têm potencial para prática da canoagem, *rafting*, caiaque, bóias, etc., além de corredeiras, pequenas quedas e locais maravilhosos. A formação do lago da PCH Antas beneficiará diretamente os municípios de Barra Bonita, Descanso e São Miguel do Oeste, e a futura formação do lago da hidrelétrica de Itapiranga beneficiará Itapiranga e Mondaí, com retorno diferenciado do ICMS, bem como de *royalties* da geração de energia pela área relativa inundada. Estes lagos permitem a prática esportiva aquática de pesca profissional, aluguel de *jet-ski*, de moto-náutica, de passeios de barco, etc., bem como retorno econômico com a criação de peixes nativos (gramatão, dourado, tilápias, etc.) em tanques-rede, idéia pouco ou nada difundida na microrregião, e totalmente viável, com custos de investimentos baixos e retornos financeiros interessantes.

Esta área do turismo poderá beneficiar direta e indiretamente todos os municípios da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, que são e estão providos de um excelente e propício relevo à implementação de qualquer atividade turística, desde simples caminhadas no meio da mata a esportes radicais, como os *parangliders* e moto-trilha na mata, que iniciam suas primeiras competições, envolvendo uma logística interessante dos praticantes e uma estrutura de recepção nos municípios onde esta prática ocorre.

Passa-se à tabulação dos dados da Tabela 18, que trata da validação das ações na área do poder público, sendo hoje, na grande maioria dos municípios, a maior empresa geradora de emprego e fonte de renda.

TABELA 18 - VALIDAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA DO PODER PÚBLICO

AÇÕES	QUANTIDADE	FREQUÊNCIA
Incentivo a instalação de indústrias	371	14,42%
Planejamento Estratégico Local e Regional	243	9,44%
Política de Preços com Redução Carga Tributária	243	9,44%
Investimento no capital humano	221	8,59%
Programas de incentivos a produção e agregação valor	218	8,47%
Descentralização das ações e recursos governamentais	205	7,97%
Incentivar novas alternativas (álcool, biodiesel, etc.)	196	7,62%
Elaborar Planos Diretores nos Municípios	143	5,56%
Linhas de crédito de longo prazo (20 anos)	137	5,32%
Formação e retenção de talentos nos municípios	91	3,54%
Visão de Desenvolvimento Tecnológico	84	3,27%
Criação do centro pesquisa e tecnologia	75	2,91%
Formar Rede de Interesses dos Municípios	74	2,88%
Maior integração com o Mercosul	54	2,10%
Incentivos para inovação tecnológica	53	2,06%
Solidificação parcerias público/privado	52	2,02%
Criação de uma Zona Franca regional	51	1,98%
Apoio a formação do capital social	43	1,67%
Legislação tributária específica para fronteira	19	0,74%
TOTAL	2.573	100,00%

Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)

Percebe-se, nas ações da *área do Poder Público*, na Tabela 18, que, para a comunidade microrregional, a ação mais importante é o *incentivo à instalação de indústrias*, com uma freqüência de 14,42%, que, além de gerar VA e PIB diferenciado, gera emprego e renda para a comunidade. Percebe-se que o empresário só investe se motivado para isto, e os incentivos, através de uma área industrial e infra-estrutura para instalação das empresas, são condições essenciais, mínimas e fundamentais para a concretização de um novo negócio, bem como os subsídios fiscais concedidos por prazo de cinco a dez anos, beneficiando aqueles municípios que já estão preparados para receber e subsidiar novas empresas.

As ações de *Planejamento Estratégico Local e Regional e de Política de Preços com Redução Carga Tributária*, com uma freqüência de 9,44% respectivamente, ensejam que a microrregião precisa ter um plano que aponte o que, quem e como devem ser feitas ou implementadas as mais diversas ações de aceleração do dinamismo microrregional, bem como uma política de preços mínimos, com redução da carga tributária para insumos e produtos agrícolas. Estas duas ações beneficiarão o conjunto dos municípios da microrregião.

A ação *investimento no capital humano*, com uma freqüência de 8,59%, e a ação dos *programas de incentivos à produção e agregação de valor aos produtos*, com uma freqüência de 8,47%, ensejam que a mão-de-obra precisa ser especializada ou preparada para as novas necessidades do mercado, bem como o potencial aberto de agregação de valor aos produtos primários confirma a necessidade de repensar as ações e atitudes de produção, evidenciando que, com agregação de valor, a rentabilidade e a viabilidade do negócio são maiores.

A ação *descentralização das ações e recursos governamentais*, com uma freqüência de 7,97%, demonstra o anseio da comunidade microrregional e seu conhecimento da atual concentração das receitas no governo federal. A Constituição de 1988 autorizou a União e os Estados a repassarem atribuições aos outros entes federados que, no bojo legal, não previu o quanto da receita deveria ser repassado, ou seja, repassaram-se atribuições e não os respectivos, e nem na mesma proporção, recursos financeiros. Esta ação beneficiará todos os municípios brasileiros e, especialmente, os municípios mais distantes do poder central, que é o caso dos municípios da microrregião do Extremo Oeste.

Passa-se, agora, para as ações indicadas com uma freqüência relativa menor, ou pouco apontadas pelos *stakeholders* nesta área. A ação de *incentivar novas alternativas* (álcool, biodiesel, etc.), com uma freqüência de 7,62%, com estudos em alguns municípios (Mondaí, Dionísio Cerqueira, Bandeirante, Tunápolis e Princesa), mas que até agora não saiu do papel. A ação *elaborar Planos Diretores nos Municípios* obteve uma freqüência de 5,56%. Trata-se de ação obrigatória e necessária em todos os municípios, pelo Estatuto das Cidades, pois define o parcelamento e a utilização do solo, das edificações, de áreas de preservação, etc. A ação *propondo linhas de crédito de longo prazo* (20 anos) obteve uma freqüência de 5,32%, sendo linhas abertas de crédito para financiamento da produção, ainda incipiente, mas que ajudará, sobremaneira, o empresário e suas iniciativas. Estas ações beneficiarão os municípios que tiverem uma capacidade empreendedora apurada, rápida e sintonizada com as perspectivas e necessidades do mercado.

Por fim, apresentam-se as ações de menor impacto e de difícil mensuração, mas que beneficiarão o contexto de todos os municípios da microrregião. A primeira delas trata da *formação e retenção de talentos nos municípios*, que obteve uma freqüência de 3,54%, ou seja,

quanto mais especializada e capacitada for a mão-de-obra, maiores serão as possibilidades de ascensão e distribuição de renda. Uma segunda é a ação *visão de desenvolvimento tecnológico*, com uma freqüência de 3,27%, através de constante pesquisa, inovação e criação de produtos novos para o mercado. Uma terceira é a ação *criação do centro de pesquisa e tecnologia*, que obteve uma freqüência de 2,91%, ação que é importante para o lançamento de produtos novos no mercado. A quarta ação, a de *formação de rede de interesses dos municípios*, obteve uma freqüência de 2,88%, a exemplo do Consórcio Intermunicipal de Saúde que, além de viável, é importante no conjunto dos municípios, pois soluciona problemas coletivos e não permite pressões na formação de cartéis de preços dos serviços. A ação quinta é a da *maior integração com o Mercosul*, ação que obteve uma freqüência de apenas 2,10%. Relaciona-se com a ação na área da infra-estrutura de conclusão da BR-282, até a divisa com a República Federativa da Argentina. Uma sexta ação é a dos *incentivos para inovação tecnológica*, com uma freqüência de 2,06%, ação que propõe o ajuste da microrregião às tendências inovativas do mercado interno e externo. Em sétimo lugar foi mencionada a ação *solidificação parcerias público/privado*, que obteve uma freqüência de 2,02%, e que se ajusta à nova modalidade de investimentos proposta pelo governo federal e que beneficiará também a microrregião com a construção da hidroelétrica em Itapiranga. Em oitavo lugar aparece a ação *criação de uma zona franca regional*, que obteve uma freqüência de 1,98%, e que propõe o livre comércio, isento de impostos municipais, estaduais e federais. A ação de número nove é a de *apoio à formação do capital social*, que obteve uma freqüência de 1,67%, e que visa qualificar e especializar a mão-de-obra da microrregião. Por fim, a ação *legislação tributária específica para fronteira*, que obteve uma freqüência de 0,74%, vem ao encontro da ação de criação de uma zona franca regional.

Observa-se que o poder público, além de ser fonte geradora da maioria dos empregos e da distribuição de renda, se torna responsável pela maioria das atribuições e das responsabilidades impactantes geradoras de dinamismo. As ações de *incentivo à instalação de empresas*, de *planejamento local e regional*, bem como da *redução da carga tributária e incentivo aos programas de agregação de valor aos produtos* impactam positivamente sobre o sistema de geração de novos investimentos, que proporcionam novos empregos e geração e distribuição de renda. Neste aspecto, os municípios com maior capacidade de investimento e estruturação de seus parques industriais são os que se tornarão atrativamente mais interessantes. Segundo Hirschmann (1985), as forças de atração são o diferencial para a conquista de instalação de novas indústrias.

Passa-se à tabulação e à análise dos dados do Gráfico 13, que trata da validação das ações na área de infra-estrutura, subutilizada em virtude da falta de investimento mais expressivo por parte dos governos estadual e federal.

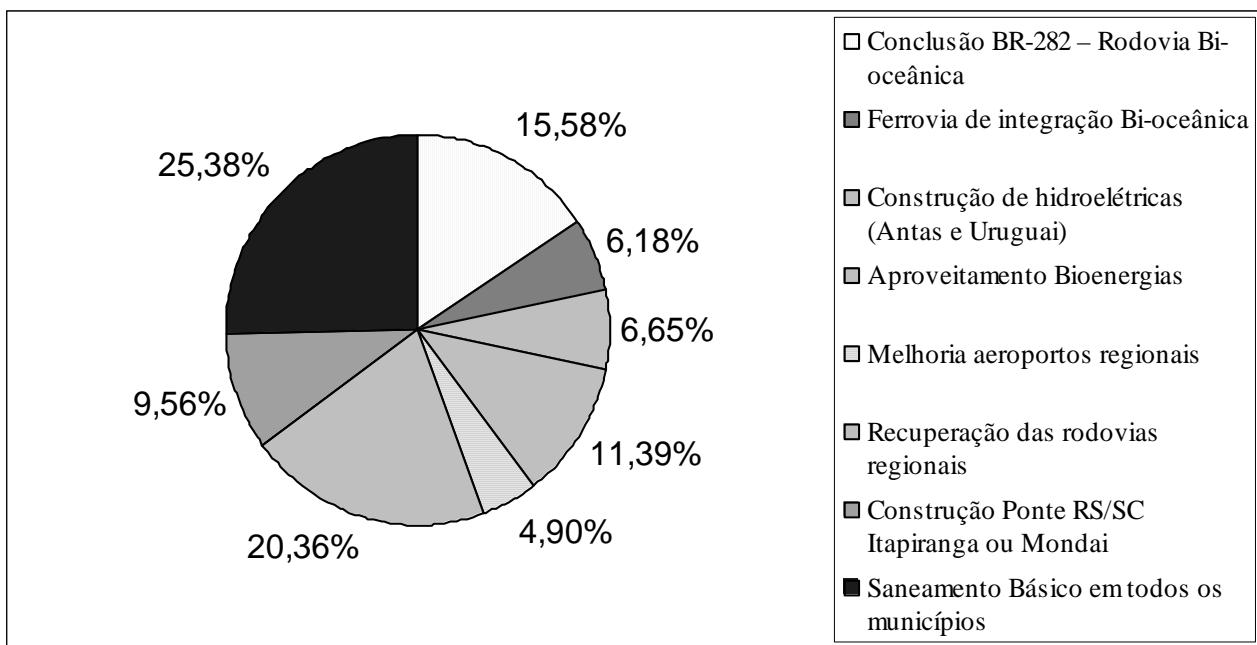


GRÁFICO 13 - VALIDAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)

Percebe-se, na ação da área de infra-estrutura, que, para a comunidade microrregional, a ação mais importante é o *saneamento básico em todos os municípios*, com uma freqüência relativa de 25,38%, no que tange à *construção de sistema de coleta e tratamento do esgoto sanitário*, sendo que, na grande maioria dos municípios, ainda é utilizado o sistema de fossas sépticas, que contaminam o lençol freático. A ação de *recuperação das rodovias regionais*, com uma freqüência relativa de 20,36%, muito significativa e enseja a duplicação ao longo das subidas da BR-282 e 163, bem como a recuperação completa da pista de rolamento e sinalização horizontal e vertical, em virtude de número elevado de acidentes, inclusive com repercussão nacional e internacional, conforme ocorrido recentemente. A ação de *conclusão BR-282 – Rodovia Bi-oceânica*, com uma freqüência relativa de 15,58%, é muito importante no contexto econômico dos municípios de São Miguel do Oeste e de Paraíso. A ação de *aproveitamento de bioenergias*, com uma freqüência relativa de 11,39%, é muito importante no contexto dos municípios produtores de suínos, por causa do aproveitamento do dejeto para geração de energia alternativa. A ação de *construção ponte RS/SC Itapiranga ou Mondai*, com uma freqüência relativa de 9,56%, beneficiará indiretamente o conjunto dos municípios, bem como os Estados produtores de grãos, insumos e implementos agrícolas, numa relação nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A ação de *construção de hidroelétricas (nos Rios Antas e Uruguai)*, com uma freqüência relativa de 6,65%. As obras da PCH do Antas estão concluídas, o lago já formado, só falta entrar em atividade. A comunidade microrregional considerou como bem encaminhadas as obras da hidroelétrica do Uruguai, incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), deverão

ser iniciadas em 2008. A ação de *construção da ferrovia de integração bi-oceânica*, com uma freqüência relativa de 6,18%, muito importante, mas a comunidade não vislumbra a execução desta obra a curto ou médio prazo. Ficou relegada a segundo plano, mas que impactaria significativamente no PIB do município de Dionísio Cerqueira, local pelo qual já tem estudo avançado de viabilidade. Por fim, a ação de *melhoria aeroportos regionais*, com uma freqüência relativa de 4,90%, beneficiaria os municípios de Dionísio Cerqueira e de São Miguel do Oeste, com a melhoria da infra-estrutura e sinalização, sendo que, em ambos, a pista é pavimentada e preparada para receber aeronaves de porte médio, tendo ainda a possibilidade de ampliação da pista de pouso, tanto na extensão, quanto na largura, para receber aeronaves de grande porte. Neste contexto ainda, o município de Itapiranga possui uma pista de pouso e decolagem sem pavimentação, mas que a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itapiranga envida esforços no sentido de conseguir recursos para a pavimentação e preparo para receber vôos bi-semanais de aeronaves de pequeno ou médio porte.

Fica exposto, na visão da comunidade microrregional, de que os grandes problemas de infra-estrutura estão centrados nos transportes ou nas rodovias, carecendo de desde obras de a conclusão até obras de a recuperação, de ampliação e de adequação destas à realidade exportadora, com as grandes indústrias processadoras se instalando ou instaladas. Com importância significativa está o saneamento básico, em todos os municípios, tendo em vista os fortes apelos governamentais, da mídia nacional, das escolas e das universidades, pelo pouco investimento efetuado nesta ação até a presente data, que proporcionaria reflexos positivos diretos, tanto na saúde humana como na preservação ambiental.

No contexto da integração com o Mercosul, a conclusão da BR-282 beneficiará os municípios de Paraíso e de São Miguel do Oeste. Sua população vê a possibilidade de servir e se beneficiar deste importante corredor econômico, integrando espaços, territórios e nações. A microrregião do Extremo Oeste está estrategicamente bem localizada se analisado o espaço geográfico compreendido entre o Oceano Atlântico e Oceano Pacífico, atendendo aos interesses econômicos da República Federativa do Brasil, da Argentina e do Chile.

Passa-se à tabulação e à análise dos dados do Gráfico 14, que trata da validação das ações na área social, dados analisados no contexto da dependência econômica e de decisões de autoridades que deveriam trazer soluções aos problemas, sem a utilização de artifícios de dependência às carências microrregionais.

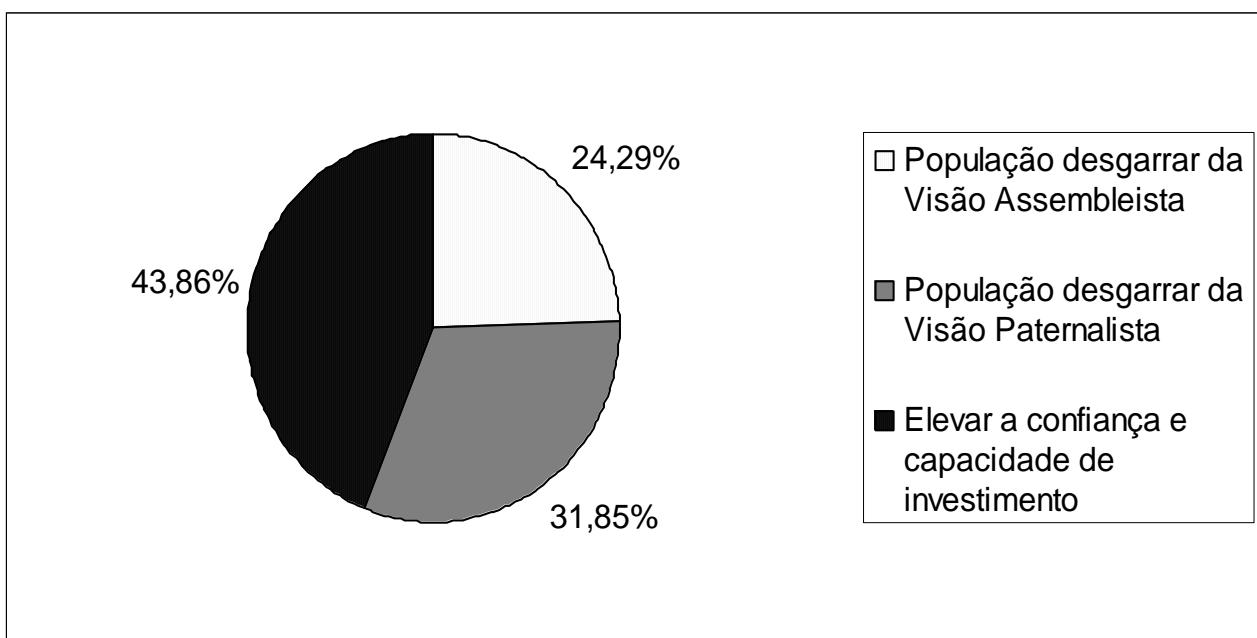


GRÁFICO 14 - VALIDAÇÃO DAS AÇÕES NA ÁREA SOCIAL

Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)

Percebe-se, nas ações da área social, que, para a comunidade microrregional, a ação mais importante é *elevar a confiança e a capacidade de investimento da população*, com uma freqüência relativa de 43,86%, aproveitando a capacidade financeira existente na microrregião, bem como a rentabilidade ou o retorno financeiro alvissareiro no investimento na atividade produtiva, ao invés do mercado financeiro ou especulativo. A ação da *população desgarrar da visão paternalista*, com uma freqüência relativa de 31,85%, e a ação da *população desgarrar da visão assembleísta* com uma freqüência relativa de 24,29%, ensejando estes dois últimos que as lideranças locais se desvinculem-se da atual visão de dependência dos deputados estaduais e federais, bem como paternalista, no sentido de aguardar soluções exógenas por políticas de dependência eleitoreiras estaduais e federais. Percebe-se que a comunidade microrregional, no contexto geral, está ciente e esclarecida de que são necessárias políticas públicas compensatórias para ajudar os municípios com desempenho abaixo da média, mas que isto não deve causar ou proporcionar dependência eleitoreira, ou os chamados currais eleitorais.

A comunidade microrregional sugere ao poder público a necessidade de aumentar a capacidade de investimento, até porque a Tabela 9, que trata das aplicações bancárias, demonstra que há uma poupança significativa na microrregião, expondo a capacidade de investimento e possibilidade de bons negócios quando observado o contexto geral. Por outro lado, apresenta-se ainda a necessidade urgente de desvinculação da visão paternalista e assembleísta, que proporcionam dependência, acomodação e carência.

Juntam-se as prospecções econômicas e dos *stakeholders* para que se consiga visualizar a importância de cada um e seus pontos de *linkagens*. Por exemplo, as ações definidas

como importantes, no contexto geral, beneficiam principalmente o município de São Miguel do Oeste, cidade pólo da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina. Se observadas as ações mais importantes, todas convergem, direta ou indiretamente, para o centro ou pólo microrregional. Na prospecção da taxa geométrica de crescimento de PIB, São Miguel do Oeste aparece em destaque, ocupando o quinto lugar no *ranking* microrregional. Ocupa, no entanto, o último lugar na prospecção da taxa geométrica do crescimento do VA, ensejando que existem problemas sérios que os locais devem resolver, bem como uma possibilidade expressiva de crescimento econômico, no conjunto de sua população.

Neste aspecto, o poder público local de São Miguel do Oeste tem experiência quanto ao melhoramento do VA que foi a criação do troféu *O Guarani*, com o objetivo de reconhecimento público às empresas e produtores rurais que se destacaram por meio da geração de oportunidades e desenvolvimento, instituído pela Lei Municipal nº. 4.837, de 15/8/2001. O critério utilizado, no caso de empresas sujeitas ao ICMS, é exclusivamente baseado no VA, informado através da Declaração de Informações do Movimento Econômico (DIME), pela própria empresa ao Estado, sendo divididas em categorias, conforme atividades. No caso de produtores rurais, levam-se em consideração as contra-notas do bloco dos produtores rurais. Para empresas enquadradas no Imposto sobre Serviços (ISS), imposto de arrecadação exclusiva dos municípios, é observado o valor recolhido aos cofres públicos municipais no ano anterior.

O município de São Miguel do Oeste será o maior beneficiado com todas estas ações, mas que, inteligente e estrategicamente, serão distribuídas e irradiadas aos demais municípios da microrregião. Trata-se, para Hirschmann (1985), de uma seqüência de eventos que tira os atrasados do atraso e mantém os bons no mesmo nível.

Cria-se, então, um cenário prospectivo analítico das ações ou seqüência de eventos que beneficiam direta ou indiretamente os municípios, no intuito de tirá-los da condição de atraso ou manutenção do dinamismo da economia daqueles na média ou acima da média microrregional. Na Educação, todas as ações iniciam-se no pólo e expandem-se para a periferia, ou seja, todos os municípios direta ou indiretamente se beneficiarão, através da capacitação e da qualificação da mão-de-obra, da retenção de recursos financeiros e intelectuais, da implementação de ensino superior gratuito, mantida a qualidade existente, bem como do aproveitamento do banco de projetos e idéias, disponível nos centros acadêmicos das instituições de ensino superior que, por não serem de conhecimento do público, deixam de ser implementados. Na Agricultura, as ações beneficiam todos os municípios, no entanto, com políticas compensatórias, deverão beneficiar mais aqueles da periferia econômica, pois tratam da agregação de valor ao produto, fomentando os embutidos de carne, produtos derivados de leite e conservas de vegetais. Na Saúde, o hospital regional de São Miguel do Oeste, beneficia todos os municípios da microrregião, no entanto o

movimento econômico e PIB gerados, direta ou indiretamente, ajudam o município-sede. O Consórcio Intermunicipal de Saúde é importante no contexto microrregional, mas, devido à formação de cartel dos profissionais da área da saúde de São Miguel do Oeste, não consegue contribuir com a microrregião, porque estes profissionais relutam em se credenciarem ao consórcio, esvaindo-se, assim, recursos para outros centros especializados de saúde, a exemplo de Chapecó/SC, Frederico Westfalen/RS e Pato Branco/PR. Na infra-estrutura, os aeroportos de São Miguel do Oeste e de Dionísio Cerqueira, com suas rotas ou linhas futuras, beneficiarão todos os municípios, no entanto o movimento econômico gerado, direto e indireto, pertencerá aos municípios-sede dos aeroportos. Importante é lembrar que o município de Itapiranga, com outra situação e realidade, possui um aeroporto sem pavimentação, para o qual a SDR de Itapiranga já está se mobilizando para a sua pavimentação, levando em consideração o movimento econômico e o fluxo de autoridades e empresários de e para outras regiões. A conclusão da BR-282 até a divisa com a República Federativa da Argentina, em execução, beneficiará o município de Paraíso, com novo fluxo econômico e financeiro. As políticas públicas compensatórias de instalação de novas indústrias, de agregação de valor aos produtos, etc., deverão beneficiar todos os municípios da microrregião.

Constata-se ainda que os municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, quando agrupados em municípios localizados ao norte e municípios localizados ao sul da microrregião, os municípios de cada grupo têm características muito homogêneas entre si e diferentes de um grupo a outro. Observam-se, segundo os Mapas 9, 10 e 11, características de identidade econômica entre os municípios localizados na parte sul, bem como entre os municípios localizados na parte norte da microrregião. Observando-se o perfil do crescimento do PIB ou do VA dos municípios, fica claro que os municípios localizados na parte sul têm perfil igual ou superior à média microrregional, enquanto os localizados na parte norte têm um perfil inferior ou igual à média microrregional.

A prospecção da taxa geométrica de crescimento do PIB e do VA, convergindo com as ações propostas pelos *stakeholders*, pressupõe um projeto de geração de dinamismo econômico novo, inicialmente mais polarizado ou localizado em São Miguel do Oeste, mas que irradiará no conjunto dos 19 municípios da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina. Todas as ações convergem para uma sucessão de eventos que proporcione aceleração do dinamismo nos municípios com desempenho abaixo da média e que mantenha o dinamismo nos municípios na e acima da média.

Nesta pesquisa, investigou-se e identificou-se uma quantidade enorme de informações, algumas conflitantes, outras ilucidatórias, que serão compactadas no conjunto das conclusões dessa pesquisa de conclusão do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em

Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Toledo/PR, na qual se pretendeu e se espera ter atingido os objetivos propostos.

10 CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi analisar o perfil do crescimento econômico da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina, traçando um cenário prospectivo de seu dinamismo até 2025, e apontar alternativas através de ações apontadas pela comunidade regional no intuito de criar um dinamismo econômico mais homogêneo.

Na pesquisa foram utilizados vários expedientes, momentos e referencial teórico que se identificassem com a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, com suas peculiaridades e conjecturações.

O processo de colonização do Extremo Oeste se inicia a partir de imigrantes gaúchos, instalando-se originalmente na margem direita do Rio Uruguai, pela facilidade de escoamento dos produtos primários extrativistas encontrados em abundância na região (erva-mate e madeira nativa). Iniciado sob a égide e característica da dicotomia alemão-católico (Porto-Novo = Itapiranga) e alemão-protestante (Porto-Feliz = Mondaí), proporcionou à parte sul da microrregião do Extremo Oeste uma distribuição de renda mais equitativa e expressiva.

Percebeu-se que em alguns municípios existe pouco dinamismo, no entanto, no contexto geral, a maioria é provida de uma estrutura produtiva consolidada. Observa-se um equívoco de órgãos governamentais, ao apontarem, em seus estudos, que a microrregião do Extremo Oeste está estagnada. Ficou claro também que alguns municípios têm um dinamismo maior, mais acelerado (tempos rápidos) e outros têm um dinamismo menor, menos acelerado (tempos lentos), e isto, prospectado, poderá ampliar esta diferença, ensejando uma fuga econômica, alvissareira para alguns municípios e preocupante para outros. Se políticas públicas efetivas, permanentes e compensatórias forem implementadas de modo a permanecer o dinamismo nos bons e melhorar o desempenho dos municípios abaixo da média, poder-se-á ter um crescimento equitativo, de forma que estes últimos atinjam o mesmo nível econômico dos primeiros.

Esta pesquisa aponta as peculiaridades e individualidades econômicas de cada município, bem como as áreas e ações importantes para o crescimento e o desenvolvimento econômico mais homogêneo de todos os municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina.

Se analisado o contexto da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (conforme regionalização do Ministério da Integração Nacional), é factível perceber que a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina é apontada como estagnada. Diferentemente, analisado-se o contexto da Mesorregião Oeste Catarinense (conforme recorte estadual), percebe-se que a microrregião tem o melhor PIB *per capita* do Estado. Quando analisado o VA dos municípios da microrregião, percebe-se que, até o ano 2000, houve uma perda nos índices de retorno do ICMS.

A partir daí, houve, no entanto, uma inversão nesta tendência, ou seja, os municípios passaram a ter um crescimento maior que o Estado, ensejando um período de dinamismo econômico maior do que o contexto estadual.

Quando analisados os dados sociais, ou seja, o *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDH-M), percebe-se que apenas cinco municípios estão abaixo da média brasileira. Em relação ao contexto do Estado de Santa Catarina, percebe-se o inverso, apenas dois estão acima da média catarinense, ensejando preocupação neste aspecto, no intuito de reverter esta situação. Muito provavelmente estes dados não refletem a atual realidade microrregional, pois, no ano de 2007, o município de São João do Oeste recebeu o prêmio de melhor desempenho educacional no Brasil pela Presidência da República, e a Tunápolis foi atribuído o trigésimo melhor desempenho.

No contexto do cenário econômico prospectivo até 2025, percebe-se que o futuro é promissor e alentador. Na expansão do Produto Interno Bruto a preço de mercado, em 31,58% dos municípios existe dinamismo próprio e conseguem um desempenho acima da média microrregional. Outros 36,84% têm um dinamismo próximo à média e conseguem um desempenho parecido com a média microrregional. Estes dois primeiros grupos se desenvolvem autonomamente. Para outro grupo, que representa 31,58% dos municípios, serão necessárias políticas públicas que incitem a criação de mecanismos que proporcionem este dinamismo. Na expansão do VA ocorre uma situação idêntica, ou seja, alguns municípios têm um bom desempenho, outros médio e outros inferior à média.

No Capítulo 9 foram apresentadas propostas de soluções para promover dinamismo no desenvolvimento econômico regional, através de ações e de cenários prospectados, ações e cenários considerados ideais pelas autoridades consultadas e validados pela comunidade microrregional. Quando se prospectam ações para um cenário de dinâmica econômica mais equitativa e avanço nos indicadores sociais, percebem-se as reais necessidades e o que pode influenciar positivamente para que ocorra uma aceleração no dinamismo econômico. As ações sugeridas pelas lideranças e validadas pela comunidade microrregional expressam os sonhos da sociedade a respeito do futuro da microrregião, isto é, espelham aquilo que os agentes econômicos e atores sociais gostariam de deixar como legado para seus descendentes ou sucessores.

A seguir, destaca-se apenas a ação mais importante em cada área para um cenário econômico prospectivo mais equitativo:

Na Educação, a ação mais importante é a qualidade educacional em todos os níveis, ensejando muito claramente a necessidade de uma reavaliação no sistema educacional atual existente na microrregião.

Na agricultura, a ação mais importante é o fortalecimento da agricultura familiar. Percebe-se muito claramente a atenção e característica no setor primário da microrregião, que caminha para o fortalecimento da agricultura familiar, agregação de valor ao produto primário e produção de alimentos agroecológicos, ensejando que a mesma está mudando gradativamente sua base econômica fornecedora de *commodities* e produtos primários, para a busca de agregação de valor aos produtos.

Na área da Saúde, a ação mais importante é a conclusão do hospital regional. Fica claro que, no tocante ao atendimento básico, a microrregião está bem servida, havendo necessidade de busca de solução aos serviços de média e alta complexidade, ou seja, aqueles serviços não disponibilizados nas Unidades Sanitárias Locais e/ou Hospitais Locais, característica da grande maioria dos municípios da microrregião.

Na área Ambiental, a ação mais importante é a coleta seletiva de lixo. Observa-se que existe uma consciência muito grande da população microrregional no sentido de coleta seletiva e preservação ambiental, talvez reflexo ainda da recente devastação da floresta, ocorrida a partir de 1940, quando do início da colonização da microrregião.

Na área das Micro e Pequenas Empresas, a ação mais importante é o fortalecimento das micro e pequenas empresas. Fica muito claro que, para a comunidade microrregional, as ações mais importantes são o fortalecimento das micro e pequenas empresas, do agronegócio e incentivos à construção de indústrias processadoras, que normalmente são ou estão voltadas à realidade existente na microrregião.

Na área do Turismo, a ação mais importante é o resgate histórico e cultural microrregional. Nesta perspectiva observa-se que, além do resgate histórico cultural, é necessário organizar arranjos produtivos locais, criando redes de eventos (festas, feiras, exposições, etc.), permitindo que o turista externo tenha condições e opções de festas e de visitas, evitando a monotonia e consequente retorno rápido ou encurtamento da permanência. A elaboração de um roteiro turístico integrado dará visibilidade e longevidade a qualquer investimento nesta área.

Na área do Poder Público, a ação mais importante é o incentivo à instalação de indústrias. Observa-se que o poder público, além de ser fonte geradora da maioria dos empregos e da distribuição de renda, torna-se responsável pela maioria das atribuições e responsabilidades impactantes que possibilitam geração ou aceleração do dinamismo. As ações de incentivo à instalação de empresas, de planejamento local e regional, de redução da carga tributária e de incentivo aos programas de agregação de valor aos produtos impactam positivamente sobre o sistema de geração de novos investimentos, que proporcionam novos empregos, mais geração e distribuição de renda.

Na área da Infra-Estrutura, a ação mais importante é a recuperação das rodovias regionais. No contexto da integração com o Mercosul, percebe-se que a população vê a possibilidade de servir e de se beneficiar deste importante corredor econômico, integrando espaços, territórios e nações. A microrregião Extremo Oeste está estrategicamente bem localizada se analisado o espaço geográfico compreendido entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, atendendo aos interesses econômicos da República Federativa do Brasil, da República Federativa da Argentina e da República Federativa do Chile.

Na área Social, a ação mais importante é elevar a confiança e a capacidade de investimento da população. A comunidade microrregional sugere ao poder público a necessidade de aumentar a capacidade de investimento.

No contexto geral da pesquisa percebeu-se que as autoridades estão preocupadas e se envolveram de forma a apontar ações e soluções que proporcionem dinamismo econômico sustentável para os próximos anos, considerando o horizonte temporal proposto até 2025. Estas são as principais perspectivas de desenvolvimento microrregional, as quais devem agregar-se às resultantes dos programas federais, estaduais e municipais de ampliação e de melhoria dos serviços públicos e privados. O ritmo que estas perspectivas de desenvolvimento virão a assumir dependerá, em grande parte, de fatores cuja evolução está, total ou parcialmente, fora do controle dos atores sociais microrregionais.

Percebeu-se que a principal potencialidade da economia microrregional é ou está voltada ao setor agrícola ou primário, se vier a ser bem desenvolvido, tecnificado, dinâmico e fonte geradora de empregos, renda e dinamismo. Caracterizado pela agricultura familiar, ou seja, pequenas propriedades de em média 25 hectares, característica trazida ou imposta pelas colonizadoras, o setor é atualmente profissionalizado na produção de leite, de aves e de suínos, na grande maioria produtos de base exportadora para as agroindústrias. Ressalta-se que as grandes empresas aqui instaladas, do setor das agroindústrias ou de madeiras, são altamente tecnificadas e exportadoras, fontes geradoras de muitos empregos, renda e dinamismo. Fica factível que, além de estarem proporcionando este dinamismo, são importadoras de renda dos continentes europeu, asiático e americano, bem como dos Emirados Árabes. Esta renda externa é muito importante para agilizar, processar e distribuir renda entre os locais, que geram Produto Interno Bruto diferenciado, bem como um VA importante para os municípios, quando se trata do retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS Estadual).

Novas atividades voltadas ao setor agrícola estão surgindo e poderão proporcionar novas fontes de emprego, renda e dinamismo, como: implantação de granjas de matrizes para produção de ovos de galinha para as agroindústrias, plantio de culturas voltadas para produção de biodiesel e álcool de cana-de-açúcar, turismo rural e lazer, entre outros.

Observou-se também que os municípios mais caracterizados pelo setor terciário têm o menor PIB e VA com relação aos demais, tendo em vista que este setor é de fácil sonegação e difícil mensuração. São dois problemas percebidos: o consumidor não tem o hábito de solicitar nota ou cupom fiscal e, quando o faz, o empresário emite com valor inferior ao comercial, não gerando movimento econômico ampliado ou diferenciado, permanecendo, na maior parte dos casos, os valores originais e iguais de entrada e saída na DIME das empresas.

No horizonte temporal estipulado, proposto nesta pesquisa, é muito provável que todos os municípios estejam numa condição diferenciada de dinamismo econômico em relação aos demais no Estado de Santa Catarina, levando em consideração as variáveis disponíveis, bem como as políticas públicas diferenciadas e novas que estão e que deverão ser implementados a nível local, estadual e federal. Já existe um consenso das necessidades e esta pesquisa, além de definir e de firmar textualmente as ações que convergem e interessam aos *stakeholders* e à comunidade microrregional, serve de plano, de norte, de âncora para pesquisadores futuros e para políticos interessados em implementar ações que realmente interessam para a comunidade microrregional.

É importante registrar que a conclusão da BR-282, integrando leste a oeste do Estado de Santa Catarina, também o integra à Província de Missiones, na República Federativa da Argentina, servindo de corredor logístico e turístico ao Mercosul e unidades federativas nacionais. Esse corredor logístico e turístico é um avanço importante para a geração de dinamismo novo no contexto na microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, que poderá se beneficiar desta interligação e integração internacional, proporcionando novo local aduaneiro e alfandegado para exportação e importação de bens e serviços, gerando PIB e VA novo nos municípios de Paraíso e de São Miguel do Oeste.

Quantificar estes benefícios neste momento nos parece muito difícil, no entanto os cenários prospectivos apontam crescimento do dinamismo ao longo do espaço temporal projetado. O que se sabe ao certo é que estes benefícios gerarão novo momento de emprego, renda e dinamismo, ensejando que todas as variáveis conspiram a favor da microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina. O elemento regional que influencia a renda do trabalho dos residentes é o valor local do salário, já que as dotações de habilidades e de educação são individuais e incorporadas. Como o salário é determinado pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda no mercado local de trabalho, os atributos regionais relevantes para a definição da renda local do trabalho são todos aqueles que têm influência sobre a oferta ou sobre a demanda. Os atributos que definem a demanda de trabalho local, por sua vez, são aqueles que constituem o conjunto de atrativos econômicos para as firmas se localizarem na região. As firmas escolhem locais que favorecem seus lucros, através de preços altos para seus produtos ou custos baixos de produção.

Neste aspecto, quando tratadas as políticas públicas compensatórias, deve-se levar em conta onde as novas empresas estarão se instalando, a exemplo de uma grande unidade industrial de abate de suínos que está se instalando em São Miguel do Oeste, com capacidade inicial de abate diário de 1.200 cabeças, podendo abater diariamente até 3.300 cabeças. Todas estas iniciativas convergem para aumentar o PIB e o VA dos municípios, mas principalmente para o município de São Miguel do Oeste, que verá, no bojo de seu resultado econômico, uma aceleração de seu dinamismo, viabilizando empregos e renda.

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de incentivos dos municípios para instalação de novas empresas no contexto da microrregião, gerando emprego, renda e dinamismo. A maioria dos municípios já possui a infra-estrutura necessária para abrigar estas empresas, tais como: terreno, pavilhão, telefone, energia elétrica, água, acesso pavimentado, isenções fiscais municipais pelo prazo de até 10 anos, etc. Isto proporciona atratividade para a instalação de novos empreendimentos, competitividade entre os municípios, em que cada um tenta oferecer maiores vantagens no intuito de atrair novos empreendimentos, ou seja, em outras palavras, as chamadas guerras fiscais entre iguais, cada um propondo a maior vantagem, para a efetiva instalação do novo empreendimento em seu município.

Os resultados da pesquisa permitem, portanto, apontar para um crescimento econômico prospectado significativo para os municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina para os próximos anos, no horizonte temporal estudado até 2025. Percebe-se que poucos municípios necessitarão de atenção diferenciada ou especial, pois a grande maioria tem estrutura própria e condições de autodinamismo, prospecção, projeção e avanços econômicos significativos. A microrregião tem muito mais dinamismo do que aquele presumido pelos órgãos oficiais, especificamente a presunção do Ministério da Integração Nacional. Há, no entanto, uma disparidade econômica intermunicipal significativa na geração de PIB e VA. Os municípios localizados na parte sul têm uma responsividade e estrutura organizacional diferenciada, ou seja, mais apurada e organizada, de modo que se ajustam rapidamente às novas definições e exigências do mercado. Já a maioria dos municípios localizados na parte norte apresenta dificuldades maiores, tanto para melhorar os indicadores econômicos, como os índices sociais, mas todos apresentam potencial inovativo e competitivo, ensejando que é possível, com políticas públicas compensatórias sérias, proporcionar um crescimento equitativo no contexto geral dos 19 municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Jair. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n. 23, pp 261-283, julho 2001.

Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC. **Dados Econômicos e Mapas**. Encontrado em <<http://www.ameosc.org.br>>. Acessado em 2007.

ARAÚJO, Afrânio Galdino de. **Elaboração de cenários prospectivos como instrumento de tomada de decisão nas organizações**. VII Seminário de Pesquisa do CCSA. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2002.

BALDWIN, Robert E. Patterns of development in Newly Settled regions. **Manchester School of Economics and Social Studies**. Maio: 1956. pp. 161-79.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2002.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos Econômicos regionais: modernização e empobrecimento do Extremo Oeste**. Chapecó: Argos, 2005.

BONA, Avelino De. **Evolução histórica de São Miguel do Oeste – SC**. São Miguel do Oeste: McLee, 2004.

BREDA, Nestor Luiz. **Coordenação da cadeia produtiva do leite: um estudo do subsistema no oeste de Santa Catarina**. Minas Gerais: Lavras, 2001. Dissertação (mestrado em Administração Rural)

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CRUZ, Anibal Pinto Santa. El fincamiento del desarrollo y el círculo vicioso de la pobreza. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano VIII, nº. 13, Janeiro de 2006, Salvador, BA.

DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes. **Estudo da Construção da BR-282**. Brasília: MIT/DNIT, 2007. In: Departamento de Engenharia/DNER, 1986. Encontrado em <<http://www.dnit.gov.br>>, acessado em 2007.

ESTES, Gerald M & KUESPERT, Don. Delphi in industrial forecasting. **Chemical and Engineering News**, EUA, p. 40-47, agosto 1976.

FAHEY, Liam & RANDALL, Robert M. **Learning from the future: competitive foresight scenarios**. New York: John Wiley & Sons, 1998.

Federação Catarinense de Municípios – FECAM. **Dados econômicos e mapas**. Pesquisado em <<http://www.fecam.org.br>>; acessado em 2007.

FERRERA DE LIMA, Jandir; PIACENTI, Carlos A. ALVES, Lucir R.; PIFFER, Moacir. A região de Salto Caxias no Oeste Paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.108, p. 87-111, jan./jun. 2005.

FERRERA DE LIMA, Jandir. La Diffusion Spatiale du Développement Économique Régional: L'Analyse des composantes et de la forme de la diffusion Spaciale au Sud du Brésil, au XX^e Siècle. **Tese de Doutorado:** Canadá, 2005.

FERRERA DE LIMA, Jandir. Notes sur les pôles de croissance et les stratégies territoriales au Québec. **Canadian Journal of Regional Science**, Montreal, Canadá, nº 28, v. 1, p. 161-171. 2005.

FRIEDMANN, John. Cities in social transformation. **Comparative Studies in Society and History**, vol 4, p. 86-103, jul. 1961.

FURTADO, Celso. **A economia Latino-Americana.** Formação histórica e problemas contemporâneos. 2^a ed. Rio de Janeiro: Nacional, 2004.

GALENSON, Walter & LEIBENSTEIN, Harvey. Investment criteria, productivity and economic development. **Quarterly Journal of Economics:** agosto/1955, pp 343-70.

GODET, Michel. **Scenarios and strategic management.** London: Butterworth's Scientific, 1987.

HEIJDEN, K van Der. **Scenarios: the art of strategic conversation.** New York: John Wiley & Sons, 1996.

HIRSCHMAN, Albert O.. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

_____. Desenvolvimento por efeito em cadeia: uma abordagem generalizada. In: CARDOSO, F. H.; FONT, B. S. M (org). **Economia e movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, p. 31-79, 1985.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Atlas do desenvolvimento humano do Brasil.** 2006, pesquisado no escritório regional de São Miguel do Oeste/SC, em Fev/2007.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Base de dados macroeconômicos.** Pesquisado em <<http://www.ipeadata.gov.br>>; acessada em 2007

MARCIAL, Elaine Coutinho & GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários prospectivos:** como construir um futuro melhor. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MEDEIROS, C.A. Distribuição de renda como política de desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, painéis do Desenvolvimento Brasileiro II. BNDES, 2002.

MIN - Ministério da Integração Nacional. **Mapas e caracterização da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.** Pesquisado em <<http://www.min.gov.br>>, acessado em 2001.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital Social: Potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local e regional. IN: BECKER, D e WITTMANN, M. (org.) **Desenvolvimento regional: Abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: UNISC, P. 263-281, 2003.

MORGAN, Kevin. **The learning regions:** institutions, innovation and regional renewal. *Regional Studies*: 31(5): 491-503. 1997.

MOURA, Suzana. **Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas: tendências à renovação na gestão local**, 1997. Tese (Doutorado). Salvador, NPGA/EAUFBA, 1997.

NORTH, Douglas C. A. **A agricultura no crescimento econômico regional**. In: Schwartzman (org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, p. 290-313, 1977.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto liberal, 1994, 38 p.

OLIVEIRA, V. Estado, empresariado e o setor automobilístico no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 105, julho/dezembro, 2003.

PEREIRA, José M. **Economia brasileira: governabilidade e políticas de austeridade, dimensões macroeconômicas, desigualdades socioeconômicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

Plano de Desenvolvimento Regional da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – PDR/AMOP. 2000.

PORTRER, Michael E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento – PNUD. **Dados do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiro**. Pesquisado em <<http://www.pnud.org.br>>, acessado em 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ROCHA JÚNIOR, Weimar Freire da. **A Nova economia institucional revisitada**. *Revista de Economia e Administração*, v.3, n.4, 287-300p, out/dez. 2005.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, Milton. O Lugar e o cotidiano. In **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Secretaria de Estado da Fazenda. **Dados do valor adicionado dos municípios Catarinenses**. Pesquisado em <<http://www.sef.gov.br>>, acessado em 2007.

Secretaria de Estado do Planejamento. **Mapas mesorregionais, regionais e microrregionais**. Pesquisado em <<http://www.seplan.gov.br>>, acessado em 2007

SILVESTRO, M. L. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense**. Rio de Janeiro: Ufrj, 1995. 349p. (Dissertação de Mestrado).

SILVESTRO, M. L. *Et Al.* **Impasses sociais na sucessão hereditária da agricultura familiar**. Epagri, NEAD, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Brasília: 2001, 118 p.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. Planejamento integrado de desenvolvimento – Natureza, Validade e Limites. In **Revista Terra Livre**. N° 10, 1994.

SOUZA, Maria Amélia Ap. De. A metrópole global – uma reflexão sobre o espaço intrametropolitano. In **Revista São Paulo em perspectiva. Questões Urbanas**: o sentido das mudanças. Vol. 9/nº. 2/Abr-Jun/1995. pp. 3-6.b

SCHOEMAKER, Paul J. H. **How to link strategic vision to core capabilities.** Sloan Management Review. Autumn, 1992. p. 14-23.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHWARTZ, Peter. **The art of long view: planning for the future in an uncertain world.** New York: Doubleday, 1996.

_____. **A arte da visão de longo prazo:** Planejando o futuro em um mundo de incertezas. 3 ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SIMPSON, D. G. Key. Lessons for adopting scenario planning in diversified companies. **Planning Review.** May/June 1992. p 10-7.

TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C. et al. **O Desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** (Proposta Para Discussão). Florianópolis, 1996. 247p.

Tribunal Regional Federal do Estado de Goiás. **Coeficiente de valores de conversão.** Pesquisado em <<http://www.go.trf1.gov.br>>; acessado em 2007.

VEDANA, Celso. **Federalismo: Autonomia Tributária Formal dos Municípios.** Florianópolis: Habitus, 2002.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WRIGHT, James Terence Coulter & GIOVINAZZO, Renata Alves. **Delphi – uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo.** Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 01, nº. 12, 2º trim/2000.

A N E X O S

Of. N°. 001/2007

Tunápolis – SC., aos 12 de Julho de 2.007.

Exmo. Sr.

NEUTO FAUSTO DE CONTO

DD. SENADOR DA REPÚBLICA

BRASILIA – DF.

Prezado (a) Senhor (a):

Estamos trabalhando na construção de um projeto viável e de **visão prospectiva** para a região Extremo Oeste de Santa Catarina, através da análise de informações e indicadores dos dezenove (19) municípios pertencentes à Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (**AMEOSC**). Esse trabalho também será objeto de pesquisa de dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio junto a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (**UNIOESTE**)/Campus de Toledo.

Partindo-se do princípio de que os **cenários prospectivos** condizem com **visão de futuro**, gostaríamos da sua contribuição respondendo os questionamentos a seguir:

- 1) considerando os aspectos econômicos mundiais, nacionais, estaduais e até mesmo locais para os **próximos dez anos**, o que poderá acontecer de relevante para o Extremo Oeste catarinense?
- 2) A região Extremo Oeste catarinense é considerada estagnada por vários órgãos governamentais. Nesse sentido, o que pode ser feito para que se reverta este quadro, tornando-a uma região dinâmica sem perder qualidade de vida? Quais são suas expectativas para Extremo Oeste catarinense?

A forma de resposta das questões é livre, mas solicitamos que sejam apontadas tão somente as informações dados relevantes para que isto aconteça, independente da área. Estas informações e respostas poderão ser repassadas por e-mail sergio@ameosc.org.br ou poderemos agendar data para entrevista aberta pelo fone (49) 9139 9986 (c/ Sérgio).

Antecipadamente agradeço.

Sérgio Luís Eidt

Mestrando

Of. N°. 002/2007

Tunápolis – SC., aos 08 de Agosto de 2.007.

Exmo. Sr.

NEUTO FAUSTO DE CONTO (igual para todos)

DD. Senador da República

BRASILIA – DF.

Prezado Senador:

Inicialmente queremos agradecer vossa participação na elaboração do projeto viável e de **visão prospectiva** para a região Extremo Oeste de Santa Catarina. Com certeza a participação e as idéias de cada um dos *stakeholders*, foi possível construir a tabela de prioridades em anexo. Para construir um plano com visão de longo prazo precisamos da doação de um pouco de tempo e a participação dos líderes regionais, dotados de uma visão diferenciada e do conjunto. Construamos nosso futuro.

Neste segundo momento solicitamos que V. Excia apenas indique que entidade deveria ser a responsável pela execução ou busca de solução de cada uma das prioridades, considerando prazo temporal curto = 1 ano, médio = 5 anos, longo = 10 anos. **Exemplo:** Incentivos a cursos superiores (coluna médio prazo = Governo Federal e Estadual). Pelo menos uma ação deve ser definida em cada área. As ações sem citação serão desconsideradas.

Estas informações e respostas poderão ser repassados por e-mail sergio@ameosc.org.br ou poderemos agendar data para entrevista aberta pelo fone (49) 9139 9986 (c/ Sérgio).

Antecipadamente agradeço.

Sérgio Luís Eidt

Mestrando

PRIORIDADES DEFINIDAS NUM PRIMEIRO CONTATO COM AS LIDERANÇAS REGIONAIS – Ver informações ao final

AÇÕES	Prioridade 1 (1 ano) Quem fará?	Prioridade 2 (5 anos) Quem fará?	Prioridade 3 (10 anos) Quem fará?
EDUCAÇÃO			
Incentivo Cursos Superiores			
Qualificação da mão-de-Obra			
Implantação de Universidade Pública – Mercosul			
Implantação do CEFET			
Descentralização da Universidade Estadual			
Qualidade Educacional em todos os níveis			
Criação do banco de projetos e idéias (acadêmico)			
AGRICULTURA			
Fortalecimento da Agricultura Familiar			
Visão de Agregação de Valor ao produto primário			
Produção de alimentos Agroecológicos			
Melhoria e ampliação da bacia leiteira			
Fiscalização sanitária animal rigorosa			
SAÚDE			
Conclusão Hospital Regional			
Fortalecimento Consórcio Intermunicipal Saúde			
AMBIENTAIS			
Coleta seletiva de lixo			
Hidrelétrica de Itapiranga			
Políticas de proteção ambiental			
Promover o Reflorestamento			
Programas de Preservação Ambiental			

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS			
Arranjo Produtivo Local do agronegócio			
Arranjo Produtivo Local Metal-mecânico			
APL vestuário (confecções em geral)			
APL Máquinas e Equipamentos			
APL Produtos Alimentícios e Bebidas			
APL Madeiras e Móveis			
Fortalecimento do Pólo Comercial			
Fortalecimento do Intercâmbio Internacional			
Incentivo a construção de Indústrias Processadoras			
Fortalecimento das micro e pequenas empresas			
Criar cultura exportadora			
Central de captação e distribuição de produtos			
Criar marca regional			
APL = Arranjo Produtivo Local			
TURISMO			
Arranjo Produtivo Local do Turismo			
Descentralização dos recursos da área de turismo			
Promover Turismo no Aqüífero Guarani			
Desenvolvimento de gastronomia típica da região			
Elaboração de roteiro turístico integrado			
Incentivo paisagístico regional			
Incentivo ao artesanato regional			
Central de comercialização produtos Artesanais			
Resgate histórico e cultural regional			
PODER PÚBLICO			
Descentralização das ações e recursos governamentais			

Planejamento Estratégico Local e Regional			
Investimento no capital humano			
Política de Preços com Redução Carga Tributária			
Solidificação parcerias público/privado			
Formar Rede de Interesses dos Municípios			
Apoio a formação do capital social			
Linhas de crédito de longo prazo (20 anos)			
Formação e retenção de talentos nos municípios			
Visão de Desenvolvimento Tecnológico			
Elaborar Planos Diretores nos Municípios			
Maior integração com o Mercosul			
Incentivo a instalação de indústrias			
Legislação tributária específica para fronteira			
Programas de incentivos a produção e agregação de valor			
Incentivos para inovação tecnológica			
Criação do centro pesquisa e tecnologia			
Criação de uma Zona Franca regional			
Incentivar novas alternativas (álcool, biodiesel, etc)			
Beneficiar-se:			
Do Plano de Aceleração e Crescimento			
Do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional			
Do Programa da Mesorregião do Mercosul			
INFRA-ESTRUTURA			
Conclusão BR-282 – Rodovia Bi-oceânica			
Ferrovia de integração Bi-oceânica			
Construção de hidroelétricas (Antas e Uruguai)			
Aproveitamento Bioenergias			
Melhoria aeroportos regionais			
Recuperação das rodovias regionais			

Construção Ponte RS/SC Itapiranga ou Mondai			
Saneamento Básico em todos os municípios			
SOCIAL			
População desgarrar da Visão Assembleista			
População desgarrar da Visão Paternalista			
Elevar a confiança e capacidade de investimento			

Dentro das colunas curto, médio ou longo prazo, deve ser apenas colocado o nome da entidade que deverá ser a responsável pela execução de cada um dos programas e em que prazo temporal. Ex. Incentivos a cursos superiores (coluna médio prazo = Governo Federal e Estadual).

Obs: Em todas as áreas, poderão ser incluídos novos itens/sugestões, dentro da mesma perspectiva, ou seja, definição da ação, quem fará e prazo.

Pergunta 1: Considerando as informações acima, como você vê a microrregião Extremo Oeste nos próximos dez anos, se todas estas ações forem concretizadas?

Pergunta 2: E se apenas em parte for concretizado?

Pergunta 3: E se nenhuma destas ações for concretizada?

Of. N°. 003/2007

Tunápolis – SC., aos 08 de Outubro de 2.007

PREZADO

LIDER REGIONAL

Estou finalizando o trabalho de conclusão de Mestrado com **visão prospectiva** da microrregião Extremo Oeste de Santa Catarina. Com a participação e as idéias de cada um dos *stakeholders*, foi possível construir o **quadro de prioridades em anexo**. Para construir um plano com visão de longo prazo precisamos da doação de cinco minutos de tempo e a participação dos líderes regionais, dotados de uma visão diferenciada e do conjunto. Ajude a construir nosso futuro e lapidar as ações que você julga melhores.

Neste momento solicito que você apenas marque no quadro em anexo um “X”, no seu entendimento, a prioridade número 1, 2 e 3, ou seja, em cada área (Educação, Saúde, Agricultura, etc) teremos três prioridades (1, 2 e 3). Veja que elas estão separadas por colunas (1, 2 e 3), facilitando a marcação.

Obrigado pela sua colaboração e participação. Estas informações e respostas poderão ser repassados por e-mail sergio@ameosc.org.br. Qualquer dúvida mantenha contato (49) 9113 6842 (c/ Sérgio).

Atenciosamente,

Sérgio Luís Eidt

Mestrando

PRIORIDADES DEFINIDAS PELA COMUNIDADE REGIONAL – marcar com X

AÇÕES	Prioridade 1	Prioridade 2	Prioridade 3
EDUCAÇÃO			
Incentivo Cursos Superiores			
Qualificação da mão-de-obra			
Implantação de Universidade Pública – Mercosul			
Implantação do CEFET			
Descentralização da Universidade Estadual			
Qualidade Educacional em todos os níveis			
Criação do banco de projetos e idéias (acadêmico)			
AGRICULTURA			
Fortalecimento da Agricultura Familiar			
Visão de Agregação de Valor ao produto primário			
Produção de alimentos Agroecológicos			
Melhoria e ampliação da bacia leiteira			
Fiscalização sanitária animal rigorosa			
SAÚDE			
Conclusão Hospital Regional			
Fortalecimento Consórcio Intermunicipal Saúde			
AMBIENTAIS			
Coleta seletiva de lixo			
Hidrelétrica de Itapiranga			
Políticas de proteção ambiental			
Promover o Reflorestamento			
Programas de Preservação Ambiental			
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS			
Arranjo Produtivo Local do agronegócio			
Arranjo Produtivo Local Metal-mecânico			
APL vestuário (confecções em geral)			
APL Máquinas e Equipamentos			
APL Produtos Alimentícios e Bebidas			
APL Madeiras e Móveis			
Fortalecimento do Pólo Comercial			
Fortalecimento do Intercâmbio Internacional			
Incentivo a construção de Indústrias Processadoras			
Fortalecimento das micro e pequenas empresas			
Criar cultura exportadora			
Central de captação e distribuição de produtos			
Criar marca regional			

TURISMO			
Arranjo Produtivo Local do Turismo			
Descentralização dos recursos da área de turismo			
Promover Turismo no Aqüífero Guarani			
Desenvolvimento de gastronomia típica da região			
Elaboração de roteiro turístico integrado			
Incentivo paisagístico regional			
Incentivo ao artesanato regional			
Central de comercialização produtos Artesanais			
Resgate histórico e cultural regional			
PODER PÚBLICO			
Descentralização das ações e recursos governamentais			
Planejamento Estratégico Local e Regional			
Investimento no capital humano			
Política de Preços com Redução Carga Tributária			
Solidificação parcerias público/privado			
Formar Rede de Interesses dos Municípios			
Apoio a formação do capital social			
Linhas de crédito de longo prazo (20 anos)			
Formação e retenção de talentos nos municípios			
Visão de Desenvolvimento Tecnológico			
Elaborar Planos Diretores nos Municípios			
Maior integração com o Mercosul			
Incentivo a instalação de indústrias			
Legislação tributária específica para fronteira			
Programas de incentivos a produção e agregação valor			
Incentivos para inovação tecnológica			
Criação do centro pesquisa e tecnologia			
Criação de uma Zona Franca regional			
Incentivar novas alternativas (álcool, biodiesel, etc)			
INFRA-ESTRUTURA			
Conclusão BR-282 – Rodovia Bi-oceânica			
Ferrovia de integração Bi-oceânica			
Construção de hidroelétricas (Antas e Uruguai)			
Aproveitamento Bioenergias			
Melhoria aeroportos regionais			
Recuperação das rodovias regionais			
Construção Ponte RS/SC Itapiranga ou Mondai			
Saneamento Básico em todos os municípios			
SOCIAL			
População desgarrar da Visão Assembleista			
População desgarrar da Visão Paternalista			
Elevar a confiança e capacidade de investimento			

prioridade 1 = 3 PONTOS; prioridade 2 = 2 PONTOS; prioridade 3 = 1 PONTO

LISTA DE PARTICIPANTES NA VALIDAÇÃO DAS AÇOES DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA - 2007

TABELA 1 - CONTROLE ENTREVISTAS PROJETADAS E REALIZADAS

Município	2007	Previsão Entrevistas	Entrevistas Realizadas
São Miguel do Oeste	33.806	84	85
Itapiranga	15.238	38	47
Dionísio Cerqueira	14.792	37	44
São José do Cedro	13.699	34	37
Guaraciaba	10.604	26	36
Mondai	9.126	23	28
Descanso	8.719	22	16
Iporã do Oeste	8.091	20	24
Palma Sola	7.942	20	16
São João do Oeste	6.020	15	11
Anchieta	5.322	13	12
Guarujá do Sul	4.722	12	11
Tunápolis	4.650	12	22
Paraíso	4.195	8	8
Bandeirante	3.028	8	6
Belmonte	2.681	7	5
Princesa	2.604	7	10
Santa Helena	2.437	6	8
Barra Bonita	2.064	5	3
TOTAL = 0,25%	159.740	399	429

Fonte: Dados primários da Pesquisa (2007)